



YOLLE VACARIUC BITTENCOURT

Informação e Participação Social no Turismo Sustentável: o caso da zona portuária da cidade do Rio de Janeiro

Dissertação de mestrado

Setembro de 2014



UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO – UFRJ
ESCOLA DE COMUNICAÇÃO - ECO
INSTITUTO BRASILEIRO DE INFORMAÇÃO EM CIÊNCIA E TECNOLOGIA - IBICT
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO - PPGCI

YOLLE VACARIUC BITTENCOURT

INFORMAÇÃO E PARTICIPAÇÃO SOCIAL NO TURISMO SUSTENTÁVEL: o caso
da zona portuária da cidade do Rio de Janeiro

RIO DE JANEIRO

2014

Yolle Vacariuc Bittencourt

**INFORMAÇÃO E PARTICIPAÇÃO SOCIAL NO TURISMO SUSTENTÁVEL: o caso
da zona portuária da cidade do Rio de Janeiro**

Dissertação de Mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação, convênio entre o Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia e a Universidade Federal do Rio de Janeiro/ Escola de Comunicação, como requisito parcial à obtenção do título de Mestre em Ciência da Informação.

Orientadora: Sarita Albagli

Rio de Janeiro

2014

B624

Bittencourt, Yolle Vacariuc

Informação e participação social no turismo sustentável : o caso da zona portuária da cidade do Rio de Janeiro/ Yolle Vacariuc Bittencourt . – Rio de Janeiro : [s.n.], 2014.

120 f.

Dissertação (Mestrado em Ciência da Informação) – Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação, Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Escola de Comunicação, Rio de Janeiro, 2014.

Orientadora: Sarita Albagli

1.Informação. 2.Turismo Sustentável. 3.Participação Social. 4.Porto Maravilha. 5.Ciência da Informação. I.Albagli, Sarita (orient.). II.Universidade Federal do Rio de Janeiro, Escola de Comunicação. III.Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia. IV.Título.

CDD 550.0285

Yolle Vacariuc Bittencourt

**INFORMAÇÃO E PARTICIPAÇÃO SOCIAL NO TURISMO SUSTENTÁVEL: o caso
da zona portuária da cidade do Rio de Janeiro**

Dissertação de Mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação, convênio entre o Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia e a Universidade Federal do Rio de Janeiro/ Escola de Comunicação, como requisito parcial à obtenção do título de Mestre em Ciência da Informação.

Aprovada em:

Profa. Dra. Sarita Albagli (Orientadora), PPGCI/IBICT- ECO/UFRJ

Prof. Dr. Giuseppe Mario Cocco, PPGCI/IBICT- ECO/UFRJ

Profa. Dra. Rita de Cassia Monteiro Afonso, Laboratório de Responsabilidade Social e Sustentabilidade do Instituto de Economia (UFRJ)

Dedico este trabalho aos meus amigos de quatro patas, que desde sempre foram a minha maior motivação.

AGRADECIMENTOS

Durante dois anos em que cursei o mestrado em Ciência da Informação tive que enfrentar grandes desafios, que me proporcionaram crescimento na vida acadêmica, profissional e pessoal. E se hoje estou concluindo mais esta etapa da minha vida, devo agradecer o apoio e incentivo de pessoas que tiveram papel fundamental nesta jornada:

Primeiramente à minha professora e orientadora Sarita Albagli por todo carinho, dedicação, paciência, colaboração e disposição em ajudar. Sem ela esse trabalho não seria possível.

À equipe de professores do Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação do IBICT/UFRJ, por sua competência e dedicação em compartilhar seu conhecimento.

Aos meus colegas de trabalho pela compreensão e disposição em me ajudar, especialmente Angelica de Azevedo, Marcia Leite e minha chefe Ligia Polycarpo.

À minha família que sempre esteve ao meu lado torcendo por mim: minha mãe, Lilian Vacariuc, minha irmã Nathalie Bittencourt e meu tio Vassil Roberto Vacariuc.

Aos amigos que fiz nessa trajetória e que muito me ajudaram com suas palavras de motivação, especialmente Cassia de Deus, Sarah Miglioli e Rociclei Silva.

À Rafael Castaneda, por seu companheirismo, força e colaboração, uma pessoa muito especial, que foi essencial na reta final deste trabalho.

*“Opte por aquilo que faz o seu coração vibrar...
apesar de todas as consequências”.*

(OSHO)

RESUMO

BITTENCOURT, Yolle Vacariuc. **Informação e participação social no turismo sustentável**: o caso da zona portuária da cidade do Rio de Janeiro. Orientadora: Sarita Albagli. 2014. 120 f. Dissertação (Mestrado em Ciência da Informação) – Escola de Comunicação, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação/ Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia, Rio de Janeiro, 2014.

Este estudo se propõe a analisar o papel da informação nos processos de participação social envolvendo a implantação da atividade turística. O turismo é uma atividade econômica em crescente expansão e tem se configurado como uma importante estratégia nas políticas urbanas para alavancar a economia local e promover a cidade no mercado internacional. A requalificação urbana dos antigos centros e zonas portuárias é observada como tendência mundial nas políticas urbanas, que buscam trazer uma nova centralidade à cidade por meio da valorização imobiliária e incremento das atividades econômicas do setor terciário, especialmente o turismo. O objetivo deste estudo é investigar as dinâmicas informacionais e comunicacionais dos principais atores sociais envolvidos no processo de implantação do projeto Porto Maravilha na zona portuária da cidade do Rio de Janeiro. Para a consecução deste objetivo elegeu-se como metodologia a análise bibliográfica, levantamento de material na internet, a realização de entrevistas com agentes dos órgãos responsáveis pelas intervenções previstas na região e moradores do Morro da Providência, comunidade selecionada pelo seu grande valor histórico e cultural para a cidade. Para contextualizar o marco teórico, discute-se a relação intrínseca entre turismo sustentável, informação e participação social. Considera que a turistificação de determinado lugar deve ser um processo democrático e inclusivo, sendo fundamental a participação da população local desde o planejamento da atividade até sua implantação, gestão e socialização dos benefícios advindos dela. O conceito de informação adotado foi o de Wersig, no qual a informação é considerada conhecimento para ação. A partir deste arcabouço teórico foi possível estabelecer as relações entre os conceitos que fundamentam este trabalho e analisar o caso da zona portuária do Rio, em especial o Morro da Providência, que protagonizou grandes conflitos devido às ações para remoção dos moradores. A análise da produção informacional dos atores sociais (moradores, órgãos oficiais e parceiros do governo) demonstra a presença de diferentes discursos em um território marcado por lutas e conflitos sociais. Por outro lado, os moradores, facilitados pelas mídias sociais, organizam sua mobilização e resistência, por meio da difusão de seus próprios pontos de vista.

Palavras-chave: Turismo Sustentável; Participação Social; Informação; Porto Maravilha.

ABSTRACT

BITTENCOURT, Yolle Vacariuc. **Informação e participação social no turismo sustentável:** o caso da zona portuária da cidade do Rio de Janeiro. Orientadora: Sarita Albagli. 2014. 120 f. Dissertação (Mestrado em Ciência da Informação) – Escola de Comunicação, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação/ Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia, Rio de Janeiro, 2014.

This work is an analysis of the information on the dynamics of Social Participation regarding the implementation of touristic activity. Tourism is an economic activity in great expansion, and has presented itself as an important strategy in urban politics to leverage local economy and promote cities in international markets. Urban requalification of old cities centers and portuary installations is a global tendency in urban policies, which aims to orient cities towards a new centrality, by means of increasing housing market value, and empowering tertiary sector economical activities, specially tourism. The main objective of this work is to investigate the informational dynamics of the main social actors involved in the implementation process of Porto Maravilha project in the portuary installation area of Rio de Janeiro. The methodology of work is based on bibliographical analysis, internet and social media material and interviews with employees or representatives of the government and private initiatives, and the local populace of Morro da Providência, a community selected for its major historical and cultural value. To set the context of the theoretical framework, we discuss the intrinsical relation between sustainable tourism, information and social participation, considering that the touristification of any region should be a democratic and socially inclusive process, being the participation of local population a fundamental part, from the planning stages of the project until its very implementation, governance and the socialization of its benefits. We've adopted the concept of tourism advised by Wersig, in which information is considered the knowledge necessary to act. From this theoretical framework it has been possible to establish the link between the concepts that are the basis for this work and to analyze the case regarding the portuary installation in Rio de Janeiro, specially the Morro da Providência community, main stage for several conflicts due to remotion of local population from their homes. The analysis of informational production from the social actors (community inhabitants, official institutions and government associates) demonstrates the contrast between different speeches in a territory stained by struggle and social conflicts. On the other hand, the local populace, with the aid of social media, was able to organize their own mobilization and resistance, by means of broadcasting their own points of view.

Keywords: Sustainable Tourism; Social Participation; Information; Porto Maravilha.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 - Perímetro do Porto Maravilha	38
Figura 2 - Visão de Futuro da Zona Portuária do Rio de Janeiro	39
Figura 3 - Morro da Providência no início de sua ocupação. Fim do séc. XIX	45
Figura 4 - Roteiro do Museu a Céu Aberto.....	47
Figura 5 - Moradores em Protesto no Morro da Providência.....	53
Figura 6 - Banner do Blog Maravilhas do Porto.....	62
Figura 7 - Banner do blog Pela Moradia.....	63
Figura 8 - Perfil de Facebook do FCP	64
Figura 9 - Mapa de Notícias do RioOnWatch	65
Figura 10 - Capa de <i>Facebook</i> do Favelarte	66
Figura 11 - Logomarca da revista e-Metropolis	67
Figura 12 - Fotografia feita pelo autor do blog, Roberto Magalhães, de um navio atracado no Porto do Rio	68
Figura 13- Folder da Ciranda da Resistência.....	69
Figura 14 - Capa da Página do Entre o Céu e a Favela.....	70
Figura 15 - Capa do Ideais de uma Luta - Morro da Providência.....	71
Figura 16 - Banner da Agência de Notícias das Favelas	71
Figura 17 - Contracapa do Dossiê Megaeventos e Violações dos Direitos Humanos (4. ed) – Foto de Casa Marcada para Remoção no Morro da Providência.	72
Figura 18 - Intervenção Artística no Morro da Providência (1)	74
Figura 19 - Intervenção Artística no Morro da Providência (2)	75
Figura 20 - Exemplo de Mapa Falante em Uberlândia	79
Figura 21 - Capa do site Porto Maravilha com as seções principais	83
Figura 22 - Curso de DJ Divulgado no Facebook do Porto Maravilha.....	84
Figura 23 - Panfleto Explicativo do Porto Maravilha Cidadão	85
Figura 24 - Panfleto Explicativo do Porto Maravilha Cultural	86
Figura 25 - Panfleto do HarmonizAção	87

Figura 26 - Convite Para Inauguração do Providência Sustentável	88
Figura 27 - Capa da Folha do Porto Novo (Edição 26)	89
Figura 28 - Eduardo Paes, Secretário de Habitação Pierre Batista e Deputado Federal Jorge Bittar Acompanhando o Teste do Teleférico	90
Figura 29 - Inauguração das Gôndolas Adesivadas com Desenhos das Crianças da Região Portuária	91
Figura 30 - Caminhos na Cultura - Guia do Morro da Providência.....	92
Figura 31- Sala de Exposições Meu Porto Maravilha.....	94
Figura 32 - Times se reunindo no Rio Favela Startup Weekend	95

LISTA DE SIGLAS

AEIU - Área de Especial Interesse Urbanístico

APA - Área de Proteção Ambiental

APAC - Área de Proteção do Ambiente Cultural

CDURP - Companhia de Desenvolvimento Urbano da Região do Porto do Rio de Janeiro

CEF - Caixa Econômica Federal

CEDAE - Companhia Estadual de Águas e Esgotos

CEDAPS - Centro de Promoção da Saúde

CEPAC - Certificado de Potencial Adicional de Construção

CEPP - Centro de Estudos de Políticas Públicas

COMLURB - Companhia Municipal de Limpeza Urbana

COTS - Caderno de Orientação Técnico Social

DHESCA - Plataforma Brasileira de Direitos Humanos Econômicos, Sociais, Culturais e Ambientais

FCP - Fórum Comunitário do Porto

FGTS - Fundo de Garantia por Tempo de Serviço

FIRJAN - Federação das Indústrias do Estado do Rio de Janeiro

ICP - Instituto Central do Povo

MAR - Museu de Arte do Rio

PAC – Programa de Aceleração do Crescimento

PPP - Parceria Público-Privada

PNMT - Programa Nacional de Municipalização do Turismo

PROPAR Rio - Programa Municipal de Parcerias Público Privadas

OMT - Organização Mundial do Turismo

ONG – Organização Não-Governamental

OUC - Operação Urbana Consorciada

OUCRJ - Operação Urbana Consorciada da região do Porto do Rio de Janeiro

SAGAS – Saúde, Santo-Cristo, Gamboa e Centro

SEASDH – Secretaria de Estado de Assistência Social e de Direitos Humanos

SEBRAE - Serviço de Apoio às Micro e Pequenas Empresas

SENAC – Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial

SMH - Secretaria Municipal de Habitação

UPP - Unidade de Polícia Pacificadora

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	12
2 TURISMO SUSTENTÁVEL, PARTICIPAÇÃO SOCIAL E INFORMAÇÃO	18
2.1 TURISMO SUSTENTÁVEL E PARTICIPAÇÃO SOCIAL	18
2.2 INFORMAÇÃO PARA AÇÃO.....	24
3 REQUALIFICAÇÃO URBANA DA ZONA PORTUÁRIA DO RIO DE JANEIRO ..	28
3.1 DA DECADÊNCIA DA CENTRALIDADE À REQUALIFICAÇÃO DOS CENTROS URBANOS.....	28
3.2 SOBRE O PROJETO PORTO MARAVILHA	33
4 DINÂMICAS INFORMACIONAIS NO MORRO DA PROVIDÊNCIA	43
4.2 AÇÕES DE INFORMAÇÃO DA COMUNIDADE.....	48
4.2.1 As Entrevistas	48
4.2.2 Canais e Instrumentos de Comunicação e Informação	62
4.3 AÇÕES DE INFORMAÇÃO DO GOVERNO E SEUS PARCEIROS	77
4.3.1 A Entrevista	77
4.3.2 Canais e Instrumentos de Comunicação e Informação	82
5 CONSIDERAÇÕES FINAIS	96
REFERÊNCIAS.....	101
APÊNDICE A – ROTEIRO DE ENTREVISTA DO PERFIL COMUNIDADE.....	108
APÊNDICE B – ROTEIRO DE ENTREVISTA DO PERFIL AGENTE GOVERNAMENTAL.....	109
ANEXO A – CARTA ABERTA À POPULAÇÃO DO RIO DE JANEIRO	110
ANEXO B – CARTILHA TELEFÉRICO NO AR	113

1 INTRODUÇÃO

O turismo vem se configurando cada vez mais como uma atividade econômica de extrema importância para a economia mundial, com potencial para gerar renda e empregos, mas também lucros para diversos segmentos desse mercado. No entanto, a busca desenfreada pelo lucro pode tornar o turismo um vetor de destruição e descaracterização do patrimônio natural e cultural através da: ‘espetacularização’ da cultura para vender um “produto” turístico; falta de respeito à capacidade de carga do destino; especulação imobiliária, que expulsa os moradores tradicionais e altera a paisagem do lugar; entre outros problemas. (BRASIL, Ministério do Turismo, 2010). Em alguns casos, o desenvolvimento turístico acontece com a exclusão total das comunidades locais que habitam determinada destinação turística.

O discurso do desenvolvimento turístico por muito tempo enfatizou prioritariamente o crescimento econômico dos países, sustentando o mito de que o turismo seria uma ‘indústria sem chaminés’, ou seja, não haveria impactos negativos provenientes dessa atividade. Entretanto, hoje se sabe que o turismo pode também provocar muitos impactos negativos, sendo desastrosas algumas de suas consequências.

Assim, quando a discussão sobre a situação de degradação ambiental e desigualdade social ganhou destaque no cenário mundial, também começaram a surgir novas formas de pensar e fazer o turismo, baseadas nas premissas da sustentabilidade, as quais têm se mostrado cada vez mais importantes para a manutenção da atividade turística. Entretanto, como afirma Dias (2003), para a adoção de um modelo sustentável de turismo é fundamental que todas as atividades associadas a ele incorporem uma nova visão de respeito ao meio ambiente. Além disso, é necessário que haja a valorização e preservação do patrimônio histórico e cultural, assim como a socialização dos benefícios provenientes dessa atividade, buscando não só o desenvolvimento econômico como também o desenvolvimento social.

A noção de turismo sustentável foi baseada na de desenvolvimento sustentável e procura conciliar a preservação do patrimônio natural e cultural, a viabilidade econômica e a equidade social. No entanto, esse conceito carrega

consigo as mesmas contradições, conflitos de interesse e relações de poder presentes no discurso do desenvolvimento sustentável. Portanto, sua aplicação não se dá de forma consensual e homogênea conforme a aparente unicidade presente no discurso.

A participação da comunidade é premissa básica para alcançar o turismo sustentável. Para tanto, é necessária uma gestão participativa do turismo, de forma que haja a inclusão da comunidade no planejamento, implantação e gestão da atividade turística. Nesse cenário, a informação é fundamental para a viabilização de um processo de desenvolvimento local sustentável através da atividade turística.

A informação, usualmente, é considerada como instrumento que capacita os moradores para a tomada de decisão e possibilita sua efetiva e qualitativa participação nesse processo, permitindo também que os responsáveis pelos planejamentos turísticos, os turistas e os membros da comunidade local receptora de demanda turística conheçam e entendam a importância de preservar o patrimônio natural, histórico e cultural de determinada localidade.

A abordagem tradicional do papel da informação no desenvolvimento sustentável geralmente envolve formação/educação e conscientização em um movimento *top-down*, ou seja, a população ocupa uma posição passiva, onde é considerada apenas receptora de conhecimento. Para a proposta deste estudo é importante ainda considerar a dinâmica inversa, ou seja, a ausculta, o movimento *bottom-up* de ouvir e capturar a informação produzida pela população local, visto que esta também é produtora de conhecimento.

No presente trabalho foi analisado o caso da zona portuária do Rio de Janeiro que, em função dos megaeventos esportivos que a cidade sediou e sediará (Olimpíadas 2016), vem sofrendo grandes transformações urbanas e sociais através de diversos programas governamentais, sendo o principal deles o Projeto Porto Maravilha.

A zona portuária ficou durante muito tempo esquecida pelo Poder Público e pela iniciativa privada, e agora passa por importantes intervenções com o intuito de se tornar novamente economicamente rentável, atraindo empresas, visitantes, turistas e novos moradores com maior poder aquisitivo – processo conhecido como “gentrificação”, que consiste na retomada de áreas centrais por classes mais abastadas, expulsando as camadas mais pobres da população.

Estas intervenções acompanham uma nova concepção de projetos urbanos, na qual a cidade é gerida como uma empresa, processo que tem sido verificado e se intensificado nas áreas centrais e portuárias de diversos países do mundo. Algumas das principais características dessa tendência são: a utilização de estratégias de *city marketing* para colocar às cidades em um cenário de competição global, a valorização imobiliária, a mercantilização da cultura e a promoção do turismo.

Nesse contexto, há que se discutir como se dá a participação da população local, visto que ela tem seu espaço habitual modificado. No caso do Rio de Janeiro, muitas famílias vêm sofrendo com as desapropriações promovidas pelo governo, conforme denuncia o Comitê Popular Rio Copa e Olimpíadas em seu dossiê:

[...] para além das remoções, estão em curso transformações mais profundas na dinâmica urbana do Rio de Janeiro, envolvendo, de um lado, novos processos de elitização e mercantilização da cidade, e de outro, novos padrões de relação entre o estado e os agentes econômicos e sociais, marcados pela negação das esferas públicas democráticas de tomada de decisões e por intervenções autoritárias, na perspectiva daquilo que tem sido chamado de cidade de exceção. (COMITÊ POPULAR RIO COPA E OLIMPÍADAS, 2013, p. 8).

Dessa forma, buscou-se analisar a dinâmica de interação social dos atores envolvidos na requalificação urbana da região e investigar quais são as suas estratégias informacionais para a mobilização e ação social que os conduz a participar ativamente dos processos decisórios e opor resistência quando necessário.

A partir da análise das relações presentes no trinômio turismo sustentável – informação - participação social, buscou-se responder as seguintes questões:

1 – Até que ponto o projeto Porto Maravilha incorpora as premissas do turismo sustentável, contemplando a participação da população de maneira inclusiva e democrática, respeitando os direitos da população local?

2 – Quais são as estratégias informacionais e comunicacionais utilizadas pelos diferentes atores envolvidos nos processos de intervenção urbana da região?

3 – Como essas estratégias e dinâmicas de informação e comunicação se inserem nas disputas pela “democratização” das ações na área.

Este trabalho teve como objetivo geral analisar as dinâmicas informacionais e comunicacionais dos atores sociais atuantes na zona portuária da cidade do Rio de Janeiro, identificando os fatores que permitem ou dificultam os processos democráticos para engajamento e participação desses atores na concepção, planejamento e gestão do turismo sustentável na área. Os objetivos específicos foram os seguintes:

- ✓ Discutir a importância da informação e comunicação no planejamento participativo do turismo sustentável.
- ✓ Investigar até que ponto o projeto de revitalização da zona portuária do Rio de Janeiro incorpora as premissas de participação social no turismo sustentável.
- ✓ Investigar as diferentes estratégias informacionais e comunicacionais dos atores atuantes na zona portuária do Rio de Janeiro que têm implicações para o turismo na região.

A metodologia foi organizada em duas grandes partes. A primeira refere-se à construção do marco teórico, enquanto a segunda diz respeito ao estudo empírico.

O marco teórico deste projeto de pesquisa foi estruturado em dois grandes pilares: (a) turismo sustentável e participação social; e (b) o papel da informação nesse processo.

Primeiramente foi realizada uma busca na literatura sobre o conceito de turismo sustentável, de maneira a discorrer sobre os impactos da atividade turística e de que forma a sustentabilidade se apresenta como alternativa ao turismo considerado predatório. A partir desta literatura levantada ainda foi discutido como a existência de disputas sobre os diversos significados e regimes discursivos sobre a sustentabilidade podem afetar as diferentes concepções de turismo sustentável. A participação social é considerada fundamental no processo de implantação do turismo sustentável, por isso optou-se por abordar particularmente este aspecto.

Na segunda parte, foi discutida a importância do papel da informação na participação social. Dessa forma, a informação foi abordada como instrumento para a ação social, a partir do conceito de informação de Wersig (1985), no qual a informação é considerada como conhecimento para ação.

O advento da internet e das novas mídias trouxeram possibilidades inéditas de comunicação e mobilização social, tornando possível o surgimento de espaços

interativos capazes de aumentar o potencial de divulgação e/ou compartilhamento da informação. Neste cenário, a possibilidade de expressão social foi potencializada ao engendrar formas de interação e resistência, permitindo dar voz a grupos sociais que antes não tinham visibilidade nas mídias tradicionais. Sendo assim, foi feito um levantamento na literatura para investigar como as mídias digitais estão sendo apropriadas pelos diferentes atores sociais, para dar visibilidade aos seus pontos de vista e discursos.

O estudo empírico consistiu na análise do caso da região portuária do Rio de Janeiro, que vem sofrendo grandes intervenções no espaço urbano, por meio do projeto Porto Maravilha, focando particularmente no Morro da Providência, em razão da sua importância histórica e cultural para a cidade e a área, bem como pelos conflitos protagonizados nesta comunidade ante as ações de gentrificação da região. Para contextualizar a dinâmica de requalificação urbana, presente em várias cidades do mundo, foi realizado um levantamento bibliográfico sobre o processo de deterioração que os centros urbanos passaram a partir do período pós-industrial e as recentes políticas e estratégias que se apresentaram como processos de revitalização/requalificação e refuncionalização desses espaços. Dentre as experiências internacionais elencadas foram ressaltadas principalmente suas estratégias de investimento no setor turismo para alavancar a economia de seus centros urbanos.

Na primeira etapa do estudo empírico, também foi realizado um levantamento bibliográfico e análise documental sobre a zona portuária do Rio de Janeiro e o projeto Porto Maravilha, procurando fazer um breve histórico do local, desde sua formação e abandono até os dias atuais, quando voltou a estar presente nas políticas públicas. Sobre o projeto em questão foram consultados documentos disponibilizados pela Prefeitura do Rio e pela Companhia de Desenvolvimento Urbano da Região Portuária (CDURP), responsáveis pelo projeto, além de textos e artigos de pesquisadores que se debruçaram sobre o assunto.

Como o foco desta pesquisa é a análise das dinâmicas informacionais e comunicacionais dos principais atores sociais imbricados no processo de requalificação urbana da zona portuária, foram aqui centralmente investigadas as evidências de suas estratégias informacionais a respeito do Projeto Porto Maravilha,

por meio de entrevistas semiestruturadas e levantamento dos seus canais de comunicação, bem como a utilização de mídias sociais.

Além da introdução, este trabalho foi estruturado em quatro capítulos, organizados da seguinte maneira: O capítulo 2 se divide em duas seções, apresentando uma fundamentação dos conceitos de turismo sustentável, sua relação com a participação social e o papel da informação no planejamento e desenvolvimento da atividade turística; o capítulo 3 aborda o fenômeno dos processos de requalificação urbana em zonas portuárias e antigos centros urbanos, dentro da perspectiva de cidade-empresa, aprofundando-se no caso da Zona Portuária do Rio de Janeiro. O capítulo 4 apresenta os resultados da pesquisa empírica acerca das dinâmicas informacionais e comunicacionais dos principais atores sociais no cenário do Morro da Providência, comunidade da Zona Portuária do Rio de Janeiro; e o capítulo 5 apresenta as considerações finais sobre o trabalho.

2 TURISMO SUSTENTÁVEL, PARTICIPAÇÃO SOCIAL E INFORMAÇÃO

Este capítulo está organizado em duas seções que apresentam os conceitos básicos desta pesquisa – turismo sustentável, informação e participação social – e estabelece suas relações. A primeira seção se dedica à análise da relação intrínseca entre turismo sustentável e participação social. A segunda seção aborda a informação como instrumento para ação, evidenciando sua importância em processos de participação social e, conseqüentemente, na implantação do turismo com base nas premissas da sustentabilidade.

2.1 TURISMO SUSTENTÁVEL E PARTICIPAÇÃO SOCIAL

O turismo tem se evidenciado como uma atividade econômica em crescente expansão, destacando-se, a nível mundial, como uma das mais importantes nos últimos anos. O crescimento da atividade turística teve início após a Revolução Industrial e se intensificou no período do pós Segunda Guerra Mundial, através das conquistas trabalhistas como a redução da jornada de trabalho, que aumentou assim o tempo livre dos trabalhadores, a instituição das férias remuneradas e o aumento salarial. Somadas a isso, as novas tecnologias propiciaram o desenvolvimento e a melhoria dos meios de comunicação e transporte, diminuindo distâncias e barateando os custos. Dessa forma, viajar para lazer deixou de ser privilégio das elites mais abastadas e tornou-se acessível à classe média. Dá-se aí início ao chamado turismo de massa. Para Körössy (2008, p. 58), “[...] os grandes fluxos turísticos da atualidade despontam como reflexo das características do capitalismo industrial, o qual criou condições necessárias à *fuga temporária em massa*” (grifo do autor). Nesse sentido, o turismo cumpria uma função estratégica, uma vez que “[...] o tempo em que se está livre do trabalho tem por função restaurar a força do trabalho”. (ADORNO, 2002 apud KÖRÖSSY, 2008, p. 58).

O planejamento e gestão do turismo tornou-se, então, um desafio, pois se por um lado a difusão do turismo de massa proporcionou uma maior democratização da atividade turística, constituindo-se um direito de todos, como previsto no Código de Ética Mundial para o Turismo; por outro, provocou a sobrecarga dos sítios turísticos, levando, muitas vezes, à destruição de ecossistemas e culturas locais, podendo

levar à extinção destas localidades como destinação turística, pois é realizado com pouco ou nenhum respeito à natureza e cultura local, visando apenas à maximização dos lucros. Essa dinâmica, segundo Zaoual (2008, p. 3), corresponde à teoria do ciclo de vida dos produtos na qual após a fase inicial e seu desenvolvimento, "[os destinos] que constituem o objeto de um turismo de massa perdem progressivamente seu atrativo; a oferta turística, incapaz de manter seu ritmo normal, necessita inovar para atender às novas necessidades" e evitar, assim, o seu declínio.

Conforme Körössy (2008, p. 65), o turismo de massa provoca uma série de consequências negativas para os destinos turísticos, pois "[...] é praticado em larga escala, sem limites ao crescimento, sem respeito às capacidades de suporte das destinações receptoras, com vistas essencialmente ao lucro e incapaz de contemplar os anseios da própria comunidade residente na destinação." Segundo Saviolo, Delamaro e Bartholo,

As primeiras tentativas de definir o turismo estiveram limitadas ao âmbito econômico: metas de fluxos turísticos cada vez maiores, transformações espaciais em qualquer escala a fim de adequar os ambientes aos desejos de consumo e de lazer dos turistas induzidos pela propaganda, a visão restrita do turismo como uma atividade meramente econômica. A ideia de progresso desta atividade atrelada à noção de crescimento econômico – volume de investimentos, receita, empregos etc – denota a compreensão do turismo como se fosse uma "indústria". (SAVIOLO; DELAMARO; BARTHOLO, 2005, p. 17, grifo do autor).

Esses autores ainda afirmam que áreas diversas se interessaram em estudar o fenômeno turístico, como a geografia, a sociologia e a antropologia, ampliando a compreensão do turismo, que assim passou a ser considerado um fenômeno social complexo e o rótulo de indústria limpa comprovou-se falacioso.

[...] o turismo gera impactos no meio natural em que estiver alocado, na cultura de comunidades e povos, na distribuição social de seus ganhos, na organização econômica da localidade ou região. Seus efeitos podem ser positivos ou negativos, graves ou inócuos, dependendo do seu planejamento e políticas públicas, quando existem (SAVIOLO; DELAMARO; BARTHOLO, 2005, p. 18).

Segundo Dias (2003, p. 78), esses impactos surgem "[...] no desenvolvimento da infra-estrutura para o turismo, num incorreto manejo dos resíduos gerados pela atividade, nas cicatrizes da paisagem geradas pelo crescimento da infra-estrutura

nas áreas naturais e pelo volume de visitantes que afeta os ecossistemas mais frágeis”.

Para Körössy (2008, p. 59), os impactos causados pelo turismo podem ser positivos e negativos. A autora destaca como aspectos positivos a geração de empregos, a construção de infraestruturas e a dinamização da economia local. Os principais aspectos negativos apontados são as pressões especulativas, a ocupação desordenada do espaço, as práticas incompatíveis com a utilização do solo, os conflitos com valores tradicionais consolidados e estandardização dos padrões de consumo, a desagregação social, a perda de identidade cultural das comunidades autóctones, a prostituição, além das alterações no equilíbrio dos ecossistemas.

Dessa forma, urge uma busca pela sustentabilidade no turismo, visando promover o seu potencial positivo e minimizar os impactos socioambientais e culturais provenientes da inserção ou expansão da atividade turística. O conceito de turismo sustentável é um desdobramento do conceito de desenvolvimento sustentável publicado no Relatório Brundtland, em 1987, e que se consolidou a partir da realização da Rio-92, no qual se afirma que desenvolvimento sustentável é “aquele que atende às necessidades do presente, sem comprometer a capacidade de as gerações futuras atenderem também as suas.” (COMISSÃO MUNDIAL SOBRE MEIO AMBIENTE E DESENVOLVIMENTO, 1991, p. 46). No entanto, esse conceito é polêmico e gera diversos conflitos quanto à sua aplicação. Diversos autores acreditam que o conceito de desenvolvimento sustentável faz parte de um discurso hegemônico, que visa à manutenção das relações econômicas de produção e consumo, ou seja, não altera as estruturas econômicas e sociais e também não modifica a relação homem-natureza.

Dessa maneira, o conceito de turismo sustentável carrega consigo as mesmas controvérsias, conflitos de interesse e relações de poder presentes no discurso do desenvolvimento sustentável. Sendo assim, sua aplicação não se dá de forma consensual e homogênea conforme a aparente unicidade presente no discurso. Isso reflete diretamente nas diferentes concepções do que é sustentável ou não no turismo. Dias confirma que:

Há uma diversidade de definições do que seja o desenvolvimento turístico sustentável, e estas adotam a forma de um conjunto, geralmente numeroso, de princípios que respeitam a complexidade do conceito mas que dificultam sua sensível e correta compreensão, sobretudo por parte dos que atuam no âmbito do turismo. Essa

circunstância coloca em risco o papel a ser desempenhado pelos agentes turísticos na implantação dos princípios do desenvolvimento sustentável, pois a falta de precisão pode levar a seu uso meramente retórico. (DIAS, 2008, p. 67).

Conforme a Organização Mundial do Turismo – OMT (2003), turismo sustentável é aquele que atende às necessidades dos turistas atuais e das regiões receptoras e ao mesmo tempo protege e fomenta as oportunidades para o futuro. É considerado como um caminho para a gestão de todos os recursos de forma que possa satisfazer as necessidades econômicas, sociais e estéticas, respeitando concomitantemente a integridade cultural, os processos ecológicos essenciais, a diversidade biológica e os sistemas que sustentam a vida.

É importante salientar que turismo sustentável não é um segmento do turismo, como o ecoturismo, turismo rural, turismo de aventura etc., mas sim uma nova visão e um novo modo de fazer no turismo que envolve a preocupação com a preservação do patrimônio natural, histórico e cultural, a viabilidade econômica e a equidade social. Cabe também esclarecer que o ecoturismo, muitas vezes associado ao turismo sustentável e, às vezes, considerado como sinônimo, não necessariamente incorpora os princípios da sustentabilidade. O ecoturismo é, precisamente, aquele praticado em ambiente natural, em contato com a natureza e, pode ou não, ser sustentável.

Figueiredo afirma que:

Nos últimos anos o turismo cultural tem sido apontado como uma das possibilidades de desenvolvimento sustentável para diversas localidades. Esta atividade propõe a utilização de elementos da cultura local como atrativo turístico, contribuindo, assim, para o desenvolvimento da comunidade. A concepção de desenvolvimento aí presente não se resume ao desenvolvimento econômico, abarcando também a melhoria da qualidade de vida, saúde, emprego e segurança aliada à preservação do meio ambiente e respeito à diversidade. (FIGUEIREDO, 2005, p. 44).

O turismo cultural, segundo a definição do Ministério do Turismo, é o segmento do turismo relacionado com a “[...] vivência do conjunto de elementos significativos do patrimônio histórico e cultural e dos eventos culturais, valorizando e promovendo os bens materiais e imateriais da cultura” (BRASIL, 2006, p. 13). Turismo e cultura têm uma relação intrínseca, uma vez que a experiência de vivenciar o 'outro', entrar em contato com culturas diferentes, é uma das motivações dos turistas. De acordo com Figueiredo (2005), nas sociedades contemporâneas o

discurso que atribui significância social ao patrimônio cultural não apenas fomenta o sentimento de pertencimento e de continuidade histórica, como também assume a função de atrativo turístico. Sendo assim, “[...] a atividade turística aparece como um novo elemento que se insere na dinâmica cultural e, por conseguinte vai influenciar na produção discursiva e na utilização desse patrimônio” (FIGUEIREDO, 2005, p. 46).

A utilização turística dos bens culturais pressupõe sua valorização e promoção, bem como a manutenção de sua dinâmica e permanência no tempo. Valorizar e promover significa difundir o conhecimento sobre esses bens e facilitar-lhes o acesso e o usufruto, respeitando sua memória e identidade. É também reconhecer a importância da cultura na relação turista e comunidade local, aportando os meios para que tal inter-relação ocorra de forma harmônica e em benefício de ambos. (BRASIL, 2010, p. 17).

Entretanto, se por um lado a apropriação da cultura e do patrimônio cultural pelo turismo abre a possibilidade do desenvolvimento da alteridade e da sustentabilidade da comunidade envolvida, pois as peculiaridades locais são consideradas atrativos turísticos; por outro lado, existe a possibilidade de mercantilização do patrimônio de tal forma que este se torne basicamente um local para o consumo turístico, desterritorializado, a ser explorado por poucos (FIGUEIREDO, 2005, p. 46).

Pereiro (2006) salienta que a cultura e o patrimônio cultural têm se convertido em espetáculo de consumo para o turismo, especialmente o turismo cultural, sendo que as representações dos “nós”, muitas vezes, respondem a uma visão estereotipada externa da identidade dos anfitriões para os turistas. O autor afirma que esse processo, que pode ser denominado “festivalização”, banalização ou “disneylandização” da cultura, massifica e coloca em risco a conservação do patrimônio cultural, pela pressão que exerce sobre ele, perdendo assim as suas funções sociais educadoras. O autor ainda acrescenta que o turismo cultural e a patrimonialização deve ter como fins não só a rentabilidade econômica, mas também um fim educativo e educador e a sociabilidade, uma vez que a exploração em massa e exagerada do patrimônio cultural, fruto dessa “obsessão turística” de ver tudo o que há para ver, pode destruir o mesmo.

Assim, Pereiro (2006) propõe uma abordagem “participacionista” do patrimônio cultural, em que a recuperação e a conservação do patrimônio cultural devem se relacionar com as necessidades sociais presentes e com um processo

democrático de seleção do que se conserva, através de metodologias de intervenção comunitária democráticas e participativas.

O planejamento turístico deve enfatizar como importante aspecto na concepção de um turismo sustentável a gestão participativa, incluindo a população local em toda a dinâmica da atividade turística. Figueiredo afirma que

A participação da comunidade no planejamento da atividade turística pode evitar distorções na medida em que esta se torna co-responsável pelas consequências que o turismo traz pra ela. Com relação ao patrimônio, tal participação pode garantir que os elementos que são representativos para os grupos, e por isso mesmo constitutivos da identidade destes, sejam inseridos na dinâmica da indústria cultural não só privilegiando o lucro mas também a valorização das peculiaridades do local. (FIGUEIREDO, 2005, p. 48).

O envolvimento da comunidade é uma das premissas para o desenvolvimento sustentável do turismo, sendo de suma importância sua participação na tomada de decisão, pois esta é conhecedora de sua realidade e de seus problemas e necessidades, portanto, capaz de buscar soluções e estratégias para alcançar a melhoria na qualidade de vida, o fortalecimento de sua cultura e o bem-estar social, criando práticas de proteção e/ou valorização do seu patrimônio natural e cultural (IRVING et al., 2005).

No entanto, conforme Seabra (2005, p. 166), o que comumente se vê é a exclusão da população local da renda e dos benefícios advindos do turismo e poucas são as ações comprometidas com a inclusão dessas populações no desenvolvimento da atividade turística, sendo, muitas vezes, deslocadas para as redondezas das áreas turísticas, formando verdadeiros bolsões de miséria. Para Corrêa existe a necessidade de

[...] uma mudança na postura em relação aos projetos turísticos, que os transforme em processos de intervenção social educativa que levem à tomada de consciência coletiva das populações envolvidas quanto aos potenciais humanos e usos do seu território. Mas, principalmente, que permitam a todos que se interessam pela preservação do meio ambiente e pelo turismo como atividade sustentável o acesso a uma abordagem crítica, múltipla, reflexiva, para além do modo convencional de pensar (e agir) nessa área. (CORRÊA, 2009, p. 12).

De acordo com Seabra (2005), é necessário que haja uma mudança na cultura política para a articulação dos atores sociais de modo que torne a comunidade construtora de seus próprios empreendimentos. No Brasil, algumas

políticas e ações para o planejamento e gestão do turismo local vêm sendo incentivadas. Na década de 1990, o governo federal adotou estratégias para a descentralização do turismo, por meio do Programa Nacional de Municipalização do Turismo – PNMT, tendo sido descontinuado no ano de 2003. Essa iniciativa buscava disseminar o planejamento participativo e fomentar a mobilização comunitária em prol do turismo sustentável (FRATUCCI; SANSOLO; SEABRA, 2005).

Entretanto, como afirma Sansolo (2005), muitos dos programas e projetos que são implantados com a proposta da institucionalização da participação permanecem na superficialidade do processo participativo, nos quais:

A presença de grupos com menor poder político é frequentemente usada como argumento para a legitimação de programas ditos participativos. Embora possam ser denominados de participativos, na condução real dos processos, o que ocorre é um monólogo entre quem detém o poder e quem não consegue expressar seus anseios dentro de uma lógica de que não faz parte e que não compreende e, portanto, não consegue intervir. Por outro lado, se existem forma de linguagem que possibilitam o empoderamento das partes, de forma a criar assim uma simetria de poder por meio de uma ação dialógica, muitas vezes essas formas, esses meios, essas linguagens, são descredenciadas pelo poder público sob a alegação de não terem base científica. (SANSOLO, 2005, p.241-242)

Sansolo (2005, p. 245) alerta para as "[...] armadilhas dos discursos que encobrem os interesses, não expõem as finalidades em sua essência". Estes discursos, que se utilizam de uma roupagem participativa, na realidade são excludentes, uma vez que impedem uma ação dialógica verdadeira, por meio da linguagem formal. Quando a intenção é a inclusão, buscam-se meios que facilitem o diálogo, permitindo o empoderamento dos diversos atores sociais.

Na próxima seção será discutida a importância dos processos informacionais para a ação social e será apresentado o conceito de informação de Wersig.

2.2 INFORMAÇÃO PARA AÇÃO

Pode-se considerar que a informação surge como elemento fundamental no processo de turistificação de determinado local, uma vez que pode subsidiar a tomada de decisão em todos os níveis, desde os responsáveis pelos planejamentos turísticos até os cidadãos comuns enquanto turistas ou membros da comunidade local receptora de demanda turística. Na visão de Pedro,

[...] a incorporação da dimensão da sustentabilidade ao turismo envolve também, de modo destacado, a *informação*, seja nas estratégias de formação e educação dos atores sociais envolvidos – profissionais da área, população local e turista – seja no planejamento e desenvolvimento de projetos voltados para promover esta sustentabilidade, o que coloca em cena a coordenação de atividades transversais, envolvendo ações locais e globais, todas dependentes de fluxos eficientes de comunicação. (PEDRO, 2005, p. 304, grifo do autor).

Contudo, a informação não deve ser percebida de forma unilateral – na qual a população receberia passivamente a informação, absorvendo o conhecimento produzido na esfera estatal e/ou científica, sem considerá-la como produtora de conhecimento também. Conforme Marteleto,

O conhecimento construído pela comunidade em um contexto de mudanças, no qual os papéis do Estado e do mercado vêm se alterando, ressalta a importância da organização de redes de contato que mobilizam recursos materiais e simbólicos para a transformação social, promovendo novas e complementares formas de apropriação e produção de conhecimentos e, também, da transferência e gestão de informações, fora da regulação estatal. (MARTELETO, 2004, p. 47).

Dessa maneira, “[...] as ações políticas não podem ignorar as informações que os próprios grupos elaboram a partir de seus universos locais de vivência, interação e trabalho” (MARTELETO, 2004, p. 48). Assim, as alternativas de desenvolvimento “[...] dependem de uma mudança nas dinâmicas informacionais e comunicacionais, para abranger uma maior participação, dar a oportunidade a todos de expor seu ponto de vista e possibilitar acesso mais igualitário à informação, bem como a sua produção”. (AVIZ; ALBAGLI, 2011, p. 1707).

É importante ressaltar que o acesso à informação não garante a geração de conhecimento e o aprendizado, uma vez que a informação serve fundamentalmente à circulação ou transporte de conhecimentos (LATOUR, 1987), mas não é capaz por si só de alterar estruturas cognitivas. Para isso é necessário que haja um processo de aprendizado, entendido como relação social que consiste na aquisição e construção de diferentes tipos de conhecimentos, competências e habilidades. (ALBAGLI; MACIEL, 2004). Conforme Hildreth e Kimble (2002 apud ALBAGLI; MACIEL, 2004, p. 10), o aprendizado deve ser pensado como um processo em que “as pessoas não só são participantes ativos na prática de uma comunidade, mas também desenvolvem suas próprias identidades em relação àquela comunidade”.

Para Wersig (1993, p. 233), “[a] Informação é conhecimento em ação, o que significa que o comportamento racional [...] precisa de conhecimento. Tal conhecimento tem que ser transformado em algo que dê suporte a uma ação específica dentro de uma situação específica”. (tradução nossa). Albagli e Maciel (2004, p. 10) acrescentam que a capacidade de produzir novo conhecimento é a tão importante quanto a capacidade de processar e recriar conhecimento, por meio de processos de aprendizado; e, mais ainda, a capacidade de converter esse conhecimento em ação, ou mais especificamente, em inovação.

Segundo González de Gómez (2003, p. 32-33) a informação definida por “[...] ações de informação, as quais remetem aos atores que as agenciam, aos contextos e situações em que acontecem e aos regimes de informação em que se inscrevem, [...] tanto podem orientar-se à reprodução quanto à mudança dos regimes de informação que direcionam o fluxo e distribuição de informação entre sujeitos, áreas do conhecimento, atividades e regiões”. De acordo com a autora, um regime de informação corresponderia a:

[...] um modo de produção informacional dominante em uma formação social, conforme o qual serão definidos sujeitos, instituições, regras e autoridades informacionais, os meios e os recursos preferenciais de informação, os padrões de excelência e os arranjos organizacionais de seu processamento seletivo, seus dispositivos de preservação e distribuição. Um “regime de informação” constituiria, logo, um conjunto mais ou menos estável de redes sociocomunicacionais formais e informais nas quais informações podem ser geradas, organizadas e transferidas de diferentes produtores, através de muitos e diversos meios, canais e organizações, a diferentes destinatários ou receptores, sejam estes usuários específicos ou públicos amplos. [...] Um regime de informação, assim, está configurado, em cada caso, por plexos de relações plurais e diversas: intermediáticas (TV, jornais, conversas informais, Internet etc.); interorganizacionais (empresa, universidade, domicílios, associações etc.) e intersociais (atores comunitários, coletivos profissionais, agências governamentais, entre outros). (GONZÁLEZ DE GÓMEZ, 2002, p. 34-35).

A internet e as mídias digitais têm afetado cada vez mais o uso da informação, uma vez que trazem novas possibilidades de comunicação e mobilização social, abrindo novos espaços de interação e resistência, os quais permitem dar voz a determinados grupos sociais que antes não tinham visibilidade na grande mídia. Conforme Floriani e Morigi (2006, p. 108), “[...] as mídias digitais transformaram a organização espacial e temporal da vida social, criando novas formas de ação, de interação e de exercício do poder”.

Segundo Albagli e Maciel (2004, p. 11), "A difusão e o compartilhamento de informações e conhecimentos requerem que os atores estejam conectados, que haja canais ou mecanismos de comunicação que propiciem os vários fluxos de conhecimento e o aprendizado interativo". Nesse sentido, as novas mídias digitais (transformadas em mídias sociais) exercem um importante papel como "instrumentos privilegiados de mobilização e participação política e cidadã, tanto em movimentos estruturados (como os do software livre), como pela simples ação individual tornada coletiva, bem como de produção colaborativa". (ALBAGLI; MACIEL, 2011, p. 18).

Nesta pesquisa serão analisadas as estratégias e práticas informacionais utilizadas pelos atores imbricados no processo de requalificação urbana que a zona portuária do Rio de Janeiro vem sofrendo. A partir de uma análise preliminar já pôde-se identificar que estes atores utilizam as mídias digitais (blogs, *Facebook*, *YouTube* etc) como canais de comunicação e instrumento para a mobilização social.

3 REQUALIFICAÇÃO URBANA DA ZONA PORTUÁRIA DO RIO DE JANEIRO

Este capítulo apresenta na seção 3.1 uma contextualização dos processos de requalificação urbana que vêm acontecendo nos antigos centros e regiões portuárias, a partir de uma concepção de cidade-empresa. Esse tipo processo tem sua expressão na cidade do Rio de Janeiro através projeto Porto Maravilha, apresentado e discutido na seção 3.2.

3.1 DA DECADÊNCIA DA CENTRALIDADE À REQUALIFICAÇÃO DOS CENTROS URBANOS

A partir do século XIX e em meados do século XX, várias metrópoles se formaram em função da dinâmica do industrialismo. As cidades passaram a ser locais onde a "vida" se movia, onde se concentravam os comércios e serviços, além de postos de trabalho e atividades culturais e de lazer. As cidades representavam o auge, a modernização. A descentralização econômica levou indústrias e comércios a estabelecerem-se fora das áreas centrais. Com a mudança da estrutura econômica, e com o consequente deslocamento das indústrias, os centros urbanos entraram em decadência, tornando-se lugares onde imperava o desemprego, a violência e o abandono.

Magalhães (2008) acrescenta que as intervenções do poder público, ao definir as áreas a serem valorizadas e realizar modificações espaciais, também foram responsáveis pelo processo de alteração dos valores atribuídos às diversas áreas da cidade, entre elas o centro.

As intervenções do Poder Público seguem a lógica da disputa entre as classes sociais por espaços dentro da cidade, e pode ser alterada pelas modificações na forma de se encarar a permanência das classes de mais alta renda em determinados espaços da cidade, que podem ser resultantes de questões objetivas, como insalubridade, por exemplo, ou, também, podem estar ligadas a aspectos ideológicos, como modismos. Outro fator importante é a necessidade do capital imobiliário de buscar novas áreas para sua expansão. Das disputas por melhores localizações, surgem os vetores de crescimento urbano, capazes de deslocar os centros ou as direções de seu desenvolvimento. (MAGALHÃES, 2008, p. 33)

O processo de decadência ou deterioração do centro consiste em seu abandono por parte das camadas de alta renda, sendo tomado pelas camadas

populares, (VILLAÇA apud MAGALHÃES, 2008). Para Alves (2011, p. 112), "[...] essa 'decadência' da centralidade também está associada à crise produtiva mundial dos anos 1970", que acaba por instalar um regime de acumulação flexível trazendo mudanças produtivas e nas relações de trabalho. A produção é caracterizada pela robotização, pelo intenso uso de tecnologia e informação e pela diminuição de trabalhadores na linha de produção, enquanto as relações de trabalho são caracterizadas pela flexibilidade, acompanhadas do crescimento da terceirização dos trabalhadores ou sua inserção como autônomos, promovendo grande rotatividade e insegurança aos trabalhadores.

Segundo Cocco (s.d.), a desintegração social (desemprego estrutural, trabalho informal e precário, nova pobreza) causada pelo declínio industrial e consequente declínio econômico se materializou na decadência daquelas zonas urbanas que mais eram marcadas pela sua inserção dentro das funções do modelo industrial em via de esgotamento: bairros operários empobrecidos, zonas de concentração das grandes plantas fabris esvaziadas, grandes infraestruturas industriais abandonadas. Essas áreas perderam junto com a sua “função” na cadeia produtiva industrial a sua própria “vocação”. O autor ainda afirma que:

Em termos de **urbanismo** (entendido como planejamento urbano e regional), os “vazios” (*friches*) deixados pelo declínio das grandes plantas industriais e suas infra-estruturas transformaram-se, por um lado, em vetores de ulterior degradação do tecido urbano e social das grandes cidades brasileiras e, pelo outro, em espaços e oportunidades de **novos grandes projetos urbanos**: emblemáticas disso foram as grandes operações de recuperação urbana dos portos. (COCCO, s.d. grifo do autor)

Assim, observa-se uma tendência mundial de recuperação e refuncionalização dessas áreas para que se tornem novamente economicamente atrativas. Pode-se citar como exemplos a recuperação das zonas portuárias de Londres, Barcelona, Buenos Aires, entre outras.

Segundo Magalhães (2008, p. 50), a globalização das atividades econômicas tem contribuído para o retorno do papel das áreas centrais das cidades inseridas nas redes internacionais, um interesse que já havia sido instalado entre os urbanistas: a retomada dos centros das cidades e das áreas de urbanização mais antigas. Para Castells (apud MAGALHÃES, 2008), "uma política de criação de centralidade urbana passa por uma recuperação e revitalização do centro existente". Merlin e Choay afirmam que:

[...] as propostas de revitalização urbana estão baseadas, também, na reutilização do patrimônio instalado e no incremento do turismo e do lazer, mantendo uma forte preocupação com os aspectos simbólicos das áreas sob intervenção e com as possibilidades de otimização de seus espaços através de mudanças físicas". (MERLIN; CHOAY apud MAGALHÃES, 2008, p. 50-51).

A recuperação dos espaços públicos, a valorização do patrimônio e das áreas de convivência e a requalificação das edificações e da infraestrutura das áreas centrais visam reabilitar ou reimplantar antigas funções, como habitação e comércio, e implantar novas funções, por exemplo, as culturais e recreativas. Entretanto, esse processo pode provocar o êxodo das populações locais e a implantação de opções turísticas que levem à criação de artificialidades, uma vez que, frequentemente, é construído um significado a partir do patrimônio cultural edificado. Segundo Sansolo (2005), as propostas de 'revitalização' dos centros urbanos procuram atribuir um novo significado para a cidade. Contudo, a revalorização imobiliária e a mercantilização do patrimônio cultural por meio do turismo, que muitas vezes ocorre em detrimento de outros espaços e do patrimônio intangível, vêm se constituindo um fator de exclusão social.

Cabe ressaltar que a utilização do termo 'revitalização' é polêmica, uma vez que pressupõe que o local que irá receber as intervenções urbanas é desprovido de vida. Magalhães alerta que

[...] o uso generalizado do conceito de revitalização nas intervenções urbanas da pós-modernidade vem sendo questionado, na medida em que pressupõe uma perda ou ausência de vitalidade das áreas afetadas. Em muitos casos, tais áreas consideradas decadentes passam, na verdade, por uma perda de funções ligadas às classes mais altas. (MAGALHÃES, 2008, p. 67).

Para o autor o conceito de requalificação urbana seria mais adequado, uma vez que está menos ligado à ideia de perda de vitalidade e mais ao acréscimo de atividades econômicas e à alteração das características físicas e da composição social e econômica de áreas ainda ocupadas, em que também estão presentes os processos de gentrificação. Dessa forma:

A requalificação está principalmente voltada para o estabelecimento de novos padrões de organização e utilização dos espaços, com vistas a um melhor desempenho econômico, utilizando-se do "city marketing", e servindo à competitividade entre as cidades, característica da globalização. (MAGALHÃES, 2008, p. 68, grifo do autor).

Magalhães (2008) elenca as três gerações de projetos urbanos. Segundo o autor, a primeira geração foi marcada pela contraposição às ideias dominantes no modernismo, que provocaram mudanças radicais nas cidades e tiveram como consequência a perda das relações sociais entre habitantes que foram deslocados para outros pontos da cidade, em função dos processos de renovação urbana, a formação de áreas monofuncionais e a perda de unidade de tecido urbano.

Nessa primeira fase os projetos urbanos denotavam uma preocupação com a complexidade e as particularidades do espaço urbano. Já a segunda geração dos projetos urbanos, de natureza contextualista, tinha a preocupação com a valorização do 'lugar' e representaram uma ruptura com o período anterior, que era marcado por ideais mais abstratos e universais. Na terceira geração, os projetos urbanos foram marcados pela lógica de mercado, com o marketing e a competitividade entre as cidades, levando à adoção do planejamento estratégico.

Esses projetos têm como características as noções de cidade-empresa, revitalização urbana e parceria entre poder-público e privado. Entretanto, "[...] a eficiência da cidade-empresa não parece estar voltada para a inclusão dos setores mais desfavorecidos, assim como a parceria público-privado está, prioritariamente, voltada para as empresas e os empresários". (MAGALHÃES, 2008, p. 56).

O papel da cultura é fundamental nos empreendimentos do urbanismo de terceira geração. Segundo Hall (apud MAGALHÃES, 2008, p. 56.), esses empreendimentos "incorporavam uma nova combinação de atividades: recreação, cultura, compras, habitação para moradores de renda mista".

As estratégias culturais adotadas pelo urbanismo de terceira geração exercem uma função de controle social e tem sido cada vez mais utilizadas nas políticas urbanas neoliberais que visam trazer uma nova centralidade às cidades. Para Arantes,

[...] à medida que a cultura passava a ser o principal negócio das cidades em via de gentrificação, ficava cada vez mais evidente para os agentes envolvidos na operação que era ela, a cultura, um dos mais poderosos meios de controle urbano no atual momento de reestruturação da dominação mundial. (ARANTES, 2000, p. 33).

Magalhães (2008, p. 56) cita como primeiros exemplos desse novo modelo de reurbanização "[...] as intervenções na orla marítima de Boston e no cais interno de Baltimore, ambas cidades haviam sofrido com a decadência de tais áreas em função de reestruturações ocorridas no setor portuário". Este modelo de intervenção

urbanística passou a ser seguido em diversas outras cidades do mundo. Um dos casos mais emblemáticos ocorreu em Barcelona, com vistas às Olimpíadas de 1992, tornando-se modelo para muitas cidades latino-americanas. O autor acrescenta que "Tais experiências tiveram em comum o recurso a parcerias com a iniciativa privada, o abrandamento de posturas urbanas, fortes investimentos no setor terciário, a atenção a áreas intra-urbanas e um forte apelo à atividade turística". (MAGALHÃES, 2008, p. 57).

Neste contexto, marcado pela afirmação mundial do neoliberalismo, o planejamento e gestão das cidades utilizam estratégias de *city marketing* para produzir imagens positivas que as promovam. Dessa forma, as intervenções urbanísticas realizam grandes empreendimentos turísticos e recorrem a efeitos de artificialidade e cenarização da vida urbana, desenvolvendo a noção de cidade-espetáculo. A cultura e a própria cidade tornam-se objeto de consumo. Almeida corrobora essa visão afirmando que:

A urbanização com interesses no turismo muitas vezes negligencia os habitantes da cidade, implantando uma materialidade que não se comunica com o lugar. É uma urbanização baseada na venda e no consumo de prazer, na qual a prioridade é a satisfação do turista [...]. Para atrair os visitantes, as políticas urbanas priorizam o embelezamento. Assim, os espaços públicos são restaurados e refuncionalizados, a fim de compor um cenário urbano mais atraente [...]. Contudo, essas refuncionalizações constituem frequentemente espaços de distanciamento [...], pois privilegiam o olhar e não as possibilidades de aproximação e convivência. (ALMEIDA, 2012, p. 54-56).

Mascarenhas (2012, p. 42) assinala que diante deste cenário entende-se "[...] o vertiginoso crescimento do interesse, por parte das administrações urbanas em escala mundial, pela realização de megaeventos, que se traduzem em imediata projeção midiática global".

Segundo Magalhães (2008, p. 58), tanto os projetos de segunda geração quanto os de terceira geração encontraram nos centros urbanos áreas essenciais para aplicação de seus ideários. Mais do que isso "[...] os centros vêm representando espaços a serem reconquistados pelas classes mais altas, que dele, em geral, haviam se retirado, num processo de elitização [...]" (MAGALHÃES, 2008, p. 58). Esse fenômeno, conhecido como gentrificação, se dá com a expulsão das camadas mais populares através da valorização imobiliária decorrente de investimentos maciços em áreas urbanas degradadas. A valorização dessas áreas

foi conduzida pelas leis de mercado e com apoio do Poder Público, num processo chamado por Neil Smith de "cidade revanchista", o qual está relacionado à mobilização de grande investimento público, que, desviado do auxílio aos grupos minoritários, funciona como subsídio para a retomada de determinadas áreas urbanas pelos grupos economicamente mais poderosos. "A atração das classes médias para os centros urbanos degradados tem sido uma estratégia bastante extensiva que opera como fórmula neoliberal de recuperação urbana". (SMITH, 2002 apud CASTRO; CASSIÁN, 2012, p. 193).

A retomada desses espaços muita vezes acontece de forma arbitrária, o que seria um componente importante do que Magalhães (2008, p. 59) chama de novo 'anti-urbanismo'. Ele exemplifica com o caso da violenta desocupação da *Tompkins Square Park* em Nova Iorque, em 1991, a qual, desde 1988, encontrava-se tomada por grupos de 'sem-teto', desempregados, 'punks' e anarquistas. A fim de tornar a área mais valorizada, a operação utilizou 350 policiais para retirar os ocupantes à força, instalando, posteriormente, uma grade em torno da praça, que passou a servir aos novos moradores do bairro, formados pela classe média e empresários.

Este estudo analisará especificamente o caso da zona portuária do Rio de Janeiro, que vinha sendo foco de diversos planos e projetos há mais de 40 anos, alguns implantados parcialmente, outros que permaneceram só no papel; mas que hoje ganharam impulso com a realização dos megaeventos esportivos, para a implantação das intervenções previstas pelo mais recente projeto de revitalização da zona portuária, conhecido como Porto Maravilha.

3.2 SOBRE O PROJETO PORTO MARAVILHA

A cidade do Rio de Janeiro vem se preparando para receber diversos megaeventos, alguns já realizados, como a Copa das Confederações e a Jornada Mundial da Juventude, ambos em 2013, a Copa Mundial de Futebol, em 2014, e outros em preparação, principalmente, os Jogos Olímpicos, em 2016.

De acordo com o discurso oficial proferido pelo então presidente Luiz Inácio Lula da Silva (CASTRO; CASSIÁN, 2012, p. 191), esses eventos "[...] permitirão que a cidade se posicione e seja exportada como uma cidade global atraente para o turismo, preparada para os negócios e rentável e segura para os investidores,

convertendo-se em símbolo de esforço de melhoria e modernização de todo o país". Esse discurso demonstra o objetivo de mercantilização da cidade do Rio de Janeiro, evidenciando uma gestão baseada na noção de cidade-empresa.

Assim como Barcelona fez para a ocasião dos Jogos Olímpicos de 1992, os governos, em suas diferentes instâncias (municipal, estadual, federal) planejam deixar como "legado" para o Rio de Janeiro a recuperação de sua frente litorânea, através de um projeto de grandes dimensões, denominado Porto Maravilha. O projeto, criado pela Lei Complementar nº 101/2009¹, institui a Operação Urbana Consorciada (OUC) na Área de Especial Interesse Urbanístico (AEIU), também instituída nesta lei, e

[...] compreende um conjunto de intervenções coordenadas pelo Município e demais entidades da Administração Pública Municipal, com a participação de proprietários, moradores, usuários e investidores, [visando] promover a reestruturação urbana da AEIU, por meio da ampliação, articulação e requalificação dos espaços livres de uso público da região do Porto, visando à melhoria da qualidade de vida de seus atuais e futuros moradores, e à sustentabilidade ambiental e socioeconômica da região. (RIO DE JANEIRO, 2009).

Com as intervenções na infraestrutura urbana e implantação de novos equipamentos culturais, o projeto Porto Maravilha pretende atrair moradores com maior poder aquisitivo, comércios e serviços, eventos, sedes de multinacionais, além de tornar a área turisticamente atrativa.

O projeto pretende fazer um uso moderno da antiga zona portuária do Rio de Janeiro, onde contêineres, docas e outras infraestruturas portuárias em desuso, marcas de um passado industrial, vão abrindo espaço para uma nova paisagem de caráter pós-industrial que irá ocupar uma nova posição de centralidade econômica e cultural urbana. Uma agenda de desenvolvimento que permita, a partir de uma transformação urbanística em larga escala, uma profunda modificação da base econômica e social a partir dos processos simultâneos de reconversão industrial e uma orientação em direção ao setor de serviços. (CASTRO; CASSIÁN, 2012, p. 192-193)

Para gerir este projeto foi criada, através da Lei Complementar nº 102/2009², uma empresa de economia mista denominada Companhia de Desenvolvimento

¹ Disponível em: <http://www.portomaravilha.com.br/conteudo/legislacao/2010/06/LC101_-_23112009.pdf>. Acesso em: 13 jul.2014.

² Disponível em: <http://www.portomaravilha.com.br/conteudo/legislacao/2010/05/LC102_-_23112009_-_CDURP.pdf>. Acesso em: 13 jul. 2014.

Urbano da Região do Porto do Rio de Janeiro (CDURP). A CDURP é controlada pelo Município, e foi criada como economia mista para, entre outras finalidades, articular livremente a colaboração entre todos os órgãos públicos envolvidos no projeto e a iniciativa privada, sem a necessidade dos encargos da realização de licitações.

Já para a execução das obras, requalificação urbana e ambiental da região e da administração de serviços públicos, como iluminação, limpeza e segurança na região a prefeitura estabeleceu, com a criação da Lei Complementar nº105/2009 uma Parceria Público-Privada (PPP) com a Concessionária Porto Novo S/A, formada pelas construtoras Norberto Odebrecht, Carioca Christiani-Nielsen Engenharia e OAS Engenharia. Esta é maior parceria público-privada do Brasil, que encarrega a concessionária pela Operação Urbana da região portuária durante os próximos 15 anos.

A verba para a realização das obras é composta de capital público, da Secretaria Municipal de Obras, de capital Privado, a partir do contrato estabelecido com a Concessionária Porto Novo S/A e de capital oriundo da venda de Certificados de Potencial Adicional de Construção (CEPAC), títulos imobiliários que os interessados em explorar os novos parâmetros de construção deverão comprar de acordo com a dimensão de seus empreendimentos, permitindo a construção de edifícios de até 50 andares. Estima-se que por meio desses instrumentos obter-se-á até 8 bilhões de reais para financiar a operação Porto Maravilha.

Os CEPACs constituem uma alteração para o Plano Diretor da Cidade, de forma a permitir um aumento do potencial construtivo da região, atraindo o interesse dos investidores e captando recursos para as obras de recuperação urbana. Para Castro e Cassián, porém, estes projetos de lei, e a implantação dos CEPACs constituem uma “privatização disfarçada” de recursos e responsabilidades públicas:

O desenvolvimento de parcerias, as alterações nos parâmetros urbanísticos, a concessão de incentivos fiscais e o investimento público em infraestruturas para a valorização dos Cepacs implicam uma transferência de recursos públicos para o setor privado e uma privatização da governança urbana, em que não apenas a cidade passa a ser governada como uma empresa, mas [também] será o próprio setor privado, através das empresas (construção civil, incorporadoras, financeiras, imobiliárias) que passará a assumir tarefas que tradicionalmente haviam sido de natureza pública. (CASTRO; CASSIÁN, 2012, p.197-198).

Diante da necessidade de dar início às obras e captar recursos para financiá-las, em junho de 2011 todos os 6,4 milhões de CEPACs emitidos foram leiloados e arrematados em lote único por um Fundo Público de Investimentos, controlado pela Caixa Econômica Federal com recursos do FGTS, que passou a administrar esses títulos à espera de, posteriormente, revendê-los no mercado por um valor superior, recuperando, assim, o dinheiro. Castro e Cassián alertam que:

O caráter incerto e, portanto, intrinsecamente especulativo da produção de novas mais-valias urbanas torna fundamental o papel do Estado, que assume os riscos financeiros associados a essa reestruturação urbana, com base em uma expectativa de revalorização imobiliária. Isto permitiria definir o funcionamento específico da máquina de crescimento que emerge na cidade, no bojo do projeto Porto Maravilha: com base na liturgia das parcerias público-privadas, o setor público coloca seus ativos (terrenos, capacidade de alterar os padrões de construção) e adianta o dinheiro através dos recursos dos trabalhadores (não esquecer a natureza do FGTS – Fundo de Garantia por Tempo de Serviço), assumindo um risco para regenerar e revitalizar uma área urbana que promete grandes benefícios para o setor imobiliário/construção civil. Traduzindo a retórica das PPPs a uma linguagem mais realística de custos públicos e benefícios privados [...]. (CASTRO; CASSIÁN, 2012, p.195-196).

Em resumo, a viabilização e execução do projeto exigiu uma série de instrumentos legais que pudessem mobilizar as rendas imobiliárias capazes de financiá-lo (CASTRO; CASSIÁN, 2012):

- ✓ LC 101/2009 - Criação da Área Especial de Interesse Urbanístico (AEIU) e da Operação Urbana Consorciada (OUC) da Região Portuária, possibilitando investimentos em infraestrutura com recursos privados e venda de CEPACs.
- ✓ LC 102/2009 - Operacionalização do instrumento e desenvolvimento da região, a Companhia de Desenvolvimento Urbano da Região Portuária (CDURP).
- ✓ LC 105/2009 - Criação o Programa Municipal de Parcerias Público Privadas (PROPAR Rio).
- ✓ Lei 5.128/2009 - Incentivos fiscais à revitalização, isenção, redução e remissão de impostos, objetivando o rápido desenvolvimento da área.
- ✓ Medida Provisória 496 - Viabiliza a transferência de terras da União para o Município, possibilitando a realização de empreendimentos residenciais e comerciais.

Destaque especial é dado para as leis 101/2009, 102/2009 e 5.128/2009 por Castro e Cassián (2012, p. 194), que as definiram como "[...] uma nova institucionalidade nas políticas de planejamento urbano – a saber: *como se financia, quem faz a gestão e quem a implementa* –, caracterizada por novas formas de organização da gestão pública". (grifo dos autores).

Entre as intervenções de infraestrutura urbana propostas pelo projeto Porto Maravilha estão: a demolição do Elevado da Perimetral; a construção de 4km de túneis/viadutos; a reurbanização de 70 km de vias e 650.000 m² de calçadas; a implantação 17km de ciclovias; a instalação de 7.000 postes; o plantio de 15.000 árvores; entre outras (CDURP, 2011a).

O projeto prevê ainda iniciativas especiais, como a recuperação do patrimônio arquitetônico histórico e cultural da região, um novo terminal marítimo, um centro de pesquisas/parque de animais marinhos chamado *AquaRio*, a construção do Museu do Amanhã, projeto do renomado arquiteto espanhol Santiago Calatrava, e do Museu de Arte do Rio (MAR) – já concluído e inaugurado, que, de acordo com Castro e Cassián (2012, p. 193), são "[...] considerados as 'âncoras culturais' no processo de recuperação da área portuária e uma forte estratégia de *marketing* na atração de novos investidores para a valorização imobiliária". A instalação desses equipamentos culturais vai ao encontro de um novo projeto de cidade global, no qual a cultura e o lazer são mercantilizados e promovidos visando à formação de pólos turísticos geradores de renda e atrativos para novos investimentos.

Os autores afirmam que os processos de revalorização do solo na zona portuária e sua consequente atração de investimentos e capital estão atrelados a uma busca por um novo espaço de centralidade econômica.

A valorização imobiliária de um espaço antes degradado e habitado por população de baixa renda, e a atratividade que este aumento deve gerar para a chegada de novos investidores, novos segmentos profissionais e moradores de classe média, culminará com o processo de recuperação urbanística a partir da construção de uma nova geografia pós-fordista, um aproveitamento urbanístico semelhante ao que tem sido produzido em outras "cidades globais" e que mostra uma orientação para um tipo de recuperação urbana em que se busca a liderança do setor privado. (CASTRO; CASSIÁN, 2012, p. 193).

O perímetro de abrangência do projeto foi determinado em lei, por meio da criação da Área de Especial Interesse Urbanístico (AEIU) e abarca uma área de 5

milhões de metros quadrados (m²), que corresponde aos bairros da Saúde, Santo Cristo e Gamboa, além de alguns setores dos bairros do seu entorno, como São Cristóvão, Centro e Cidade Nova. A Figura 1 ilustra o perímetro no mapa da cidade.

Figura 1 - Perímetro do Porto Maravilha



Fonte: Valentini (2013)

Dentro desse perímetro foram realizados zoneamentos de acordo com a vocação de cada área da região. Na Figura 2, divulgada pela CDURP como a visão de futuro para a zona portuária do Rio de Janeiro, pode-se observar uma área que contempla o turismo e entretenimento, corroborando a existência de um plano de ações para a promoção do turismo na região.

O zoneamento leva em consideração as parte dos bairros da Saúde, Santo Cristo, Gamboa e Centro (SAGAS), que são protegidas pelo decreto nº 7351/88³, como Área de Proteção Ambiental (APA), a fim de que não sejam erguidas construções novas, e que as já existentes permaneçam tombadas.

Mais tarde, em 1992, o governo utilizou a Lei Complementar nº16/1992⁴ para demarcar os bairros SAGAS como uma Área de Proteção do Ambiente Cultural

³ Disponível em: <<http://portomaravilha.com.br/conteudo/legislacao/D7351M.pdf>>. Acesso em: 13 jul. 2014.

⁴ Disponível em:
<<http://mail.camara.rj.gov.br/APL/Legislativos/contlei.nsf/bff0b82192929c2303256bc30052cb1c/758414dfce085d47032577220075c7e4?OpenDocument>>. Acesso em: 13 jul. 2014.

(APAC), atualizando uma legislação mais apropriada para regiões urbanizadas, e deixando a demarcação de APAs para uso exclusivo em ambientes naturais.

Em 2011, foi revogada pela Lei Complementar nº111/2011⁵, que define a Política Urbana e Ambiental e institui o Plano Diretor de Desenvolvimento Urbano e Sustentável do Município do Rio de Janeiro, unificando e estendendo proteções a todas as regiões delimitadas como APACs e AEIUs.

Figura 2 - Visão de Futuro da Zona Portuária do Rio de Janeiro



Fonte: (CDURP, 2011a)

A Lei Complementar nº101/2009 determina ainda que pelo menos 3% dos recursos arrecadados com os CEPACs sejam utilizados na recuperação e valorização do patrimônio histórico, no desenvolvimento socioeconômico, e no fomento à atividade cultural da região portuária. Para esta finalidade, a CDURP criou os Programas Porto Maravilha Cidadão e Porto Maravilha Cultural, que articulam ações do poder público e privado no atendimento à utilização da verba, divididas nas seguintes linhas de ação (CDURP, 2011b):

Linhas de ação do Programa Porto Maravilha Cidadão:

⁵Disponível em:

<<http://mail.camara.rj.gov.br/APL/Legislativos/contlei.nsf/a99e317a9cfec383032568620071f5d2/cdd6a33fa14df524832578300076df48?OpenDocument>>. Acesso em: 13 jul. 2014.

- ✓ Apoio a programas de habitação de interesse social;
- ✓ Formação profissional principalmente para população jovem;
- ✓ Ações de requalificação profissional para moradores;
- ✓ Absorção / integração da população ao mercado de trabalho;
- ✓ Ações de empreendedorismo;
- ✓ Educação para a cidadania, educação ambiental, educação para o trânsito;
- ✓ Produção de conhecimento sobre o processo de transformação social da região portuária;
- ✓ Incentivo à inovação tecnológica para sustentabilidade, integração e inclusão social.

Linhas de ação do Programa Porto Maravilha Cultural:

- ✓ Recuperação e restauração material do patrimônio artístico e / ou arquitetônico;
- ✓ Valorização do Patrimônio Cultural Imaterial;
- ✓ Preservação, valorização da memória e das manifestações culturais;
- ✓ Exploração econômica do patrimônio material e imaterial, respeitados os princípios de integridade e sustentabilidade do patrimônio, e inclusão e desenvolvimento social;
- ✓ Produção de conhecimento sobre a memória da região e inovação na sua exploração sustentável;
- ✓ Formação e pesquisa, incluindo a produção de publicações sobre o patrimônio material e imaterial da região portuária.

O projeto conta ainda com a colaboração de outros programas, que apesar de distintos, acabam se integrando, como o Programa Morar Carioca, responsável pela construção do teleférico do Morro da Providência e das moradias destinadas às famílias que sofrerão ações de remoção, e o Programa Unidade Pacificadora da Polícia (UPP). Sobre este último, o discurso oficial foi o de reforçar a segurança e a autoridade pública dentro da região, mas, no entanto, existem fortes controvérsias sobre os reais impactos da implantação e permanência desse programa dentro das comunidades, do ponto de vista da segurança dos moradores locais.

Toda esta orquestração conjunta de esforços na região está intimamente relacionada aos preparativos para a Copa e as Olimpíadas. Uma dura crítica, entretanto, tem sido feita ao o estado de exceção criado por estes megaeventos esportivos, que acabam por legitimar uma agenda urbana de caráter neoliberal e com uma institucionalidade própria.

A realização desses empreendimentos tem sido por vezes utilizada como justificativa para ações governamentais arbitrárias que são legitimadas por meio da instituição de medidas provisórias ou leis que, muitas vezes, ferem a Constituição Federal. O próprio projeto Porto Maravilha foi aprovado de forma excepcional em menos de um mês após o anúncio da cidade como sede olímpica, sob a justificativa da necessidade de cumprir os prazos estabelecidos. Carlos (2010, p. 44) ratifica que "todas as propostas parecem se justificar, pura e simplesmente, a partir da iminência do acontecimento dos dois megaeventos mundiais". Segundo ele, esta situação afasta qualquer possibilidade de questionamento conceitual, político ou legal dos atuais projetos em curso, além de excluir a possibilidade de um necessário debate democrático com as comunidades locais antes da implantação de tais projetos.

Nesse contexto, sob o discurso de melhorar a imagem internacional da cidade, o governo tem utilizado práticas de disciplinamento do território e da ordem social urbana, adotando medidas repressivas contra a economia informal, que se caracterizam como operações de 'limpeza social', as quais "criminalizam a pobreza e as práticas de subsistência de uma grande parcela da população". Além disso, "as novas infraestruturas urbanas planejadas, a melhoria dos sistemas de transporte, os novos equipamentos esportivos e o incremento do turismo vêm sendo implementados a custa de expulsões e remoções forçadas, atos de violência institucional, falta de informação e de espaços de participação cidadã [...]". (CASTRO; CASSIÁN, 2012, p. 202). Corroborando essa afirmativa, Aguiar (2012), declara que muitas vezes o poder público é o principal violador de direitos, abusando do poder de polícia para retirar pessoas de suas casas sem o devido processo legal, desprezando, assim, o direito à moradia e outros direitos humanos correlatos, inclusive o direito à cidade.

Tudo isso vem gerando a insatisfação de certos grupos da sociedade que são excluídos desse processo. E o turismo permeia toda essa dinâmica do processo de recuperação urbana, uma vez que o seu incremento está presente na concepção e

gestão empresarial da cidade, junto com a valorização imobiliária e a gentrificação. Entretanto, a noção de cidade-espetáculo, intensificada partir deste tipo de gestão e que preconiza a venda e consumo de simulacros, gerando lucro para os grandes empresários não condiz com as premissas do turismo sustentável, no qual é fundamental a participação da população local de forma a torna-se co-responsável pela atividade e impactos advindos dela, além da socialização dos benefícios.

Nesse sentido, cabe analisar como se dá e qual é o papel da informação na participação da população local nesse ambiente que vem sofrendo grandes transformações, que afetarão diretamente a vida dessas pessoas, sendo no seu modo de viver ou mesmo com sua expulsão, no caso daqueles que foram e ainda serão desapropriados ou afastados pela especulação imobiliária.

4 DINÂMICAS INFORMACIONAIS NO MORRO DA PROVIDÊNCIA

Neste capítulo é apresentada a pesquisa empírica, que consistiu na realização de entrevistas semiestruturadas, divididas em dois roteiros-guia: o primeiro roteiro dirigido para moradores da comunidade do Morro da Providência e o segundo roteiro para representantes da Companhia de Desenvolvimento Urbano da Região do Porto do Rio de Janeiro (CDURP) e da prefeitura da cidade do Rio de Janeiro, tais como agentes e servidores.

O capítulo inclui ainda uma análise do conteúdo disponível na mídia, na internet e em redes sociais por fontes de ambos os perfis, com o objetivo de identificar as estratégias informacionais e comunicacionais utilizadas pelos atores sociais mencionados, assim como os instrumentos e canais de informação e comunicação empregados para a divulgação de seus discursos.

Este capítulo foi estruturado da seguinte forma: o subcapítulo 4.1 descreve a história e a evolução da ocupação do Morro da Providência. Os subcapítulos seguintes foram divididos de acordo com os atores sociais nos quais esta pesquisa se debruçou, sendo o subcapítulo 4.2 dedicado às ações de informação da comunidade e o subcapítulo 4.3 dedicado às ações de informação do governo e seus parceiros. Esses subcapítulos, por sua vez, se dividem conforme o tipo de pesquisa realizada: primeiro apresentando as entrevistas e em seguida o levantamento na internet dos instrumentos e canais de comunicação utilizados por ambos os atores.

4.1 MORRO DA PROVIDÊNCIA: BREVE HISTÓRIA

O Morro da Providência está localizado no bairro da Gamboa, zona portuária do Rio de Janeiro e é considerada a primeira favela da cidade. A ocupação da região do Morro da Providência iniciou-se em 1893, quando o prefeito Candido Barata Ribeiro determinou a demolição de um grande cortiço localizado na região central da cidade, próximo a Central do Brasil, chamado Cabeça de Porco. Foram desalojadas mais de duas mil pessoas com a justificativa de higienização pública. Segundo Zylberberg (1992, p. 52), uma cláusula da demolição do cortiço permitia que os moradores retirassem madeiras para serem reaproveitadas na construção de

novas moradias. Um grupo de ex-moradores do cortiço Cabeça de Porco retirou esse material e seguiu por poucos metros até o Morro da Providência, onde ergueram suas novas casas.

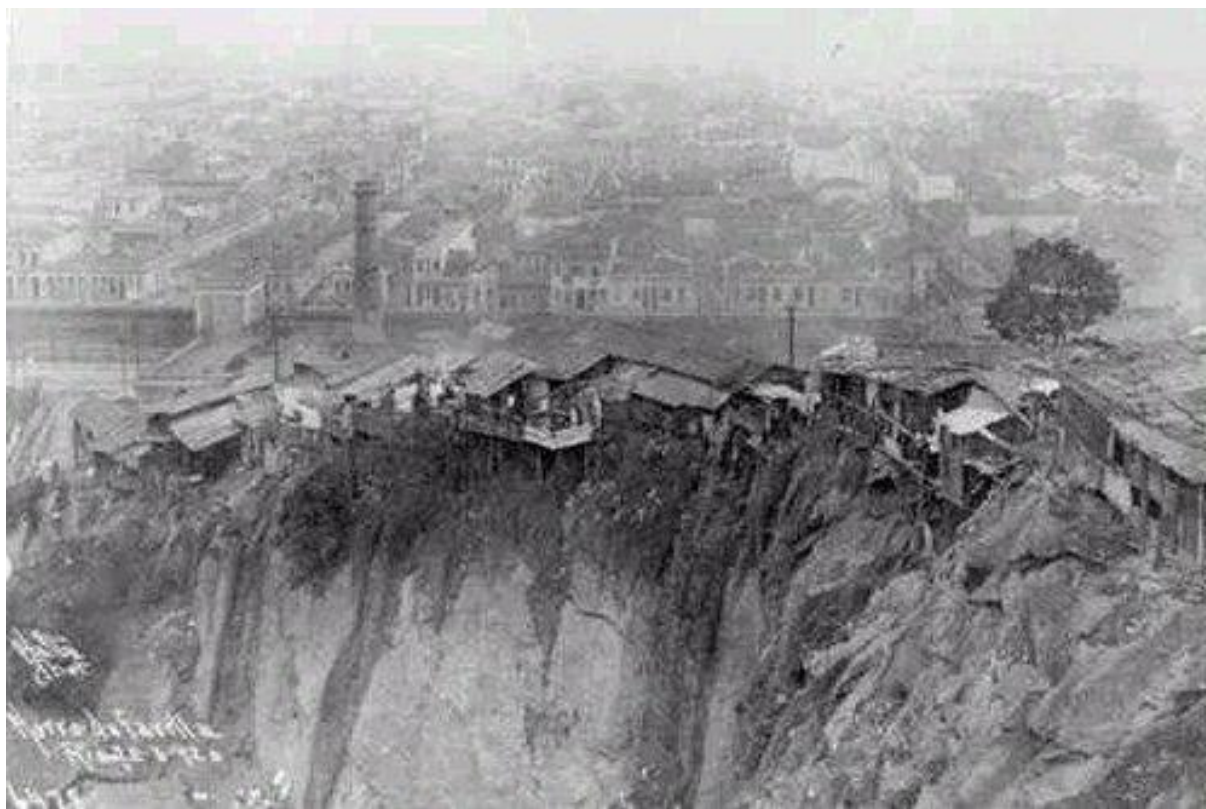
Em 1897 a ocupação habitacional se expandiu com o retorno dos combatentes da Guerra de Canudos (1896-1897). O governo do Rio de Janeiro havia prometido moradia e um prêmio em dinheiro aos soldados enviados à Guerra de Canudos, caso retornassem vitoriosos. A promessa, contudo, não foi cumprida, e a maior parte dos veteranos de Canudo acabou por ocupar o Morro da Providência. Com a ocupação dos ex-combatentes a região passou a ser conhecida pelo nome Morro da Favela. O nome tem origem como referência a uma planta chamada favela, muito comum na serra de mesmo nome, que protagonizou os combates de Canudos, no município de Monte Santo, na Bahia. Curiosamente, a planta em si foi um grande empecilho ao avanço das tropas oficiais, pois suas folhas em contato com a pele humana causam reações extremamente dolorosas e febre. A Figura 3 retrata o aspecto do início da ocupação do morro, no fim do século XIX.

No início do século XX, a ocupação no Morro da Providência se intensificou devido à reforma urbana promovida pelo prefeito Francisco Pereira Passos. Esta reforma iniciou-se em 1903, inspirada na reforma urbana de Paris e, sob o argumento de higienização e embelezamento da cidade, deu sequência a um plano de elitização que já tinha sido iniciado anos antes com a derrubada de cortiços como o Cabeça de Porco.

Inúmeros moradores do centro da cidade do Rio de Janeiro receberam ordem de despejo e tiveram seus cortiços demolidos para a abertura de grandes avenidas, a realização de obras de saneamento básico, além da construção de novos edifícios e praças. Nesse período também houve a modernização da zona portuária. Conforme Valladares:

Estudos sobre os cortiços do Rio de Janeiro demonstram que esse tipo de hábitat pode ser considerado o "germe" da favela. Segundo pesquisa realizada por Vaz (1994:591), o célebre cortiço Cabeça de Porco, destruído pelo Prefeito Barata Ribeiro em 1893, possuía barracos e habitações precárias do mesmo tipo identificado em seguida no Morro da Providência. Outros autores também estabeleceram uma ligação direta entre as demolições dos cortiços do Centro da cidade e a ocupação ilegal dos morros no início do século XX (Rocha, 1986; Carvalho, 1986; Benchimol, 1990). (VALLADARES, 2005, p. 24).

Figura 3 - Morro da Providência no início de sua ocupação. Fim do séc. XIX



Fonte: Ruchaud (2011)

Com a desocupação de diversos cortiços e outras moradias populares, muitas pessoas ficaram desalojadas e passaram a migrar para as encostas dos morros, contrariando os planos de afastar a população menos abastada da região central da então capital federal do Brasil. Para Ruchaud,

Sob muitos aspectos a administração Pereira Passos obteve sucesso naquilo a que se propunha. Melhorou o então emergente fluxo de veículos na cidade, diminuiu a distância entre diversos locais, melhorou as condições de higiene. Mas nem tudo ocorreu conforme o planejado: a idéia de elitizar o Centro e afastar dali para conjuntos habitacionais na periferia a população pobre não conseguiu ser totalmente posta em prática. A topografia carioca pôs-se a favor daqueles que foram removidos de seus lares miseráveis, e lhes ofereceu uma alternativa para se manterem no Centro, próximos de seus empregos: os morros. A periferação da população pobre não ocorreu exatamente como se supunha, ao passo em que a paisagem da auto-construção (feita em placas e chapas de madeira, em geral resíduos da demolição de cortiços e da construção de novos edifícios) nas bases dos morros impôs seu contraste em meio às elegantes avenidas traçadas pelos engenheiros e urbanistas a serviço de Pereira Passos. (RUCHAUD, 2011).

O Morro da Favela (atual Morro da Providência), por conta da sua localização central, foi uma das regiões que absorveu esse contingente de desabrigados. Posteriormente, o termo favela passou, então, a designar genericamente qualquer aglomerado de habitação popular, constituído por construções irregulares com acesso restrito aos serviços públicos.

Na primeira década do século XX o Morro da Favela já concentrava uma população suficiente para chamar a atenção do prefeito Pereira Passos, que prometia tomar providências para acabar com os casebres instalados naquela região. Contudo, a ameaça de acabar com a Favela não aconteceu, ela resistiu e se expandiu assim como outras favelas.

A favela, considerada por muitos como habitat de bandidos, vagabundos, e local de proliferação de doenças, tornou-se então, um problema social que deveria ser resolvido. Apenas em 1994, após anos de abandono e políticas de remoção, surge um projeto que visava à urbanização das favelas cariocas (MELLO et.al, 2012). Batizado de Favela-Bairro, o programa elaborado durante o mandato do prefeito César Maia pretendia fornecer às favelas a infraestrutura digna de um bairro formal, com saneamento, ruas, praças, mobiliário público etc.

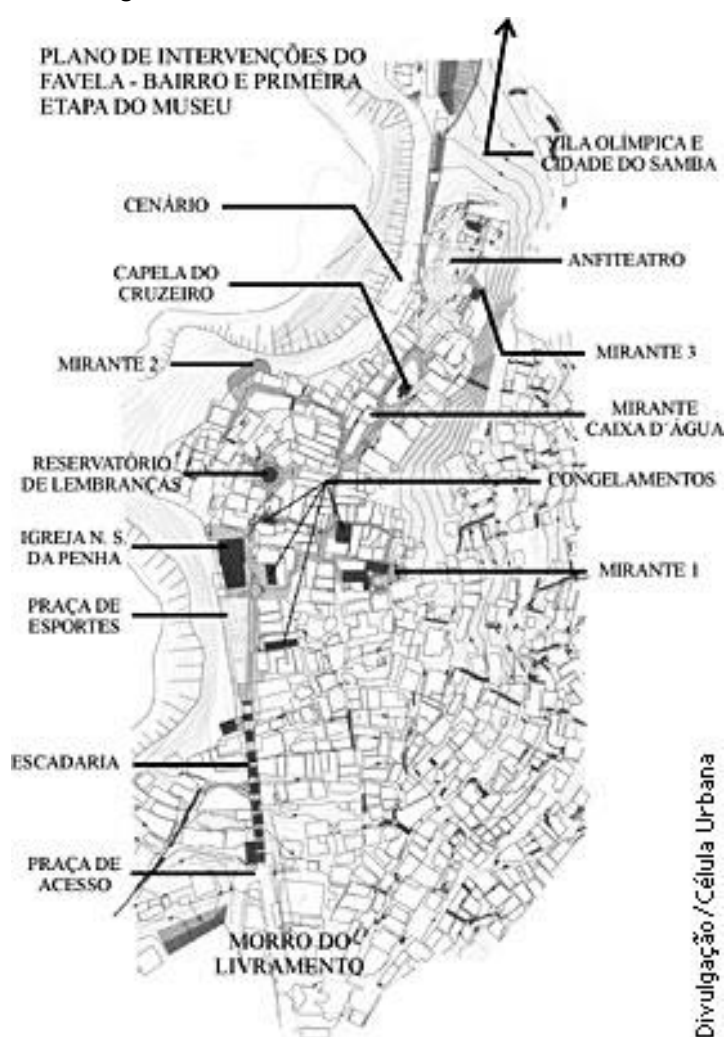
No caso do Morro da Providência, porém, o programa Favela-Bairro iniciou suas obras de urbanização apenas no ano de 2005, inserido dentro de um projeto maior, de revitalização da zona portuária do Rio de Janeiro. Neste projeto de revitalização foram construídas a Vila Olímpica da Gamboa e a Cidade do Samba. As obras de urbanização vieram acompanhadas da restauração de diversas construções históricas para a realização de um projeto que visava promover a favela como destino turístico, chamado Museu a Céu Aberto da Providência.

Este projeto foi idealizado pela arquiteta e urbanista Lú Petersen, e tinha como objetivo transformar a Providência em um "museu vivo", tornando suas vielas em corredores culturais, que através de uma linha traçada no chão levava o visitante a conhecer monumentos dentro da comunidade e admirar a vista através dos três mirantes construídos para compor o museu.

Como ilustrado na Figura 4, os roteiros incluíam pontos históricos recuperados como a igreja de Nossa Senhora da Penha, a centenária capela do Cruzeiro; a escadaria de granito construída por escravos no século XVII; a casa da Dodô da Portela, porta-bandeira campeã do primeiro desfile oficial de carnaval; o

Reservatório das Lembranças, construído em 1913. Além dos três mirantes que oferecem uma vista privilegiada de diversos pontos da cidade, como o Pão de Açúcar, o Corcovado, a Baía de Guanabara, a Central do Brasil, o Sambódromo e o Cais do Porto. O projeto, contudo, não teve o resultado esperado devido aos recorrentes episódios de violência e conflitos armados na comunidade em função do tráfico de drogas, que além de danificar o patrimônio histórico ainda dificultava as visitas dos turistas, tornando-as cada vez mais escassas.

Figura 4 - Roteiro do Museu a Céu Aberto



Fonte: Torres (2007)

Com o fim do programa Favela Bairro, em 2008, aquela comunidade viveu um hiato de investimentos, contando apenas com poucas obras financiadas pelo primeiro Programa de Aceleração do Crescimento (PAC), como o “Cimento Social”. Quando o Brasil foi selecionado para a realização da Copa do Mundo de 2014 e o

Rio de Janeiro para os Jogos Olímpicos de 2016 desencadeou-se e intensificou-se uma série de programas governamentais envolvendo as comunidades, como o “Morar Carioca”, as “Unidades Pacificadoras da Polícia”, e, especificamente, no caso do Morro da Providência e outras comunidades da zona portuária, o projeto “Porto Maravilha”.

4.2 AÇÕES DE INFORMAÇÃO DA COMUNIDADE

Neste subcapítulo serão apresentados em duas seções os resultados obtidos através das entrevistas e do levantamento dos instrumentos e canais de comunicação e informação utilizados pelos moradores do Morro da Providência, respectivamente.

4.2.1 As Entrevistas

Foram identificados e selecionados para a entrevista aqueles moradores que possuem alguma atividade relacionada à produção e divulgação de informações, bem como moradores com inserção social na comunidade, tais como representantes da Associação de Moradores, membros da Comissão de Resistência à Remoção do Morro da Providência e do Fórum Comunitário do Porto, dentre outros moradores com o perfil descrito acima. No entanto, no decorrer da pesquisa foram encontradas muitas dificuldades tanto nas tentativas de contato com determinadas pessoas quanto certa “relutância” na concessão das entrevistas, especialmente daquelas que estão ou estiveram mais engajadas no movimento de resistência.

Dentre aqueles disponíveis para entrevistas, foram selecionados dez moradores. Destacam-se C.S., idealizadora do jornal comunitário “Entre o céu e a favela”; P.E., o professor que mantém um projeto social de capoeira para crianças e jovens da comunidade e que participa da Comissão de Resistência à Remoção; C.L., um comerciante, dono de *Lan-House*, que usa o espaço e a facilidade do acesso à internet para divulgar informações denúncias dos moradores; e D.D., um jovem assistente do Mauricio Hora, fotógrafo que além de ser membro da Comissão de Resistência à Remoção também foi o idealizador do Instituto Favelarte, que promove

diversos projetos sociais dos quais o entrevistado participa. Os outros entrevistados foram afetados diretamente pelo processo remoção na comunidade.

No roteiro de entrevista destinado aos moradores da comunidade foram feitas nove perguntas, divididas em dois blocos. O primeiro bloco teve como objetivo identificar a maneira pela qual se deu a comunicação entre a comunidade e a CDURP- e quais os canais de informação utilizados por ambos, além de averiguar as opiniões dos moradores sobre o impacto do Projeto Porto Maravilha na vida da comunidade. O segundo bloco buscou verificar como os moradores estão se inserindo dentro da perspectiva do turismo na região e quais suas opiniões sobre o Projeto Porto Maravilha, no que tange, especificamente, as ações para a promoção do turismo.

Os resultados do primeiro bloco de questões, que estão ligados ao tema **Informação e Participação Social**, estão sistematizados a seguir.

Na primeira questão deste bloco foi perguntado como se tomou conhecimento do Projeto Porto Maravilha. Segundo os moradores não houve consulta prévia sobre o Projeto e seus impactos na comunidade. Os entrevistados foram unânimes nessa questão. O que corrobora a exclusão dos moradores no processo de concepção e desenvolvimento do projeto, contrariando as premissas da sustentabilidade e violando o direito à participação social, que é garantido, inclusive, pela Lei Orgânica do Município do Rio de Janeiro. Conforme seu artigo 9º: "O Município assegurará e estimulará, em órgãos colegiados, nos termos da lei, a participação da coletividade na formulação e execução de políticas públicas e na elaboração de planos, programas e projetos municipais". (RIO DE JANEIRO, 2010, p. 17)

Pôde-se constatar que a maioria foi informada sobre o projeto e suas ações, em um primeiro momento, através de panfletos distribuídos nas ruas da comunidade e em seu entorno pelos agentes da CDURP. Entretanto, as informações contidas nestes panfletos não foram consideradas suficientes para que os moradores entendessem a dimensão e as consequências de todas as mudanças de infraestrutura na região, incluindo as remoções. Alguns entrevistados disseram ter recebido informações através de "agentes comunitários", isto é, moradores da comunidade que foram contratados pela CDURP para repassar as informações acerca do projeto ou das desapropriações que seriam realizadas. Uma minoria disse

ter tomado conhecimento do projeto por meio da televisão e de jornais. Em relação ao nível de esclarecimento a que tiveram acesso, as opiniões se dividiram entre pouco ou nenhum esclarecimento acerca do projeto.

A internet foi utilizada num segundo momento, em que as pessoas buscaram maiores informações nos sites e blogs disponibilizados pelo CDURP. A moradora C.S. comenta, em tom de ironia, a divulgação realizada em contrapartida a falta de diálogo com a comunidade:

O panfleto é incrível, se você abrir o site na internet é uma coisa incrível, eles oferecem vários cursos [...]. Eu não fui beneficiada, não lembro de alguém que fez o curso, mas deve ter tido porque eram milhares de cursos, mas acho que não faz diferença se não é isso que as pessoas estão precisando.

A falta de diálogo com os moradores também foi alvo de denúncias no Dossiê “Megaeventos e Violações dos Direitos Humanos no Rio de Janeiro”, produzido pelo Comitê Popular da Copa e Olimpíadas do Rio de Janeiro (2013, p.35). De acordo com o dossiê, não há qualquer representação dos moradores dentro do processo de gestão e implantação do Porto Maravilha.

Os moradores tomaram ciência das remoções por meio de uma inscrição alfanumérica (sendo que as letras representam a sigla SMH, Secretaria Municipal de Habitação) que foi gravada com spray de tinta nas paredes ou portas de suas casas. A partir daí, houve conflitos e movimentos de resistência. O entrevistado S.D., que teve seu comércio ameaçado pela remoção, relatou como foi notificado e criticou a falta de diálogo:

Eu só descobri o que estava acontecendo quando vi a marcação na minha porta. Se fosse para o benefício da comunidade eu sairia, mas eles tinham que vir aqui conversar comigo, negociar o valor do meu imóvel. Ninguém veio falar comigo.

O planejamento de desocupação da área da Pedra Lisa foi apontado como um dos maiores ícones desta falta de diálogo com a comunidade. A Pedra Lisa é uma região do Morro da Providência onde moram mais de 500 famílias, e que foi alvo do maior número de notificações para a desocupação dos imóveis. A moradora C.S. também criticou a falta de diálogo com as famílias que ali residem, ressaltando que estas não foram consideradas durante o planejamento das intervenções na área:

A área da Pedra Lisa ia ser toda destruída para a construção de um plano inclinado. No projeto deles aquilo tudo ali é uma área verde,

mas ali mora mais de 500 famílias. É muita gente para você tirar de um lugar. E uma das coisas mais absurdas era essa, se você ver o mapa deles... é como se você pegasse o bairro da Glória e virasse tudo Aterro do Flamengo. Onde é que estão essas pessoas? Você tirou foto do mapa e falou: bem, isso eu vou colocar aqui e isso vou colocar ali e não quero saber o que tem lá...

Com a dificuldade em dar prosseguimento às obras, a CDURP promoveu reuniões e palestras a fim de esclarecer e discutir com os moradores algumas das ações propostas. Por outro lado, os próprios moradores passaram a se reunir periodicamente com o intuito de organizar a sua mobilização. A entrevistada C.S. comentou sobre esse movimento:

Tudo foi feito e depois foi conversado, porque houve uma resistência. A minha casa foi uma das casas marcadas. Inicialmente, as casas que estavam sendo marcadas eram casas para sair, então criou-se um pânico. Foi marcada e ninguém falou nada... Ficou tendo as reuniões, mas isso tudo veio depois porque as pessoas entraram em pânico e realmente teve uma resistência muito grande, o que é normal. Agora, uma coisa é fato: o projeto já estava na internet. Não importa se eles iam se reunir com a gente, o que eles iam falar porque eles tinham uma coisa já pronta.

O entrevistado P. E., membro da Comissão de Resistência à Remoção, corroborou que a população local não participou em nenhum momento do planejamento do projeto, sendo sequer consultados sobre suas necessidades antes da execução do projeto. Ele fez o seguinte relato:

O projeto Porto Maravilha caiu de paraquedas aqui. Foi uma coisa determinada pelas autoridades: pelo Poder Público e pela iniciativa privada. O projeto já caiu pronto aqui. [...]. Depois, o Poder Público começou a fazer reunião com a comunidade, tentar convencer a comunidade de que aquilo era bom. Mas, o que acontece... dentro da comunidade da Providência tem muita gente politizada, até a questão da internet favorece muito a obtenção de informações por outras fontes, então, as pessoas começaram a tomar conhecimento de pontos que não seriam tão positivos para a comunidade.

Esses relatos demonstram que os diálogos começaram após o início da execução das obras e remoções. Entretanto, segundo os moradores entrevistados, essas iniciativas não tiveram como objetivo a inserção da comunidade dentro do projeto, de forma que pudessem participar dele efetivamente, mas configuraram uma tentativa de convencimento dos moradores sobre os aspectos positivos do projeto. Conforme relatos, como o da entrevistada C.S., até mesmo nessas reuniões o diálogo era difícil e havia muitas divergências e conflitos.

Tiveram muitas reuniões. Eu fui em pouquíssimas. Eram horários absurdos e sempre acabava em confusão, sempre. Por causa dessa coisa de cada um querer uma coisa. Aí o outro fala: ah porque você tá se vendendo. E eles arranjaram gente lá dentro para trabalhar para eles. Então a pessoa que vinha dizer para você que sua casa ia sair era seu vizinho... putz, obviamente que você ia brigar com o cara, entendeu? Então sempre acabava em confusão.

Essas divergências dentro da comunidade foram intensificadas ainda pelo fato de alguns moradores aderirem ao programa de remoção, aceitando as indenizações propostas pela Prefeitura, enquanto outros, que discordaram do valor, mantiveram-se na reclamação de suas casas. A entrevistada C.S. compartilhou na entrevista sua visão desta situação:

Com a história das remoções, as pessoas se uniram mais, mas também criou lados. Porque teve gente que recebeu dinheiro... às vezes 20 mil reais não é nada pra mim, mas pode ser para você, às vezes minha casa não vale 20 mil, mas de repente a sua vale... eu não vou pedir para você lutar pela minha causa se você tá querendo os 20 mil reais. Teve um jogo político ali.

Existem também denúncias como as apresentadas em reportagem do Jornal “A Nova Democracia”, onde são relatadas tentativas de suborno por parte dos agentes da prefeitura para retirada de denúncias da *internet*, e desarticulação das organizações de resistência. Uma tentativa de usar os próprios moradores para minar os esforços coletivos (GRANJA, 2012).

Para a entrevistada C.S. a existência de um conflito interno entre os próprios moradores era evidente:

Existe uma divisão entre os moradores, de ideias, de política, divide completamente as pessoas, a associação tem questões... Acabou de ter uma eleição e foi a maior confusão. Isso tudo desmobiliza completamente. Aí quando chega a UPP, chega prefeito, chega Porto Maravilha, isso é a melhor coisa para eles, porque quanto mais desmobilizado você está, menos você consegue pensar coletivamente e lutar por alguma coisa.

Ainda assim, a Comissão de Moradores da Providência, junto ao Fórum Comunitário do Porto, foi capaz de se articular o suficiente para organizar protestos (Figura 5), divulgar denúncias, e até mesmo redigir uma carta aberta à população do Rio de Janeiro, publicada em Setembro de 2012 (ANEXO A).

Em resposta ao movimento de resistência a CDURP concedeu algumas modificações no projeto inicial, permitindo a manutenção de algumas famílias em suas respectivas casas. Conforme relato do entrevistado P. E:

Acredito que tenha havido uma mudança no projeto, por conta dos moradores que brigam contra as remoções involuntárias. A ideia, por exemplo lá no Cruzeiro, era deixar o Oratório do Cruzeiro sem nenhuma moradia em volta, eles queriam remover todos os moradores, ou seja, isso aqui é feito para os visitantes e não para a comunidade. Então, eles tiveram que alterar esse projeto.

Devido às pressões populares e à organização do movimento de resistência, foi expedida em novembro de 2012 uma liminar que determinou a paralisação/suspensão das obras do programa Morar Carioca no Morro da Providência, impedindo, assim, a demolição dos imóveis ocupados pelos moradores, sob pena de multa diária no valor de R\$50.000,00 por descumprimento.

Figura 5 - Moradores em Protesto no Morro da Providência



Fonte: Baltar et al., (2012)

Para que as obras pudessem ter prosseguimento, a prefeitura deveria cumprir as seguintes exigências: elaboração dos Estudos e Relatórios de Impacto Ambiental e de Vizinhança; realização de Audiência Pública nos moldes legais e a prestação eficiente do direito à informação com mecanismos de amplo acesso a informação à comunidade sobre o andamento da obra, as reclamações de moradores atingidos, o cronograma de desocupação de imóveis (com a prévia notificação de seus moradores); e ainda, se necessário, readequar o projeto original às demandas da população interessada.

Após a expedição a prefeitura do Rio de Janeiro entrou com um recurso em instância superior, a fim de derrubar a liminar que impede a continuidade das obras. O agravo, porém, foi julgado e mantido na decisão de paralisar as obras. Em matéria publicada no site *RioOnWatch*, o jornalista comunitário Roberto Marinho, denunciou:

Com essa decisão judicial, a Prefeitura mudou a estratégia de atuação dentro do morro. Eles fazem reuniões em grupos separados para tentar convencer e ludibriar os moradores que não tem conhecimento do processo que tramita na justiça. Chegaram ao ponto de incitar o embate entre os moradores que estão aguardando a entrega dos apartamentos na Rua Nabuco de Freitas pela Prefeitura e os moradores que lutam para continuarem em suas casas dentro do morro. Só que a Secretaria Municipal de Habitação (SMH) na pessoa do Sr. Secretário Pierre Batista, não informa a comunidade que a culpa pela não continuação da obra não é de 5 moradores como vem sendo divulgado na TV ou nos jornais, e sim da Prefeitura que não apresentou laudos de impactos ambientais, impactos de vizinhança, realização de audiências públicas, além de não ter havido participação dos moradores no desenvolvimento do projeto. (MARINHO, 2013).

Ainda que resguardados por decisão judicial, alguns moradores continuam receosos e não acreditam que a decisão de manter os moradores em suas casas seja definitiva. Como a moradora C.S. observou:

Eu fico sempre tensa... porque eles são o poder. Acho que a hora que eles quiserem decidir, eles vão lá e vão quebrar.[...] O interesse mesmo é que a gente saia. Quem eles não conseguirem tirar dessa maneira [a remoção], vai sair de outra. Enquanto eles conseguem deslocar essas pessoas tudo bem, as que sobram vão sair, porque está ficando tudo muito caro. Isso é o movimento que vai fazer você sair sem eles te tirarem, eles tiram você dessa forma.

A preocupação com a especulação imobiliária também foi transmitida pelo entrevistado C.L., que mantém um comércio na comunidade:

Acho que as mudanças vai [sic] trazer melhorias, mas o povo daqui não vai ter condições de se manter aqui. No meu modo de ver, a intenção do governo é: fica quem tem dinheiro!

Esses relatos manifestam um receio de que as mudanças trazidas pelo projeto venham acompanhadas de um aumento do custo de vida, que torne a permanência na região inviável para diversos moradores. A moradora C.S, acrescentou que o valor dos imóveis já subiu bastante desde a pacificação ocorrida na comunidade e disse que já está cogitando procurar nova moradia em outra comunidade "não-pacificada". Ela ainda afirmou que as mudanças que ocorreram no projeto inicial para a manutenção de algumas famílias em suas residências pode ser

apenas uma fachada, fruto de uma estratégia para retirar essas pessoas através da gentrificação. Em suas palavras:

[...] toda hora eles mudam alguma coisa. Eu não sei até que ponto eles pensaram: bom, vamos melhorar o entorno e daqui a pouco vamos ter muito menos gente para brigar, porque as pessoas vão sendo expulsas por esse movimento.

Em matéria publicada no dia 14 de Março de 2013 pelo jornal O Dia, constatou-se um aumento de 20% no valor de negociação dos imóveis da região somente nos dois primeiros meses daquele ano, um valor equivalente ao dobro do observado nas outras regiões da cidade (O DIA, 2013).

Quando perguntados se o Projeto Porto Maravilha apresenta pontos positivos para a comunidade, a maioria dos moradores entrevistados destacou a geração de empregos com a vinda de turistas e grandes empresas para a zona portuária. Dois dos entrevistados ressaltaram que isso só será realmente um ponto positivo caso haja a qualificação e o aproveitamento da mão de obra de pessoas da própria comunidade. Uma minoria também apontou como ponto positivo a segurança, trazida com o processo de “pacificação” implantado concomitantemente com o projeto Porto Maravilha no Morro da Providência. Por outro lado, aqueles entrevistados que correram ou ainda correm algum risco de remoção, disseram não conseguir ver pontos positivos no projeto. Por exemplo o caso da moradora C.S., que relata:

Como tudo aconteceu de uma maneira esmagadora, é muito difícil você ver um lado positivo. Como as pessoas chegam derrubando as casas e marcando e tirando e falando "olha vai ser desse jeito...". Derrubaram uma praça incrível e está lá um teleférico que não funciona e não vai funcionar tão cedo.

Como ponto negativo foi apontado de forma unânime a destruição da Praça Américo Brum para a construção do teleférico. Essa praça era muito querida pelos moradores e era o único lugar onde pessoas de diversas partes do Morro da Providência se reuniam, segundo relatos como o do morador D.D.:

A praça, que hoje o teleférico ocupa espaço, antigamente tinha uma importância cultural muito grande. Por exemplo, a gente tem aqui a festa de São Jorge [...] a praça ficava uma grande festa, sabe, uma coisa bonita! Natal, evento beneficente era na praça, nosso baile era na praça, pagode, todo evento que tinha... as pretas novas que chegavam, campeonato de futebol, tudo era feito na praça. A gente perdeu isso. Além disso, tem uma pequena divisão que ninguém comenta na comunidade. Por exemplo, a Praça Américo Brum é uma coisa, Pedra Lisa já é outra coisa, Morro do Pinto já é outra coisa...a

gente conseguia juntar tudo na praça. Perdemos aquilo tudo, um pedaço da história foi perdido. Muita coisa vivi ali, não só eu como outras pessoas. E eu não vejo a Providência tendo necessidade de um teleférico.

O teleférico, por sua vez, é apontado por muitos como desnecessário, uma vez que ele não chega ao ponto mais alto do morro, onde o acesso é mais difícil. O ponto onde era localizada a Praça Américo Brum e agora abriga o teleférico já é bem provido de um transporte comunitário eficiente (vans, Kombi e moto-taxi). Outro ponto negativo apontado foi a continuidade de antigos problemas, como falta de saneamento básico e de recolhimento do lixo.

O atraso na inauguração do teleférico também foi apontado como ponto negativo. É bom ressaltar que, no período de realização das entrevistas, o teleférico ainda não havia sido inaugurado, fato que só ocorreu posteriormente (no dia 02 de julho de 2014, data de inauguração e início de funcionamento em regime experimental), após mais de dezoito meses da conclusão da obra, reforçando os questionamentos sobre sua motivação. No site *RioOnWatch: relatos das favelas cariocas* (JOHNSON, 2014), foi publicada uma matéria no dia do lançamento do teleférico, na qual questionou-se:

"Por que *Agora?*" Teleféricos como uma solução inovadora para mobilidade urbana – como o da Providência está sendo anunciado – vem, recentemente, se tornando comuns na América Latina. Porém, há sinais que os novos bondes nas favelas do Rio são intencionados, principalmente, para manter a tradição do turismo – e da política.

O RioOnWatch (Rio Olympics Neighborhood Watch = Comunidades do Rio de Olho nas Olimpíadas) é um projeto da ONG Comunidades Catalisadoras, e tem como objetivo publicar o ponto de vista de moradores de favelas, líderes e jornalistas comunitários, além de pesquisadores internacionais que fazem relatos sobre as recentes transformações da cidade, observando estas mudanças junto aos moradores. Este projeto será mais bem detalhado adiante, na seção 4.2.2.

Segundo o discurso oficial, a construção do teleférico visa à melhoria da mobilidade urbana dos moradores do Morro da Providência, conforme notícia publicada no site do Porto Maravilha⁶ em ocasião da inauguração:

Obra da Secretaria Municipal de Habitação por meio do Programa Morar Carioca de urbanização de favelas, o teleférico foi construído para atender aos moradores da mais antiga comunidade do Rio em

⁶ Disponível em: <<http://portomaravilha.com.br/materias/teleferico-providencia-inaugurado/t-p-i.aspx>>. Acesso em: 03 jul. 2014.

um dos morros mais íngremes da cidade. [...]. O equipamento recebeu investimento de R\$ 75 milhões na construção das estações, montagem das torres, remanejamento da rede de energia e implantação de vias de serviço.

Entretanto, muitos moradores não se sentem beneficiados com essa obra e afirmam que sua verdadeira intenção foi atender às necessidades dos turistas, como fica evidente em questionamentos como o do comerciante C.L.:

Esse teleférico... por que não colocaram da central até lá em cima, acima das escadas? Até aqui já tem a kombi, o mototaxi. Isso foi só pra gringo subir e ver o Morro da Providência.

A moradora C.S. também critica a construção do teleférico e afirma que a comunidade não é o público-alvo do empreendimento.

Eu moro do lado da Supervia, eu pego aquela rua toda até a central. Ali tá cheio de morador de rua, cheio de traficante, cheio de cracudo, o dia inteiro, a noite inteira, a qualquer hora... há um mês atrás um esfaqueou o outro, mas não é Lapa então não você não vai ficar sabendo, não interessa. Por enquanto não existe teleférico, então não interessa tirar dali. Agora quando eles inaugurarem o teleférico, eles vão tirar dali. Então você já entende que tudo é feito para outras pessoas que não somos nós, o interesse não é nosso... já ouvi dizer que com o teleférico muitas pessoas que moram lá em cima vão poder descer, mas essa não é a questão, isso não importa, eles querem saber de quem vai poder subir para ver a vista maravilhosa, porque o teleférico é um zoológico vivo... eu acho que é um zoológico vivo... o cara tá passando, subindo e vendo o outro tomando banho de sol na laje.

O custo-benefício de tal empreendimento também foi muito criticado, visto que o alto valor investido poderia ter sido dirigido para outras áreas mais necessitadas da comunidade, como o saneamento básico. Segundo a matéria publicada no site *RioOnWatch*, este valor

[...] foi financiado através do programa Morar Carioca, da Prefeitura do Rio, que tem como objetivo melhorar a infraestrutura e promover integração social nas favelas do Rio. Dos R\$163 milhões investidos na Providência através do Morar Carioca, a construção do teleférico custou R\$75 milhões, quase a metade do valor total ". (RIOONWATCH, 2014)

A utilização de quase metade do valor investido na comunidade através do programa Morar Carioca é considerada por muitos moradores o indicativo de que as mudanças que estão acontecendo têm como intenção beneficiar os visitantes, em detrimento dos interesses dos moradores.

Neste site também ressalta-se como o processo de implantação do teleférico nas comunidades do Rio de Janeiro está sendo diferente do caso de Medellín, na Colômbia, que tem sido considerado o modelo inspirador de projetos semelhantes em outras cidades na América Latina.

Um olhar mais atento para o teleférico original de Medellín revela porque o sistema foi bem recebido lá. Empresas Públicas de Medellín (E.P.M.), a companhia de utilidade pública responsável pela água, saneamento, gás e eletricidade, é constitucionalmente mandatada para fornecer esses serviços para a população inteira, significando que as comunidades não tiveram que abrir mão de serviços básicos para receber o teleférico. Outro fator crítico é a participação da comunidade. Moradores de Medellín participaram do processo de tomada de decisão de forma muito mais efetiva do que no Rio, onde em alguns casos moradores foram avisados em cima da hora que suas casa estavam marcadas para demolição ao invés de pergunta a comunidade se eles queriam um teleférico.

No caso da cidade de Medellín, a construção do teleférico revolucionou o modo de vida local, aproximando não só comunidades que antes eram rivais, como a localidade, que até então era conhecida por sua violência, ao restante da cidade. No exemplo de Medellín, o teleférico, que é considerado uma obra de engenharia de inclusão social, foi acompanhado da construção de escolas, praças, parques e bibliotecas públicas.

Em relação à comunicação entre os próprios moradores dentro da comunidade, a maioria dos entrevistados considera difícil, uma vez que não existe rádio comunitária e os dois jornais comunitários que existiam, segundo relatos, foram descontinuados. Argumentam ainda que, de maneira geral, não há uma comunicação efetiva com o órgão responsável pela execução do projeto Porto Maravilha. Dois dos entrevistados afirmaram que a mediação entre os representantes da CDURP e os moradores seria realizada pela Associação de Moradores, porém, na prática, a divulgação de informações acontece de maneira informal, geralmente por boca a boca e que é difícil encontrar os membros da Associação, questionando-se também sua representatividade. O entrevistado P.E. relata que:

A associação de moradores não é 100% representativa dentro da comunidade. A associação de moradores é meio complicado, porque envolve uma mescla de poder popular, poder público e poder paralelo. Então, muita gente não se acha bem representada pela associação de moradores. A associação de moradores é um grupo de pessoas que se relaciona com o Poder Público, mas não necessariamente está representando a comunidade como um todo.

Por exemplo, a comissão de moradores [Comissão de Resistência à Remoção] se vê à parte da associação de moradores, é independente, não tem nada a ver. [...] A associação de moradores não é muito popular aqui não.

Inclusive, no desenvolvimento desta pesquisa, não foi possível entrar em contato com qualquer representante da Associação de Moradores, corroborando a dificuldade de comunicação informada pelos entrevistados. A associação de moradores mantém uma página no *Facebook*, a qual não é atualizada regularmente, e não disponibiliza qualquer outro contato, como e-mail ou telefone.

O entrevistado P.E., por ser um dos moradores mais antigos e ter um projeto social de capoeira, tem amplo conhecimento sobre a região e uma grande rede de contatos dentro da comunidade. Segundo ele, a comunidade tem, de maneira geral, um satisfatório acesso à internet. Contudo, ele relata que a existência de antenas de uma operadora de telefonia, internet e TV a cabo causam interferência no sinal de telefone, internet e televisão da comunidade, e que apesar de estarem localizadas dentro do morro só atende o seu entorno. Ele comparou essa situação a outra que aconteceu anos atrás, quando foi instalado um grande reservatório de água, conhecido como Reservatório das Lembranças, que era para atender o entorno, mas não a comunidade.

Os resultados obtidos com o segundo bloco de questões estão estritamente ligados às **Ações para a promoção do turismo** e são apresentadas a seguir.

Quando perguntados se conheciam as ações propostas pelo projeto Porto Maravilha para a promoção do turismo na região portuária, a maioria dos entrevistados, curiosamente, afirmou desconhecer qualquer iniciativa, apesar das críticas direcionadas ao teleférico serem fundamentalmente baseadas a partir de que tal empreendimento constitui-se em um atrativo para visitantes ou "gringos". A minoria que afirmou conhecer alguma iniciativa para promoção do turismo citou apenas a construção do teleférico. Não houve nenhuma menção sobre qualquer outra ação para promover o turismo na região, como a fundação do Museu de Arte do Rio (MAR) ou a construção do Museu do Amanhã, por exemplo, o que pode sugerir que essas pessoas não estão inseridas no processo de planejamento turístico da região.

Devido às respostas negativas à questão anterior, os entrevistados não puderam responder se houve alguma mudança nas atividades de turismo na região

a partir do projeto Porto Maravilha ou afirmar se alguém na comunidade tem se beneficiado com elas. Alguns entrevistados relataram experiências anteriores de iniciativas para a realização de atividades turísticas na comunidade que aconteceram de forma isolada, mas que não conseguiram ter continuidade.

Um dos entrevistados posicionou-se a favor do projeto Museu a Céu Aberto da Providência, que foi inaugurado em 2005, na gestão anterior, pelo então prefeito César Maia, como parte do programa Favela Bairro. Sobre essa iniciativa, o morador P.E. comenta:

A nova proposta difere da antiga, sem nenhum ufanismo partidário. Mas na gestão do César Maia, se teve a ideia de fazer um Museu a Céu Aberto na primeira favela do Rio de Janeiro, que foi executada por uma arquiteta chamada Lú Petersen.[...]. O museu, na realidade, é o topo do Morro da Providência e o patrimônio desse museu seria o morador, a própria favela. Na época eles localizaram, em termos geográficos, o topo do morro, que foi onde a população de Canudos ocupou. Então, os marcos do Museu a Céu Aberto seriam os mirantes, eles construíram três mirantes, os dois oratórios, que é a Capela da Penha e o Oratório do Cruzeiro, e o Reservatório das Lembranças. Esse conjunto com mais o moradores seria o museu, o visitante subiria, interagiria com os moradores. Mas, na época a comunidade não era pacificada, então o visitante não poderia estar vindo por causa da violência, tiroteio constante. Mas para a nova gestão pouco importa o morador, se interagir como o morador ou não pouco importa, o que importa realmente é a segurança do visitante. Acho que nesse sentido houve uma regressão.

Durante as entrevistas, pôde-se constatar que os moradores não são contrários às atividades turísticas na comunidade, mas sim à forma como tem sido implementadas algumas das ações que podem favorecer o turismo, que pode ser entendida através do seguinte relato da moradora C.S.:

É o lugar onde você nasceu, é a sua vida. Você imagina que alguém entra na sua casa, faz uma obra, tira seus móveis, joga tudo fora, sem falar com você, você acorda um dia e não tem mais nada seu, sua história foi toda embora, isso é uma das coisas mais absurdas que tem. E a única justificativa que tem, que eles não falam diretamente, porque ficaria muito feio, é pra quando os gringos vierem ver um bando de favelada, que daqui a pouco não vai ter, as casas vão ficar caras, vai ter gente querendo comprar por causa da vista e vai ter um monte de gente rica morando aqui.

A maioria dos entrevistados disse ser favorável ao turismo contanto que ele seja inclusivo, ou seja, que os moradores participem e sejam beneficiados também. Segundo C.S.:

Então essa coisa do turismo poderia bombar ali, mas eles não conseguem fazer isso. Não acontece, apesar de tudo... é a primeira

favela, você sobe nos lugares, tem a casa do Machado de Assis, você vai subindo e contando as histórias. Ali tem um terreiro que ainda funciona, porque muitos foram destruídos, que tem mais de 50 anos., mulher sabe de muitas coisas. Tem um professor de capoeira que é uma história viva, além de ensinar capoeira para as crianças ele canta ladainhas e conta histórias. Tem o Mauricio que tira fotos. Só que estas pessoas estão lá em cima, não tem grana... Aí eu penso, onde eles estão enfiando esse dinheiro do turismo que não é nessas pessoas? Tem que investir nelas, porque são elas que contam a história do morro. Só que para eles é muito mais interessante colocar o teleférico. [...]. Não é interesse você dar força para essas pessoas. Então turismo pra mim é uma coisa que não acontece.

Alguns entrevistados recordaram-se do projeto do teleférico ao serem questionados sobre as ações de promoção do turismo, como o D.D:

Acho que o turismo só vai ter mais visibilidade aqui quando o teleférico começar a funcionar, mesmo não sendo uma coisa muito feliz para mim. Não sou muito fã dele não, mas é um atrativo bacana.

No vídeo “O Teleférico da Providência”, parte de um documentário produzido pelo instituto Favelarte, é capturado o exato momento em que um grupo de moradores descobre o teleférico em operação sem ter sido aberto aos moradores, apenas para a realização de filmagens, 10 dias antes do início da Copa do Mundo (BERTAME, 2014).

Já o entrevistado P.E aprecia a possibilidade da expansão turística na região, mas ressalta a necessidade de uma preparação dos moradores para lidar com o influxo turístico:

O turismo é importante pra gente. Eu acho legal e acho que a maioria dos moradores estão abertos ao turismo. Mas deveria ter mais cursos de capacitação para as pessoas estarem lidando com os visitantes.

De maneira geral, pôde-se notar uma grande similaridade nas respostas dos moradores, tanto em relação às suas percepções sobre a forma de implantação das intervenções previstas no projeto, quanto no que diz respeito à dificuldade na comunicação e mobilização dos moradores, diferenciando-se apenas nos seus graus de otimismo ou pessimismo em relação ao futuro da comunidade.

relacionadas aos prejuízos da parcela da comunidade afetada, além de simpósios e cursos importantes sobre as mudanças e a história da zona portuária.

O blog **Pela Moradia**⁸ é uma iniciativa que disponibiliza e agrega denúncias veiculadas em outros meios de comunicação no apoio ao direito da população à moradia, nas seções de informação sobre o projeto não é possível identificar quem são os autores e mantenedores do projeto, mas suas atividades permanecem em funcionamento até o momento da publicação deste trabalho.

Figura 7 - Banner do blog Pela Moradia



Disponível em: <<http://pelamoradia.wordpress.com/>>.

Acesso em: 12 jun. 2014

Durante as operações de remoção no morro da providência, veiculou ativamente denúncias e notícias da comunidade, no período de Julho de 2011 até Outubro de 2013, cooperando ainda com a divulgação das assembleias populares.

O **Fórum Comunitário do Porto**⁹ foi criado em Janeiro de 2011, pela organização de moradores da região do Morro da Providência junto a ONGs e Universidades. Trata-se de um espaço público para articulação de movimentos que reivindiquem os direitos dos moradores da região.

Possui três eixos principais de atuação: O primeiro eixo, de “Projetos e Concepções de Desenvolvimento”, questiona os impactos e os interesses dos projetos de modernização, frente às reais necessidades da comunidade; o segundo eixo, da “Questão Fundiária”, questiona as práticas fundiárias associadas ao projeto Porto Maravilha, como a remoção e realocação dos moradores, bem como a articulação da iniciativa privada no cenário imobiliário da região; o terceiro eixo, de “Violação de Direitos e Conflitos Urbanos”, questiona a o nível de preocupação

⁸ Disponível em: <<http://pelamoradia.wordpress.com/>>. Acesso em: 12 jun. 2014.

⁹ Disponível em: <<http://forumcomunitariodoporto.wordpress.com/>>. Acesso em: 12 jun. 2014.

dispensado aos direitos sociais e cívicos dos moradores da região, na implantação do projeto.

O Fórum conta com um perfil de *Facebook* e um site na internet, onde reúne um blog, textos acadêmicos, material multimídia, uma agenda de eventos, resumos de notícias da imprensa além de cópias de relatórios conduzidos por seus agentes.

Figura 8 - Perfil de Facebook do FCP



Disponível em: <<https://www.facebook.com/pages/F%C3%B3rum-Comunit%C3%A1rio-do-Porto/167802986681037>>.

Acesso em: 12 jun. 2014.

O **RioOnWatch**¹⁰ (Rio Olympics Neighborhood Watch = Comunidades do Rio de Olho nas Olimpíadas) é um projeto da ONG Comunidades Catalisadoras, sediada

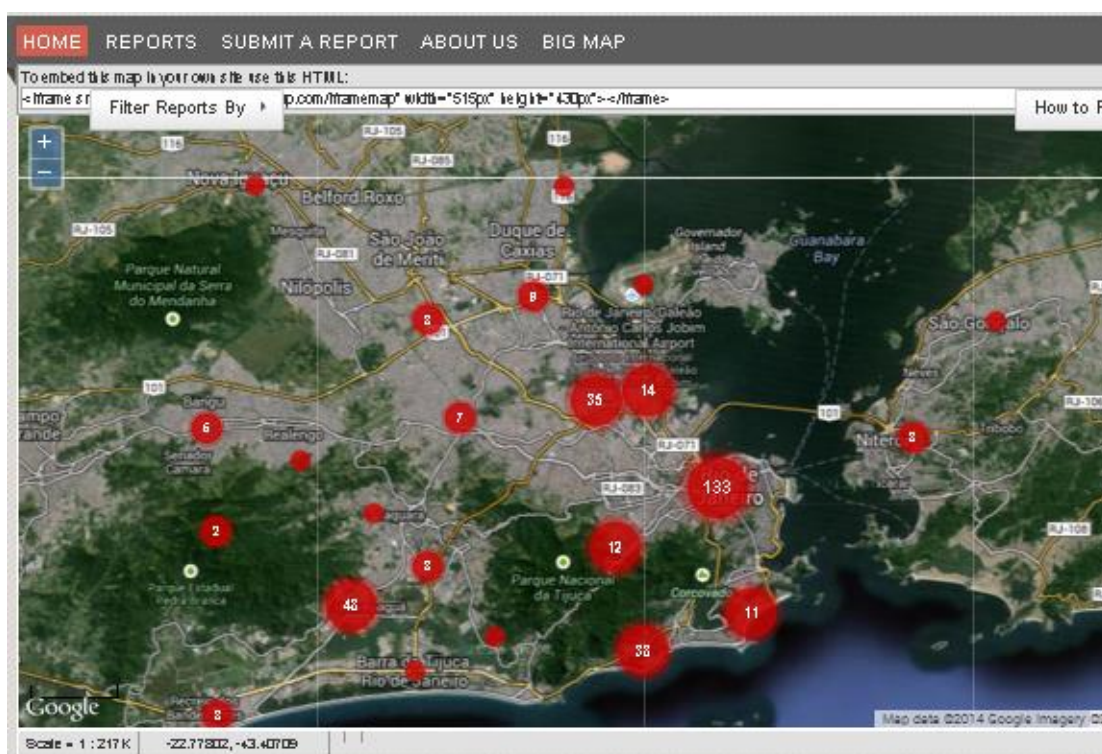
¹⁰ Disponível em: <<http://rioonwatch.org.br/>>. Acesso em: 14 jun. 2014.

no Rio de Janeiro. Entre seus tradutores e repórteres estão voluntários e moradores das comunidades afetadas.

Por ser um site de notícias bilíngue, em Português e Inglês, recebeu reconhecimento da mídia internacional, apoiando a publicação de artigos e notícias relacionados ao despejo de moradores das favelas na Associated Press e outros veículos internacionais.

É organizado em diferentes seções, relacionadas a políticas, denúncias, soluções e material multimídia. Possui ainda um mapa interativo da cidade do Rio de Janeiro onde o leitor pode acompanhar os focos e as quantidades de notícias visualmente.

Figura 9 - Mapa de Notícias do RioOnWatch



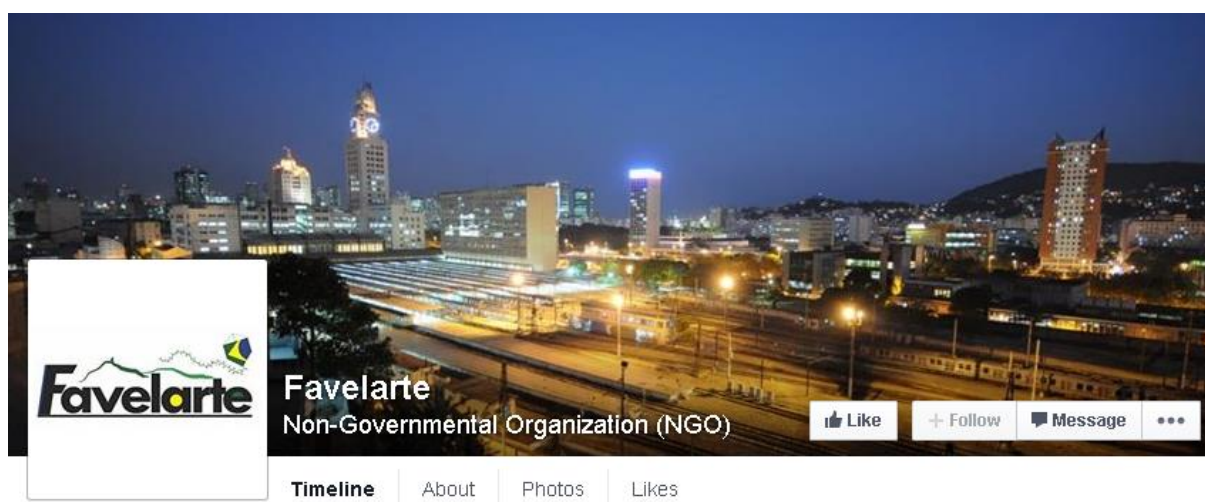
Fonte: RIOONWATCH (2014)

Seus editores e repórteres comunitários acompanharam as manifestações populares do Morro da Providência, além do projeto do Teleférico na Providência.

O Morro da Providência tem um correspondente neste projeto, Roberto Marinho, morador, jornalista comunitário e membro da Comissão de Resistência à Remoção, que é responsável por publicar o ponto de vista da sua comunidade.

O **Favelarte**¹¹ é um instituto criado por um grupo de ativistas sociais que habitam no Morro da Providência, e que decidiram concentrar e organizar seus esforços em uma iniciativa de fomento do desenvolvimento econômico, social e econômico das comunidades de baixa renda. É liderado por Maurício Horta, fotógrafo e morador da região, e possui uma página na internet e um perfil no *Facebook*, além de manter diversos projetos que beneficiam os moradores do Morro da Providência.

Figura 10 - Capa de *Facebook* do Favelarte



Disponível em: <<https://www.facebook.com/Favelarte>>.
Acesso em: 14 jun. 2014.

Um deles foi o Programa de Promoção do Direito à Educação, um projeto dirigido a crianças de 04 a 10 anos que oferece uma biblioteca/videoteca com contação de histórias e reforço escolar. O projeto funcionou de 2008 a 2013 com apoio de estudantes da UFRJ, mas no momento está paralisado por falta de voluntários e doações.

Outro foi o Projeto do Direito a Cidade e a Mobilidade Urbana, uma exposição fotográfica com 10 famílias de pessoas que foram afetadas pelas iniciativas de marcação das casas e de remoção dos moradores.

Uma terceira iniciativa foi o Programa de Qualificação Profissional e de Geração de Renda, que ainda em fase inicial, pretende realizar oficinas, workshops e cursos de fotografia, além de criar uma cooperativa para empregar parte de seus formados.

¹¹ Disponível em: <<http://www.favelarte.org.br/>>. Acesso em: 14 jun. 2014.

Já o Programa de Democratização da Arte da Cultura promoveu uma série de exposições, como a “Morro da Favela”, com 50 fotografias em grandes dimensões, retratando a Zona Portuária e o processo de revitalização, com visita de 35.000 pessoas, a “*Favelité*”, que recobriu a estação de Luxemburgo, em Paris, com fotos de casas e barracos do Morro da Providência em tamanho real, entre outras.

Finalmente, o Programa de Incentivo à Memória Social, é um projeto de fortalecimento da identidade cultural e da história da comunidade, através de eventos, pesquisas e registros fotográficos realizados junto aos moradores do Morro da Providência.

O **Observatório das Metrôpoles**¹² é um site do Instituto Nacional de Ciência e Tecnologia, apoiado pela Faperj, pelo CNPq, pela Capes e pela Finep. Diferentemente das iniciativas comunitárias, trata-se de uma organização de pesquisa científica sobre as questões metropolitanas. Em seu site encontram-se artigos, relatórios, teses e outras publicações de ordem acadêmica, além de projetos e cursos de formação. Também publica trimestralmente uma revista chamada e-Metropolis, uma publicação eletrônica de estudos urbanos e regionais.

Figura 11 - Logomarca da revista e-Metropolis



Fonte: EMETROPOLIS (2014)

Possui uma série de artigos sobre mobilidade urbana, segregação residencial, diversos deles explorando as questões do Morro da Providência, frente à revitalização da zona portuária da cidade.

¹² Disponível em: <<http://web.observatoriodasmetropoles.net/>>. Acesso em: 14 jun. 2014.

O “**Porto Maravilha para Quem?**”¹³ é um blog de iniciativa pessoal, mantido por Roberto Anderson Magalhães, arquiteto e urbanista da cidade do Rio de Janeiro. Em suas postagens, o autor compartilha com os leitores uma visão arquitetural sobre os projetos e as modificações propostas pelo projeto Porto Maravilha, comparando-a com outras iniciativas semelhantes ao redor do mundo.

Figura 12 - Fotografia feita pelo autor do blog, Roberto Magalhães, de um navio atracado no Porto do Rio



Fonte: GOULART (2011)

O **Instituto Central do Povo**¹⁴ é uma instituição metodista beneficente que atua no Morro Providência, fundada em 1906. Oferece a comunidade diversos programas esportivos e socioculturais, além de educação pré-escolar.

Durante a implantação do projeto Porto Maravilha, o instituto tem oferecido seus espaços para realização de reuniões e debates em torno do movimento de resistência às remoções, como a “Ciranda da Resistência”, realizada em 16 de Junho de 2012.

¹³Disponível em: <<http://portomaravilhaparaquem.wordpress.com/>>. Acesso em: 14 jun. 2014.

¹⁴Disponível em: <<http://imas-icp.webnode.com.br/>>. Acesso em: 15 jun. 2014.

Figura 13- Folder da Ciranda da Resistência



Disponível em: <<https://forumcomunitariodoporto.wordpress.com/2012/06/21/ciranda-da-resistencia-reune-porto-e-zona-oeste/>>.

Acesso em: 15 jun. 2014.

Entre o Céu e a Favela¹⁵ é um projeto mantido por estudantes moradores da comunidade. O projeto nasceu com o objetivo de articular ações socioculturais no Morro da Providência através de um informativo impresso mensal impresso e um perfil de *Facebook*.

Com o passar do tempo, porém, devido à falta de recursos, limitou seu foco de atuação à página disponível no *Facebook*, que agora divulga eventos e oportunidades cursos e empregos.

¹⁵ Disponível em: <<https://www.facebook.com/Entreoceueafavela>>. Acesso em 15 jun. 2014.

Durante a condução das entrevistas realizadas para esta pesquisa, C.S., que é a principal organizadora deste projeto, compartilhou sua frustração, tanto com a falta de recursos, como o medo que sentiu por conta de suas investigações:

O meu projeto acabei deixando de lado, por falta de grana, de apoio... fizemos duas edições de um folheto impresso. Eu imprimia da minha casa mesmo. Tem gasto de tempo e de grana, e eu ainda comecei a me meter a lugares que ficou sinistro pra mim. Tem uma hora que você tem que ver a hora de parar.

Figura 14 - Capa da Página do Entre o Céu e a Favela



Disponível em: <<https://www.facebook.com/Entreoceueafavela>>.
Acesso em: 15 jun. 2014.

O “**Ideais de uma Luta – Morro da Providência**”¹⁶ é um perfil de *Facebook* que divulga campanhas, imagens, e notícias referentes ao movimento de resistência às remoções no Morro da Providência.

Os autores das páginas participaram da maioria dos movimentos de protesto, e registraram na página suas versões dos fatos, além de fotos tiradas em primeira mão.

¹⁶ Disponível em: <<https://www.facebook.com/ideais.marinho.2012?fref=ts>>. Acesso em: 15 jun. 2014.

Figura 15 - Capa do Ideais de uma Luta - Morro da Providência



Disponível em: <<https://www.facebook.com/ideais.marinho.2012?fref=ts>>.
Acesso em: 15 jun. 2014

A **Agência de Notícias das Favelas**¹⁷ é uma ONG fundada pelo jornalista André Fernandes, em Janeiro de 2001, a primeira desse tipo no mundo. Conta com um site, mídias sociais, e um jornal chamado “A Voz da Favela”, o maior impresso das comunidades do Rio de Janeiro, com cerca de 50.000 exemplares mensais. Divulgou amplas notícias referentes ao Morro da Providência, não só em relação aos movimentos de remoção e marcação das casas, mas também sobre os comunicados oficiais da CDURP e da prefeitura, como notícias sobre o andamento das obras, promoção de cursos e eventos socioculturais, entre outras.

Figura 16 - Banner da Agência de Notícias das Favelas



Disponível em: <<http://www.anf.org.br/>>.
Acesso em: 15 jun. 2014.

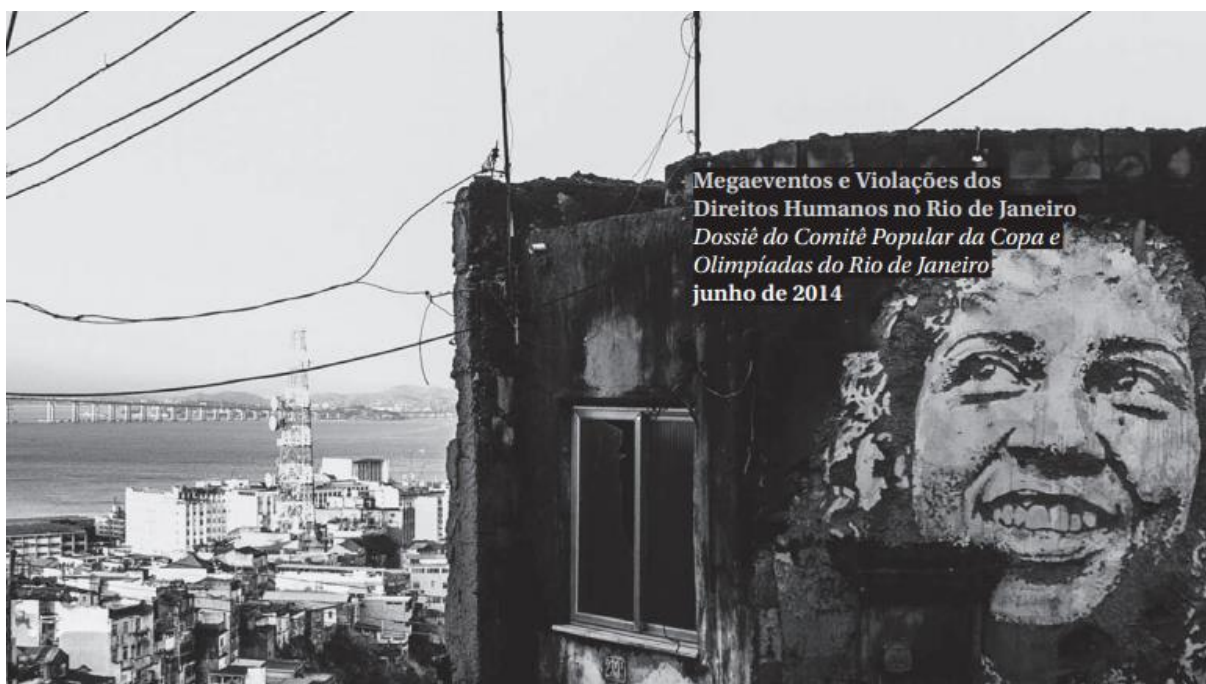
O **Comitê Popular Rio da Copa e Olimpíadas**¹⁸ é um grupo de ativistas que se dedica a registrar os atos de violação de direitos em comunidades afetadas pelos projetos governamentais, principalmente a Copa do Mundo de 2014 e as Olimpíadas de 2016.

¹⁷ Disponível em: <<http://www.anf.org.br/comercial/>>. Acesso em: 15 jun. 2014.

¹⁸ Disponível em: <<http://rio.portalpopulardacopa.org.br/>>. Acesso em: 16 jun. 2014.

O comitê é muito conhecido pela produção e manutenção do Dossiê Megaeventos e Violação dos Direitos Humanos, que já possui 4 edições, e registra diversos casos e regiões onde houve violações de direitos humanos e sociais por parte dos agentes da Prefeitura, do Estado e da União, na implantação de eventos de grande porte.

Figura 17 - Contracapa do Dossiê Megaeventos e Violações dos Direitos Humanos (4. ed) – Foto de Casa Marcada para Remoção no Morro da Providência.



Disponível em:
<https://comitepopulario.files.wordpress.com/2014/06/dossiecomiterio2014_web.pdf>.
Acesso em: 16 jun. 2014.

O site RioOnWatch produziu uma série de três matérias jornalísticas, chamada **A História das Urbanizações nas Favelas**¹⁹, que narra a trajetória das favelas, desde a fundação da primeira favela, que hoje é conhecida como Morro da Providência, até os dias atuais.

Na primeira matéria, intitulada “Parte I: 1897-1988”, narra-se a fundação da comunidade da Providência e os conflitos surgidos nas décadas de 60 e 70, por conta da expansão das comunidades e das primeiras remoções em massa, na ordem de 100.000 pessoas.

¹⁹ Disponível em: <<http://rioonwatch.org.br/?p=4676>>. Acesso em: 16 jun. 2014.

Na segunda matéria, “Favela-Bairro (1988-2008)”, explica-se o surgimento do programa Favela Bairro e das mudanças no Plano Diretor da Cidade, em 1992, com o objetivo de tornar das favelas parte da “cidade formal”.

A última parte da matéria, “Morar Carioca na Visão e na Prática (2008 – Presente)”, narra a transição das iniciativas do programa Favela-Bairro para o programa Morar Carioca, comparando as duas iniciativas em termos de valores, escopo e objetivos.

O grupo Favelarte produziu uma sequência de quatro curta-metragens em forma de documentário, chamada “**Mobilidade Urbana e Direito à Cidade**”²⁰, frente aos preparativos do Porto Maravilha para a Copa do Mundo. Foram entrevistados diversos moradores a fim de registrar suas visões e opiniões sobre as ações do governo e os impactos em seu dia-a-dia.

O primeiro vídeo, chamado “O Teleférico da Providência”, mostra a insatisfação de diversos moradores do Morro da Providência com as obras do teleférico, que na época da gravação do vídeo encontrava-se fora de operação; e retrata a surpresa dos mesmos ao descobrir o teleférico funcionando exclusivamente para as filmagens de uma reportagem, 10 dias antes do início da Copa do Mundo.

O segundo vídeo, chamado “O Tempo”, retrata a dificuldade de trabalhadores de baixa-renda, moradores da periferia, em se deslocar de seus locais de moradia até os locais de trabalho.

O terceiro vídeo, chamado “Metrô Rio”, critica a prioridade dada a realização da linha 4 do metrô do Rio de Janeiro, que interliga Ipanema à Barra da Tijuca, em detrimento da implantação da linha 3, que interligaria outras regiões mais carentes de transporte público, como Niterói e São Gonçalo.

O quarto vídeo, chamado “Trânsito sem Trânsito”, apresenta o depoimento de taxistas e reportagens sobre os transtornos no trânsito decorrentes da demolição da Perimetral e suas expectativas para a conclusão das obras de engenharia do trânsito.

²⁰ Disponível em: <<http://www.youtube.com/playlist?list=PLFqgllHjfXwJgavV9cwaeVnCSnvhpD61V>>. Acesso em 16 jun. 2014.

O programa **Cultura Urbana**²¹, transmitido pela NET e apresentado por Ricardo Brasil, cobriu em duas de suas edições o Morro da Providência. Na primeira conduziu uma entrevista com o fotógrafo Maurício Hora, fundador do Favelarte, que diz:

[...] Não tinha como virar a câmera para qualquer lugar sem que a foto fosse uma denúncia. A minha fotografia comprometia todo mundo, comprometia o serviço público, comprometia o tráfico, comprometia o morador, que, de alguma forma, avançou no espaço público com sua casa, construiu mal [...].

O vídeo cobre a visão do fotógrafo e líder comunitário sobre a revitalização da região. Ele indica ser importante, através de iniciativas culturais, conscientizar os moradores da beleza e importância de sua comunidade, para que não sejam facilmente manipulados pelo poder público.

Em especial, sobre a questão das remoções, o fotógrafo apresenta um projeto em que foram estampados fotos dos rostos dos moradores no muro das casas marcadas para remoção, em um esforço para resgatar o valor humano dos moradores e alertar a população sobre as atividades do Governo.

Figura 18 - Intervenção Artística no Morro da Providência (1)



Fonte: ROLNIK (2011)

²¹ Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=ZIWbTmjcmpY>>; <<https://www.youtube.com/watch?v=xr0x-HpwYhE>>. Acesso em 16 jun. 2014.

Figura 19 - Intervenção Artística no Morro da Providência (2)



Fonte: ROLNIK (2011)

Na segunda edição o programa entrevistou Dona Chica, moradora da comunidade há 40 anos, cuja casa está marcada para remoção. Dona Chica é a responsável por cuidar do oratório da comunidade, e relata que não quer deixar o local que vive, nem seus afazeres comunitários.

O vídeo **Vozes da Missão – Morro da Providência**²² foi produzido como parte de uma missão organizada pela Plataforma Brasileira de Direitos Humanos Econômicos, Sociais, Culturais e Ambientais (DHESCA) para investigar os impactos dos processos de remoção e despejo nas comunidades, em função da Copa de 2014 e das Olimpíadas de 2016.

São entrevistas com moradores que tiveram suas casas marcadas pela remoção, contando sua história e expondo suas dificuldades e sofrimentos decorrentes das ações de política pública do Porto Maravilha.

A **Violação dos Direitos Humanos no Morro da Providência**²³ foi uma gravação de denúncia realizada pela equipe do Entre o Céu e a Favela, no exato momento em que agentes do SMH demoliam um prédio dentro da comunidade. Na gravação entrevistaram a vizinha do prédio sendo demolido, em meio aos escombros que resvalavam da obra e algumas crianças que brincavam por perto. A

²² Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=M9WkHKQrh_M>. Acesso em: 16 jun. 2014.

²³ Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=5IUiss7WRw4>>. Acesso em: 16 jun. 2014.

moradora conta um pouco de sua história, e do tratamento que recebeu por parte dos representantes da prefeitura.

O **Morro da Providência - #Entreembater**²⁴, foi uma gravação produzida pelo projeto #Entreembater, que acompanhou o início do processo de demolição da Praça Américo Brum, que gerou muitos conflitos e revolta entre os moradores. O vídeo registrou o protesto de moradores da região com os responsáveis pela obra de demolição, e sua frustração ao testemunharem o avanço das obras.

O filme **Providência: 115 anos de Luta**²⁵, produzido pelo fotógrafo e ativista Maurício Hora, conta um pouco da história do Morro da Providência, desde a sua ocupação inicial, pelos ex-combatentes da Guerra de Canudos, até a situação dos dias atuais, onde descreve o que são as marcações da Secretaria Municipal de Habitação.

O Jornal “A Nova Democracia” produziu uma reportagem jornalística intitulada **“Moradores do Morro da Providência Seguem Resistindo à Remoção”**²⁶, onde um dos moradores da comunidade relata tentativas de suborno aos integrantes da Comissão de Resistência do Morro da Providência, por parte dos agentes da prefeitura.

De acordo com o morador, os agentes oferecem valores e ofertas de emprego para retirada de denúncias em redes sociais e para minar os esforços de resistência, efetivamente colocando os moradores uns contra os outros.

O vídeo **Tem Morador – Morro da Providência**²⁷ foi realizado como projeto final de alunos da Escola de Fotógrafos Populares, uma iniciativa do portal Imagens do Povo. Neste vídeo são apresentadas fotografias realizadas no Morro da Providência, com cenas de atuação das equipes de remoção da SMH.

²⁴Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=2dURI8fUFU4>>. Acesso em: 16 jun. 2014.

²⁵ Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=it-bdOXxql4>>. Acesso em: 16 jun. 2014.

²⁶ Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=ixQsa1EQxp4>>. Acesso em: 16 jun. 2014.

²⁷ Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=marm0r9jsYY>>. Acesso em: 16 jun. 2014.

4.3 AÇÕES DE INFORMAÇÃO DO GOVERNO E SEUS PARCEIROS

Esta seção apresenta a pesquisa empírica na qual se buscou identificar as estratégias de informação e comunicação utilizadas pelos órgãos governamentais responsáveis pela implantação das intervenções realizadas na zona portuária e alguns dos seus principais parceiros. Inclui o relato e a análise da entrevista com uma assistente social que atuou junto à comunidade do Morro da Providência, apresentada no subcapítulo 4.3.1; e a análise das notícias, vídeos e material de divulgação, disponibilizados pelos veículos oficiais de comunicação, apresentada no subcapítulo 4.3.2.

4.3.1 A Entrevista

Houve uma grande dificuldade para se encontrar agentes ou representantes oficiais do órgão disponíveis à realização das entrevistas, de maneira que a única entrevista realizada com sucesso foi a de uma servidora pública municipal chamada J.I., que trabalhou como assistente social no programa UPP social no Morro da Providência e que acompanhou o processo de pacificação que se instalou na comunidade juntamente com o projeto Porto Maravilha. Ainda assim, esta entrevista foi extremamente produtiva, dada a experiência profissional da entrevistada e sua vivência e proximidade com o dia-a-dia da comunidade em sua condição de assistente social. Suas respostas forneceram elementos essenciais para a compreensão das dinâmicas informacionais em análise.

O roteiro de entrevista consistiu em sete perguntas que se dividiram em dois blocos temáticos.

O primeiro bloco da entrevista teve como objetivo entender como se deu a comunicação entre o governo ou seus representantes e os moradores, identificar as estratégias utilizadas para aproximação e diálogo com a comunidade e investigar se a comunidade teve participação no projeto.

O segundo bloco foi composto de questões sobre turismo, visando identificar quais são as ações previstas para o turismo na comunidade/região e se os moradores estão sendo incluídos e beneficiados com as mesmas.

Na primeira questão do roteiro de entrevista perguntou-se quais foram as estratégias utilizadas para aproximação com a comunidade e a divulgação do projeto. Antes de responder a essa questão, a entrevistada J. I. fez o seguinte esclarecimento:

É importante pensar o seguinte, o Porto Maravilha é o projeto guarda-chuva, ou seja, quem executa são instituições privadas que participaram de um edital coordenado pelo município, então é uma ação que está no âmbito e no controle da secretaria do município. Dentro da Secretaria do Município você tem o Projeto Porto Maravilha, e dentro do Porto Maravilha você tem o programa Morar Carioca, que é quem faz ações, intervenções também pensando o componente social daquelas comunidades, então diretamente o diálogo não era feito com o projetão, mas com esse projeto que está dentro do Programa Porto Maravilha, então já é um outro setor dentro do município que tocava as ações inclusive do componente social dentro do programa.

O esclarecimento da entrevistada revela uma falha de comunicação sobre a natureza dos programas, dado que o programa Morar Carioca, apesar de estar integrado no caso do Morro da Providência, não faz parte, nem está contido, dentro do projeto Porto Maravilha. Se mesmo para um agente da prefeitura, a divisão de responsabilidades entre os diferentes programas governamentais não fica clara, a distinção deste tipo de informação entre os moradores é ainda mais complicada.

A entrevistada trabalhou como assistente social dentro de uma equipe responsável pelo componente social do processo de pacificação, a UPP Social. Segundo ela, o papel da equipe a que estava designada foi:

- ✓ Ajudar no processo de otimização/facilitação do diálogo entre os representantes do território e o Estado (de forma mais ampla).
- ✓ Fortalecer esses atores e tentar articulá-los em rede.
- ✓ Potencializar as iniciativas de base comunitárias existentes voltadas ao processo de desenvolvimento do território.
- ✓ Realizar ausculta qualificada.
- ✓ A partir de estudos, diagnósticos e pesquisas, pensar quais são as reais demandas dos moradores e identificar aquelas que são mais latentes para tentar articulá-las no âmbito da política.
- ✓ Fortalecer as iniciativas locais, mobilização e suporte para a realização de um fórum.

soldados, os moradores, os comerciantes e até as crianças. O estudo teve como objetivo aprofundar a compreensão das relações socioculturais e o comportamento urbano da comunidade, a fim de orientar as estratégias de intervenção e entrada do programa.

A terceira ação citada foi o fórum da UPP Social, que por ter alcançado o maior reconhecimento popular, ficou conhecido como marco de abertura desse trabalho. A UPP Social é um programa que abrange as comunidades pacificadas do Rio de Janeiro com iniciativas sociais, culturais, ambientais, e de desenvolvimento, com a colaboração entre estado, prefeitura, empresas e ONGs (UPPSOCIAL, 2014).

Na UPP social foram realizados fóruns, tanto para a apresentação da entrada oficial do programa, quanto para a divulgação de novas iniciativas. No caso do Morro da Providência, os fóruns foram empregados para criar um canal de comunicação capaz de articular a participação dos atores locais da comunidade no processo de implantação do projeto. A entrevistada recorda sua participação nos fóruns:

Os fóruns tiveram em pauta de estabelecer um diálogo com as lideranças. Ouvir deles quais eram as impressões a respeito dessa articulação, serviços essenciais e quais seriam as demandas mais latentes.

A quarta ação foi uma visita guiada na qual se reuniram representantes de diversas instituições capazes de estabelecer relações e desenvolver soluções para a comunidade. Esta reunião contou com a Secretaria do Estado de Ambiente, o Sebrae, o Senac, a Associação de Moradores, a Cedae, entre outras instituições públicas e privadas. Durante a visita o grupo pode identificar *in loco* diversos dos problemas apontados pelos moradores.

Quando perguntada se a comunidade foi previamente consultada sobre as ações previstas no projeto, a entrevistada respondeu negativamente, esclarecendo que os moradores não foram consultados previamente, como seria esperado. Citou o fórum como uma tentativa de inserir essas pessoas nesse processo de intervenção, mas que falhou em cumprir seu papel adequadamente.

A entrevistada ressaltou ainda que existem orientações a serem seguidas para o trabalho social, em um documento chamado COTS (Caderno de Orientação Técnico Social), disponibilizado pela Caixa Econômica Federal – CEF. O COTS é uma orientação para todas as obras públicas que recebem dinheiro do governo federal através da Caixa Econômica.

Nessa normativa estão descritas as orientações para o trabalho no campo social, que determinam que qualquer projeto de mudança em um espaço habitado deve ser planejado em parceria com a comunidade através de assembleias e reuniões antes das obras entrarem em execução.

As mudanças devem ser pactuadas com os moradores, que, como sujeitos que irão usufruir dessas benfeitorias ou sofrer seus impactos, devem poder opinar a esse respeito. Segundo J.I., o documento prevê um processo de diálogo que não foi cumprido, causando algumas crises na entrada e desenvolvimento do programa dentro da comunidade.

É necessário entender essa participação reforçando a forma como o Estado ainda percebe não só o espaço físico desse lugar mas também as pessoas desse lugar [...] pensar essas pessoas como não-pessoas que estão nesses lugares e pouco importa a opinião delas a respeito da mudança que vai acontecer. [...]. O Estado ainda entende esses lugares como aglomerado subnormal, ou seja, alguma coisa que não está dentro da legalidade. Então, o diálogo com essas pessoas é ainda muito curto. Esse também foi um desafio para o programa, porque isso é fruto de uma prática milenar da ação pública dentro das comunidades. Então a gente tinha a missão de democratizar esse processo, mas ao mesmo tempo era um desafio, porque nós éramos o Poder Público, que também era o algoz do processo de violação desses direitos, inclusive o direito de participação.

Para a entrevistada, a comunicação dentro da comunidade é bastante complicada, dado que carecem de um canal de rádio comunitário, e sofrem com dificuldades de diálogo com sua própria Associação de Moradores. Durante a entrevista, também foi mencionado dois jornais comunitários: “Entre o Céu e a Favela” e “Provisom” (ver seção 4.2.2), organizados por jovens da comunidade através do projeto Agência de Redes para a Juventude, contudo, por falta de recursos e de apoio, ambos foram descontinuados.

Sobre os movimentos de resistência às intervenções realizadas na comunidade, a entrevistada destacou o episódio da demolição da Praça Américo Brum para dar lugar ao teleférico, iniciativa que foi motivo de muitos conflitos:

A Praça Américo Brum foi totalmente destruída para dar lugar ao Teleférico. A praça pressupunha uma intervenção no território que também não foi consensuada com os moradores. Para os moradores o teleférico não ia ajudar, diferente do discurso que deu vida ao teleférico, a ideia, que seria facilitar o acesso para os moradores. Segundo eles, as obras que seriam feitas para trazer o teleférico estariam gastando muito recurso e retirando dessas pessoas da

comunidade. então se deu toda uma confusão... entre os moradores e as polícias pacificadoras.

A entrevistada mencionou ainda as marcações realizadas nas casas como outra grande fonte de conflitos e que marcaram o início do processo de resistência. Durante a entrevista compartilhou um fato que a deixou muito emocionada:

O Mauricio Hora participa da Comissão de Resistência a Remoção, participou em vários momentos e um desses momentos foi uma manifestação: o que eles fizeram foi observar todas as casas que estavam com essa marca, o registro que elas vão sair. Então eles tentaram humanizar o processo, eles fotografaram as pessoas que moram dentro das casas e afixaram fotos gigantes nas entradas, dizendo que quando você derruba uma casa, você não derruba só a casa e as paredes, mas você derruba e mexe também com a estrutura da família.

As duas últimas questões da entrevista foram relacionadas especificamente a temática do turismo, nas quais procurou-se identificar as ações para a promoção e desenvolvimento do turismo na região e averiguar se as comunidades estão sendo inseridas neste processo. No entanto, a entrevistada não pôde responder satisfatoriamente estas questões, pois não esteve envolvida diretamente nas ações ligadas ao turismo na região ou mesmo na comunidade. A entrevistada se limitou a criticar o teleférico que foi construído sem ter sido pactuado com a comunidade.

Curiosamente, antes da conclusão de suas atividades dentro do programa, a entrevistada foi realocada para outra comunidade. Quando questionada sobre o motivo de sua realocação, a entrevistada disse ter sido propositadamente afastada por estar se envolvendo com os moradores e apoiando demasiadamente os interesses da comunidade.

4.3.2 Canais e Instrumentos de Comunicação e Informação

Este subcapítulo analisa os principais canais de comunicação e conteúdos informacionais veiculados pelo governo, seus parceiros e órgãos responsáveis pelas intervenções do Projeto Porto Maravilha. A análise cobre as iniciativas de informação e comunicação relacionadas aos processos de intervenção urbana, bem como alguns dos mais relevantes empreendimentos de promoção do turismo na região criados ou apoiados pelas esferas de governo municipal, estadual e federal, na comunidade do Morro da Providência.

Em relação ao levantamento realizado na internet pôde-se constatar que os órgãos responsáveis pela implantação do Projeto Porto Maravilha buscam divulgar suas ações em meios impressos e virtuais.

O site oficial do projeto **Porto Maravilha**²⁸ é mantido pela CDURP (Companhia de Desenvolvimento Urbano da Região do Porto do Rio de Janeiro), gestora da prefeitura na operação do Porto Maravilha. É organizado em quatro seções principais.

Figura 21 - Capa do site Porto Maravilha com as seções principais



Disponível em: <www.portomaravilha.com.br>.

Acesso em: 18 jun. 2014.

A primeira é a seção de “Operação Urbana”, onde a companhia apresenta as propostas de modificação urbana na zona portuária, como as estratégias de requalificação dos espaços públicos, a reestruturação viária, e a introdução de serviços urbanos.

A segunda é a seção do “Canal do Investidor”, onde a companhia apresenta os prospectos de emissão dos CEPAC (Certificados de Potencial Adicional de Construção), papéis utilizados para financiar as operações do Porto Maravilha.

A terceira seção é a de “Serviços e Obras”, onde o leitor pode verificar o andamento e o cronograma de execução das obras e implantação dos serviços propostos pelo projeto.

A quarta seção é o “Canal Social”, onde a CDURP lista as principais organizações sociais e comunitárias da região, os patrimônios históricos e culturais da região, além de programas sociais e cursos gratuitos.

²⁸Disponível em: <<http://www.portomaravilha.com.br>>. Acesso em 18 jun. 2014.

Além destas seções é possível acessar no site estudos e artigos, itens de legislação, além de notícias e boletins informativos. Apesar de ser muito bem construído e apresentado, o tipo de informação veiculada pelo canal é orientado em grande parte para os fins de propaganda e promoção do projeto Porto Maravilha. Por exemplo, ao se pesquisar pela palavra-chave “remoção” no portal são encontradas apenas notícias referentes à remoção do elevado da Perimetral e orientações sobre as mudanças de trânsito em decorrência das obras. O único texto referente às remoções dos moradores que alcançou a primeira página de resultados foi um *clipping* de postagem sobre um morador dos Estados Unidos que reagiu favoravelmente ao saber dos processos de “reassentamento” dos moradores²⁹.

Quanto a outros meios de comunicação, o Porto Maravilha oferece uma página de *Facebook* com cerca de 11.000 curtidas, e que divulga regularmente eventos, cursos, e notícias sobre as alterações no trânsito, como por exemplo, o curso de DJ ilustrado Figura 22.

Figura 22 - Curso de DJ Divulgado no Facebook do Porto Maravilha



Disponível em: <<https://www.facebook.com/portomaravilha>>. Acesso em: 18 jun. 2014.

²⁹ Disponível em: <http://www.portomaravilha.com.br/web/esq/clipping/pdf/cl_10_09_12_7.pdf>. Acesso em: 18 jun. 2014.

A CDURP mantém ainda uma conta de *Twitter*, com 4600 seguidores, e que apenas repassa as publicações realizadas no *Facebook*, como uma mídia social alternativa.

Outro meio de informação é um sistema de mala-direta, onde qualquer um pode cadastrar seu e-mail no site para ser atualizado semanalmente com as novidades no andamento das obras, e possíveis intervenções no trânsito e no sistema de transporte público.

A CDURP também mantinha um blog, disponível no endereço <http://blogportomaravilha.com>, mas que atualmente encontra-se desativado e cujos arquivos não estão mais disponíveis na internet. Mesmo não funcionando, o *link* para o blog ainda se encontra publicado na página principal do site.

O Porto Maravilha também produziu 15 revistas, entre março de 2010 e Julho de 2014. As revistas foram distribuídas dentro das comunidades em meio impresso, e também estão disponíveis para download no site do Porto Maravilha.

A CDURP mantém dois programas de cunho social: Porto Maravilha Cidadão e Porto Maravilha Cultural. Ambos são atores importantes nos processos de informação e comunicação com a comunidade, realizando eventos, cursos, e promovendo ações turísticas que colaborem com o desenvolvimento socioeconômico da zona portuária.

Figura 23 - Panfleto Explicativo do Porto Maravilha Cidadão



Disponível em: <<http://portomaravilha.com.br/web/sup/cidadao.jpg>>.

Acesso em: 18 jun. 2014.

Figura 24 - Panfleto Explicativo do Porto Maravilha Cultural



Disponível em: <<http://portomaravilha.com.br/web/sup/pmcul.pdf>>.

Acesso em: 18 jun. 2014.

Cada um dos programas possui um panfleto explicativo, que além de disponibilizado na internet, foi distribuído em meio impresso. Os panfletos, que podem ser observados nas Figura 23 e Figura 24 explicam a natureza dos programas, suas missões, valores e objetivos.

O primeiro evento do programa Porto Maravilha Cidadão foi realizado em conjunto com a Concessionária Porto Novo, no dia 27 de agosto de 2011 na Praça da Harmonia, localizada no bairro da Gamboa. Neste evento, intitulado HarmonizAção (Figura 25), foram oferecidos diversos serviços como vacinação, aferição da pressão arterial, aplicação de flúor; cadastramento em programas sociais como o bolsa família; cadastramento em cursos gratuitos de especialização profissional e de idiomas, como manicure, auxiliar administrativo, garçom, canteiros de obra, analfabetismo zero, curso de inglês e espanhol.

Figura 25 - Panfleto do HarmonizAção



HARMONIZAÇÃO

Atividades sociais, culturais, serviços e muito lazer na Praça da Harmonia

Participe, traga a família!

Sábado dia 27 de agosto, das 09 às 16 horas na Praça da Harmonia, na Gamboa

SERVIÇOS DISPONÍVEIS*

- Aplicação de Ror
- Atendimento dermatológico
- Retirada de carteira de trabalho
- Trocas por e retirada de documentos
- Desengas de glóscia e coláscia
- Balão de emprego
- Inscrições para cursos gratuitos
- Corte de cabelo
- Regularização de IPTU a multos municípios
- Cadastro em programas sociais, como Bolsa Família Cartões

Documentos necessários para pedidos de isenções, regularização nos programas sociais, como o Bolsa Família Cartão, retirada de carteira de trabalho e cadastro de emprego:

- RG e CPF
- Cartão de inscrição no cartão de inscrição no cartão de inscrição
- Cartão de inscrição
- Cartão de trabalho
- RG/INSP/INSP
- Foto 3x4 com fundo branco (para carteira de trabalho)
- Cartão de trabalho anterior ou comprovante de inscrição no documento oficial (para inscrição no cartão de trabalho)
- Foto de atestado
- Cartão de trabalho
- Atestado de óbito
- Documento pessoal (preencher para regularização no CAD Único/Programa Bolsa Família)

Gratias e abluções

- Cartão de inscrição
- Declaração de inscrição

Observação: Ler o programa e o cartão de inscrição no documento

Participação

Logos of various participating organizations including Rio de Janeiro, Cidadão, and Concessionária Porto Novo.

Fonte: Adaptado de Concessionária Porto Novo (2011)

O Programa Porto Maravilha Cultural realizou uma ação no Morro da Providência chamada Providência Sustentável, com objetivo de conscientizar crianças e jovens entre 10 a 16 anos sobre a importância da sustentabilidade, abordando questões como lixo, reciclagem e saneamento local. Para o projeto foi criada uma página de *Facebook*, que ficou apenas nove dias em operação, de 17 de Março de 2014 a 24 de Março de 2014, e realizada uma inauguração na Casa Amarela (Figura 26). No site do Porto Maravilha é possível encontrar um álbum de fotos do evento.

Figura 26 - Convite Para Inauguração do Providência Sustentável



Disponível em:

<<https://www.facebook.com/providenciasustentavel/photos/pb.261977107310317.-2207520000.1408549976./263565800484781/?type=1&theater>>.

Acesso em: 18 jun. 2014.

A Concessionária Porto Novo, por sua vez, mantém um site e produz edições do Jornal Folha do Porto Novo, em versão digital, e impressa, distribuída na região e redondezas. A Folha do Porto Novo é um informativo mensal que divulga notícias sobre o andamento das obras além de serviços e novidades na zona portuária. Na Figura 27 pode-se observar a primeira página da edição de julho de 2014, em que a manchete cobre a inauguração do teleférico no Morro da Providência. Curiosamente, o Teleférico foi construído pelo programa Morar Carioca.

Em relação às iniciativas de promoção do turismo, o principal empreendimento realizado no Morro da Providência é o Teleférico do Morro da Providência, diversas vezes noticiado no site oficial do Porto Maravilha, não apenas como um recurso de mobilidade urbana, mas como uma atração turística de grande importância.

Figura 27 - Capa da Folha do Porto Novo (Edição 26)

EDIÇÃO 26 - ANO 3 - JULHO/2014

FOLHA DA PORTO NOVO

TELEFÉRICO DA PROVIDÊNCIA É INAUGURADO NA REGIÃO PORTUÁRIA



MODERNO SISTEMA DE MOBILIDADE ENTROU EM OPERAÇÃO EM 2 DE JULHO

A mais antiga comunidade do Rio de Janeiro, o Morro da Providência, ganhou, no mês de julho, um moderno sistema de mobilidade: o teleférico. Com 721 metros de extensão, o equipamento liga a Providência à Gamboa e à Central do Brasil, facilitando a mobilidade dos moradores. A viagem é gratuita e tem a duração de cinco minutos, aproximadamente.

A cerimônia de inauguração, que ocorreu no dia 2 de julho, foi prestigiada pelo prefeito Eduardo Paes e o governador Luiz Fernando Pezão. Também participaram do evento o presidente da Concessionária Porto Novo, José Renato Pariz; o diretor-presidente da Companhia de Desenvolvimento Urbano da Região do Porto do Rio de Janeiro, Alberto Gomes da Silva; secretários do Governo e a embaixadora da Áustria Marianne Feldmann. A festa foi completa com a presença das crianças da Escola Municipal Francisco Benjamin Galloti, autoras dos desenhos que estão em exposição nas três estações e também nas gondolas do teleférico.

Além de otimizar o acesso à região, há uma série de serviços disponíveis à comunidade nas estações do teleférico. Na Estação Gamboa, a população tem acesso à 72ª Clínica da Família, que garante o atendimento a 10.350 moradores das comunidades do Morro da Providência e entorno, com direito a consultas médicas, exames, vacinação e medicamentos gratuitos.

No mesmo local há a Casa Rio Digital, que é um moderno espaço comunitário de capacitação digital, sob a coordenação da Secretaria Municipal de Ciência e Tecnologia. Já em frente à estação Américo Brum, no alto da comunidade, está disponível uma Academia da Terceira Idade (ATI). Durante a fase de testes, o teleférico funcionará de segunda à sexta-feira das 9h às 11h. Na futura, o período de funcionamento será estendido: de segunda à sexta-feira, das 6h às 21h, aos sábados, das 7h às 19h e aos domingos das 9h às 18h.

Disponível em: <<http://www.portonovosa.com/pt-br/noticias-folha>>.
Acesso em: 15 jul. 2014.

Na ocasião do primeiro teste do teleférico, realizado em dezembro de 2013, foi divulgada uma matéria no site do Porto Maravilha com comentários de alguns moradores e do prefeito Eduardo Paes, que estava presente (ROMAR, 2012). Nas palavras do prefeito:

O objetivo da prefeitura é melhorar a acessibilidade do povo que mora aqui. A Providência é a primeira favela do Rio e está hoje pacificada e totalmente integrada à cidade. O teleférico vai permitir a

população ter acesso de qualidade e mais conforto. Além disso, esse equipamento está integrado ao projeto Porto Maravilha, que contempla grandes investimentos para a cidade. O visual daqui de cima é fantástico e tenho certeza de que isso aqui vai atrair muitos turistas e virar o Pão de Açúcar 2.

Nesta matéria foi informado que o teleférico seria inaugurado e estaria disponível aos moradores em abril de 2013, fato que, na verdade, se deu apenas em julho de 2014, em fase de testes, conforme notícia publicada pelo site do Porto Maravilha, que além de divulgar fotos do dia da inauguração (Figura 28), vídeo e depoimentos de moradores e gestores elogiando o empreendimento, também disponibilizou uma cartilha oficial (ANEXO B) de informações sobre o teleférico.

A cartilha apresenta informações sobre o funcionamento do teleférico, horários e estações e conexões com outros modais, regras de convivência e um mapa da zona portuária ressaltando pontos de interesse turístico, inclusive dentro da comunidade, contando com os principais patrimônios histórico-culturais.

Figura 28 - Eduardo Paes, Secretário de Habitação Pierre Batista e Deputado Federal Jorge Bittar Acompanhando o Teste do Teleférico



Fonte: ROMAR (2012)

Figura 29 - Inauguração das Gôndolas Adesivadas com Desenhos das Crianças da Região Portuária



Fonte: ROMAR (2012)

Outro projeto, com início em setembro de 2011, foi o “Intercâmbios JuventudeArte”, uma iniciativa do programa Juventude transformando com Arte, coordenado pelo Centro de Estudos de Políticas Públicas (CEPP), patrocinado pelo governo do Estado do Rio de Janeiro e realizado em parceria com a UPP Social. O objetivo deste projeto foi mapear os pontos de grande relevância histórica e cultural das comunidades até então pacificadas, criando um guia cultural capaz de orientar turistas na visita da região e, ao mesmo tempo, ampliar o conhecimento dos moradores sobre os recursos turísticos de sua própria comunidade.

No Morro da Providência, este mapeamento foi realizado através de um trabalho colaborativo de seis jovens da comunidade selecionados para participar do projeto. Foram mapeadas áreas de interesses histórico e cultural, além de locais para apreciação da paisagem, festas e personalidades importantes para o Morro. O guia Caminhos da Cultura no Morro da Providência, resultado final do projeto, pode ser observado na Figura 30.

Outro projeto realizado pela CDURP e a Concessionária Porto Novo foi a sala de exposições Meu Porto Maravilha, inaugurada em 01 de julho de 2012. Com visitação gratuita, a sala funciona de terça a domingo, das 10h as 18h.

A exposição é tecnológica e interativa, contando com a maior tela de multitoques do Brasil, de 22 metros. Os visitantes podem acessar o conjunto de transformações da região por meio de mapas, infográficos, fotos e vídeos das obras e perspectivas futuras do projeto Porto Maravilha dentro dos 283m² de salas.

Também é possível conhecer as atribuições da Concessionária Porto Novo em cada fase das transformações da Região Portuária. As ações são apresentadas por temas como sistema viário - com explicações sobre Veículo Leve sobre Trilhos (VLT) e construção das novas vias - e meio ambiente. O software da grande tela contém uma camada de partículas gráficas dinâmicas que acompanha os movimentos do visitante e forma palavras ligadas ao desenvolvimento, como "cidadania", "cultura" e "mobilidade".

Até oito pessoas podem interagir ao mesmo tempo na mesa principal, que conta a história do Rio de Janeiro a partir da Região Portuária. A segunda mesa interativa tem o formato do mapa da Área de Especial Interesse Urbanístico (Aeiu) da Região do Porto do Rio de Janeiro, definida pela Lei que criou a operação urbana Porto Maravilha, e localiza as principais intervenções da operação, com foco nas mudanças no sistema viário.

No espaço, também é possível entender a modelagem financeira da operação urbana, que inclui a venda dos Certificados de Potencial Adicional de Construção (Cepacs) e o investimento de todos os recursos da operação na região. O acervo deverá ser atualizado no decorrer das obras para que os visitantes possam acompanhar o seu andamento.

Partindo da sala de exposição também é possível participar de uma visita guiada às obras do Porto Maravilha, com foco nas modificações do sistema viário. Para participar é necessário se inscrever pelo site do Porto Maravilha. A visita acontece aos sábados, e percorre canteiros de obras como o do Túnel do Binário e da Avenida Rodrigues Alves, já sem a Perimetral.

Figura 31- Sala de Exposições Meu Porto Maravilha



Disponível em: <http://www.portomaravilha.com.br/web/fotos/meu_porto.aspx>.
Acesso em: 15 jul. 2014.

O **Rio Favela Startup Weekend**³⁰ foi um evento patrocinado promovido pela Google, em março de 2014, juntamente com o Comitê para Democratização da Informática (CDI), com o objetivo de unir membros da comunidade a empreendedores e profissionais da tecnologia na busca de soluções inovadoras para os problemas sociais dos habitantes do Morro da Providência.

O evento teve três dias de duração, e além de palestras e apresentações, organizou um concurso com diversos times, cada um responsável por conceber uma solução e apresentá-la, dentro dos seguintes eixos: Lixo, Educação, Cultura e Lazer e Geração de Renda.

Os três projetos vencedores foram: uma Plataforma de Saúde Online que ajude na prevenção de doenças crônicas comuns às comunidades do Rio de Janeiro; um projeto chamado Incoming Brasil Games, para educação e treinamento dos jovens da comunidade na carreira de jogadores eletrônicos profissionais; e o “Pedacinho de Mim”, um site de e-commerce com itens de cama, mesa e banho

³⁰ Disponível em: <<http://rioavela.startupweekend.org/>>. Acesso em: 15 jul. 2014.

produzidos na própria comunidade, que conseguiu vender mais de 1000 dólares em cinco horas, dentro do próprio evento.

Figura 32 - Times se reunindo no Rio Favela Startup Weekend



Fonte: SAUSER (2014)

O vídeo **Morar Carioca – Teleférico no Morro da Providência**³¹ é um material de propaganda desenvolvido pela Secretaria Municipal de Habitação (SMH), para divulgar o projeto do Teleférico. No vídeo, publicado em 26 de Abril de 2013, é possível observar o teleférico vazio em operações de teste enquanto textos descrevem aspectos da obra e números relativos ao projeto.

O vídeo **Creche do Morar Carioca Beneficia Crianças do Morro da Providência**³², é parte do material de propaganda do Rio Cidade Olímpica, e apresenta a obra de construção da Creche Comunitária, além de outras iniciativas de infra-estrutura, como os prédios que serão destinados para realocação dos moradores da comunidade que forem removidos de suas casas.

³¹ Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=08K38KNY1UI>>. Acesso em: 15 jul. 2014.

³² Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=GLkke5panJo>>. Acesso em: 15 jul. 2014.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A presente pesquisa propôs analisar as dinâmicas informacionais e comunicacionais desenvolvidas no processo de requalificação urbana que vem acontecendo na zona portuária do Rio de Janeiro através do Projeto Porto Maravilha, tendo como cenário concreto de análise os desdobramentos no Morro da Providência. Este projeto, motivado, em grande parte, pelos megaeventos esportivos que a cidade sediou e ainda sediará, foi planejado de modo a tornar a região, que por muito tempo ficou abandonada pelo Poder Público e pela iniciativa privada, turística e economicamente atrativa.

Por meio de diversas intervenções na infraestrutura e mobilidade urbana, o projeto Porto Maravilha promete integrar a zona portuária ao restante da cidade, promovendo sua valorização imobiliária e atraindo novos moradores com maior poder aquisitivo e novas atividades econômicas, dentre elas o turismo.

A requalificação urbana de antigos centros urbanos e regiões portuárias é uma tendência mundial e está dentro de uma concepção neoliberal de planejamento e gestão urbana, na qual a cidade é gerida como uma empresa. Dessa forma, utilizam-se estratégias de *City Marketing* para produzir imagens positivas que possam promover a cidade e lhe permitam competir no cenário internacional com outras cidades-globais.

Dentro dessa visão, o planejamento das intervenções urbanísticas incluem grandes empreendimentos turísticos, tornando a cultura e a própria cidade objetos de consumo. Sedar megaeventos esportivos tem se tornado uma estratégia de certos grupos sociais, políticos e econômicos para estas cidades, uma vez que lhes possibilitam uma grande e imediata projeção no mercado mundial.

A partir deste cenário, procurou-se investigar se as ações de intervenções, especialmente aquelas para promoção do turismo, presentes no Projeto Porto Maravilha estão de acordo com as premissas do desenvolvimento e turismo sustentável, que preconizam a participação da população local, desde sua concepção até a sua execução, assim como a socialização dos benefícios advindos da atividade turística.

No cruzamento do debate teórico na literatura com a pesquisa e análise dos processos concretos de informação e comunicação, a partir do estudo empírico, é possível tecer as seguintes considerações para as questões levantadas de início.

Considerando a primeira questão: *Até que ponto o projeto Porto Maravilha incorpora as premissas do turismo sustentável, contemplando a participação da população de maneira inclusiva e democrática, respeitando os direitos da população local?*

Ficou muito claro no decorrer da análise do capítulo 3, em contraste com o arcabouço teórico apresentado no capítulo 2, que, apesar das diversas iniciativas para promoção do turismo na região, o seu aspecto sustentável e inclusivo não foi totalmente observado pela Prefeitura e outros agentes consorciados do projeto Porto Maravilha.

A opinião da população sobre o projeto não foi consultada ou sequer considerada, dentro de suas reais necessidades e anseios, durante as etapas de planejamento. Apesar de terem sido realizadas reuniões, fóruns e assembleias reunindo os moradores e a prefeitura e seus agentes, nas entrevistas foi possível verificar que estes encontros não possuíram um caráter de diálogo ou de consulta aos interesses da comunidade, mas serviram apenas ao propósito de levar seletivamente informação à população local de modo a convencê-la a aceitar os processos de intervenção urbana propostos.

Apenas quando as intervenções urbanas envolvendo remoções e reassentamentos se intensificaram, gerando uma série de protestos e organização de resistências, foi que o Governo se viu obrigado a modificar alguns dos seus planos originais, cedendo à pressão popular. Nesse processo, a visibilidade das posições dos moradores, alcançada por suas estratégias informacionais e a de grupos sociais “aliados”, foi fundamental como instrumento de resistência e de afirmação de seus pontos de vista.

Além do fato de que este “diálogo” tem se dado em âmbito de animosidade e litígio judicial, a aquiescência do Governo ocorreu em torno das questões de mobilidade urbana e do impacto social, que afetam diretamente o bem estar e os direitos básicos da população, que, naturalmente, geraram os conflitos mais intensos.

Já em relação às questões relacionadas ao desenvolvimento turístico, não houve qualquer possibilidade de diálogo, amigável, ou litigioso. A localização das estações do Teleférico, uma das principais iniciativas turísticas, foi ditada pela prefeitura sem consulta prévia à comunidade, e envolveu a destruição da Praça Américo Brum, um dos pontos mais frequentados e queridos pelos moradores. Apesar dos vários protestos solicitando a manutenção da praça, e de pedidos de diálogo, o Governo prosseguiu com as obras.

Quanto à segunda questão: *Quais são as estratégias informacionais e comunicacionais utilizadas pelos diferentes atores envolvidos nos processos de intervenção urbana da comunidade e seu entorno?*

Os atores sociais envolvidos nas dinâmicas de informação do Porto Maravilha são claramente organizados em dois grandes grupos: O que chamamos de Governo, com as diferentes esferas de poder, Municipal, Estadual e Federal mais os seus diversos parceiros na forma de instituições público-privadas de um lado; e os moradores, associações, ONG's e ativistas políticos e sociais, de outro.

As estratégias informacionais utilizadas pelos representantes dos dois grupos também possuem características distintas. Como o Governo conta com mais recursos financeiros e com acesso privilegiado ao espaço na mídia e na televisão, seus recursos são mais sofisticados, e envolvem a produção de jornais e revistas, matérias, propagandas televisivas, páginas de internet, além de uma atuação dentro das esferas das mídias sociais, como *Blogs*, *Facebook* e *Youtube*, analisados detalhadamente nos tópicos 4.2.2 e 4.2.3.

As estratégias de informação e comunicação do governo e seus parceiros são propagandistas e pseudoeducativas. Procuram, na medida do possível, orientar as ações coletivas, destacando os pontos positivos das intervenções urbanas realizadas, apresentando-as como aprovadas e apoiadas pela população local, e, ao mesmo tempo, suprimindo ou diminuindo dentro dos canais de comunicação que dominam a extensão dos reais problemas envolvendo a insatisfação e a incapacidade governamental de administrar as necessidades, anseios, e direitos básicos dos moradores da comunidade.

A comunidade, por sua vez, intensificou a produção informativa nas mídias sociais, que permitem a atuação individual por parte de qualquer pessoa física, com poucas necessidades de conhecimento técnico ou investimento financeiro. São

diversas páginas e perfis de *Facebook*, além de vídeos no *YouTube* e, como documentários caseiros, colagens de fotos, gravações de denúncias, entre outros tipos de filmagens amadoras.

Uma característica interessante, também observada por Oliveira (2013), pesquisadora que estudou a implantação das UPP's em comunidades cariocas, é o pouco envolvimento ou coordenação das lideranças comunitárias nestes processos de reivindicação. O mesmo foi relatado pela entrevistada J.I., agente da prefeitura, que citou em sua entrevista as dificuldades de comunicação e organização da comunidade.

A maior parte do material produzido pela comunidade é relativa aos processos de remoção e reassentamento, uma questão que, de tão importante e aflitiva para os moradores, é dissociada em suas opiniões das iniciativas ou das questões turísticas. Pôde-se constatar que houve um *boom* de iniciativas da comunidade nas mídias sociais no que diz respeito à sua mobilização e resistência, na época em que as remoções iniciaram. Entretanto, com a suspensão das remoções por ordem judicial, muitos blogs e páginas no *Facebook* foram descontinuados ou pararam de receber atualizações. Ainda assim, persistem as iniciativas daqueles moradores mais engajados na luta por suas moradias e valorização da história e memória do Morro da Providência.

Quanto à terceira questão: *Como essas estratégias e dinâmicas de informação e comunicação se inserem nas disputas pela “democratização” das ações na área?*

A principal disputa presente nas dinâmicas informacionais diz respeito ao direito à moradia, reclamado pelos moradores. O conteúdo de informação produzido pela comunidade, principalmente o de origem dos próprios moradores, configura um grande pleito coletivo por uma chance de diálogo com o Governo, a fim de que possam ser escutados e respeitados em seu direito de opinar democraticamente sobre as intervenções realizadas na região onde habitam.

O Governo, por outro lado, não utiliza os canais de informação que possui acesso em espírito democrático, mas apenas como um distribuidor unilateral de propaganda e de instruções, aos quais os moradores têm sido sujeitados sem uma abertura real para efetiva participação.

Com o conflito de interesses estabelecido, as estratégias de ambas as partes são radicalmente diferentes e antagônicas entre si, dado que enquanto os órgãos oficiais anunciam que a revitalização não apenas considera os interesses da comunidade, como traz inúmeros benefícios e bem-estar aos moradores, estes adotam uma estratégia de resistência, que denuncia o conteúdo de informação oficial como um disfarce, e tenta expor os reais interesses das intervenções governamentais como uma manobra para elitização da região, fruto da especulação imobiliária, das remoções em massa, e de um projeto urbanístico apenas “para inglês ver”, que atende as demandas do turismo ao invés das reais necessidades dos moradores, tais como hospitais, saneamento, creches, entre outras reivindicações.

O resultado da transformação final da comunidade, nesse caso, seria não a de uma melhoria na qualidade de vida, e de integração democrática da comunidade à sociedade, mas sim a transformação da região em um pólo de alto potencial econômico e turístico, com custo de vida inacessível aos moradores, que, por terem sido deixados de fora dos planos e das considerações de impacto sócio-econômico referentes à implantação do projeto, não terão qualquer escolha diferente de deixar suas casas.

De maneira geral, o cenário atual que transparece nas dinâmicas informacionais da população do Morro da Providência é de medo, frustração e incerteza em relação às intervenções governamentais. Muitos moradores enxergam o turismo com desconfiança e como uma ameaça a permanência deles na região. Fato compreensível, uma vez que não foram incluídos no planejamento turístico e ainda tiveram suas moradias ameaçadas. Se a população local tivesse participado poderia ver o turismo como uma oportunidade de levar desenvolvimento a comunidade e benefícios aos moradores.

Dado seu valor histórico e cultural, junto à sua privilegiada localização geográfica, o Morro da Providência apresenta um grande potencial turístico, econômico e, sobretudo, social. Mas, o sucesso de tal empreendimento depende de que os gestores entendam a importância da participação social da população local, a fim de integrá-la verdadeiramente à concepção e ao desenvolvimento de um projeto que atenda de fato aos interesses das populações locais e da maioria dos moradores da cidade.

REFERÊNCIAS

ADORNO, T. **Indústria cultural e sociedade**. São Paulo: Paz e Terra, 2002.

AGUIAR, Marlise S. **E os direitos sociais?** Megaeventos, políticas públicas e vulnerabilidades na reconstrução da paisagem cultural da zona portuária do Rio de Janeiro. In: COLÓQUIO IBERO-AMERICANO PAISAGEM CULTURAL, PATRIMÔNIO E PROJETO, 2., 19-21 nov. 2012, Belo Horizonte. **Anais...** Belo Horizonte: UFMG, 2012.

ALBAGLI, Sarita; MACIEL, Maria Lucia. Informação e conhecimento na inovação e no desenvolvimento local. **Ci. Inf.**, Brasília, v. 33, n. 3, p.9-16, set./dez. 2004.

ALBAGLI, Sarita; MACIEL, Maria Lucia. Informação, poder e política: a partir do Sul, para além do Sul. In: MACIEL, Maria Lucia; ALBAGLI, Sarita. **Informação, conhecimento e poder**: mudança tecnológica e inovação social. Rio de Janeiro: Garamond, 2011. p. 9-39

ALMEIDA, Maria Geralda de. O turismo e a produção de imagens e identidades das cidades contemporâneas. In: ALMEIDA, Maria Geralda de; OLIVEIRA, Karla Annyelly Teixeira de; ARRAIS, Tadeu Alencar (Org.). **Metrópoles**: teoria e pesquisa sobre a dinâmica metropolitana. Goiânia: Cânone, 2012. p. 47-59.

ALVES, Glória da Anunciação. A requalificação do centro de São Paulo. **Estudos Avançados**, São Paulo, v. 25, n. 71. p. 109-118, 2011.

ARANTES, Otília. Uma estratégia fatal: a cultura nas novas gestões urbanas. In: ARANTES, Otília; VAINER, Carlos; MARICATO, Ermínia. **A cidade do pensamento único**: desmanchando consensos. Petrópolis: Vozes, 2000.

AVIZ, Roberta; ALBAGLI, Sarita. Desenvolvimento sustentável, informação e comunicação: o caso Paragominas. In: ENCONTRO NACIONAL DE PESQUISA EM PÓS-GRADUAÇÃO EM CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO, 12., 23 -26 out. 2011, Brasília. **Anais eletrônicos...** Brasília: ANCIB, 2011. p.1692-1710. Disponível em: <<http://repositorio.ibict.br/bitstream/123456789/95/1/ALBAGLIAVIZEnancib2011B.pdf>>. Acesso em: 25 jun. 2012.

BALTAR, Luiz; FOURAUX, Naiara; OTTO, Renan; PELLA, Rúbia. **Tem Morador – Morro da Providência**. 2012. Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=marm0r9jsYY>>. Acesso em: 10 ago. 2014.

BARTHOLO, Roberto; DELAMARO, Maurício; BADIN, Luciana (Org). **Turismo e sustentabilidade no estado do Rio de Janeiro**. Rio de Janeiro: Garamond, 2005.

BERTAME, Rodrigo. **Sequência**: mobilidade urbana e direito à cidade. 2014. Disponível em: <<http://www.linhasdefuga.com/2014/08/sequenci-mobilidade-urbana-e-direito.html>>. Acesso em: 10 ago. 2014.

BRASIL. Ministério do Turismo. **Segmentação do turismo:** marcos conceituais. Brasília: Ministério do Turismo, 2006. Disponível em: <http://www.turismo.gov.br/export/sites/default/turismo/o_ministerio/publicacoes/downloads_publicacoes/Marcos_Conceituais.pdf>. Acesso em: 23 maio 2013.

BRASIL. Ministério do Turismo. **Turismo cultural:** orientações básicas. Brasília: Ministério do Turismo, 2010. Disponível em: <http://www.turismo.gov.br/export/sites/default/turismo/o_ministerio/publicacoes/downloads_publicacoes/Turismo_Cultural_Versxo_Final_IMPRESSxO_.pdf>. Acesso em: 11 out. 2012.

CARLOS, Claudio Antonio S. Lima. Una mirada crítica a la zona portuaria de Río de Janeiro. **Bitácora urbano/ territorial**, Bogotá, v.17, n. 2, p. 23-54, 2010. Disponível em: <<http://www.revistas.unal.edu.co/index.php/bitacora/article/viewFile/18892/19783>>. Acesso em: 11 jul. 2013.

CASTRO, Mauro; CASSIÁN, Nizaiá. Do sonho olímpico ao projeto Porto Maravilha: legado para quem? In: COCCO, Giuseppe; ALBAGLI, Sarita. (Org.) **Revolução 2.0:** e a crise do capitalismo global. Rio de Janeiro: Garamond, 2012.

CDURP. Companhia de Desenvolvimento Urbano da Região do Porto do Rio. **Projeto Porto Maravilha.** 2011a. Disponível em: <<http://www.slideshare.net/KarinaMoraes1/apresentao-porto-maravilha-adit>>. Acesso em: 9 jun. 2013.

CDURP. Companhia de Desenvolvimento Urbano da Região do Porto do Rio. **Porto Maravilha, cidadania e cultura.** 2011b. Disponível em: <<http://portomaravilha.com.br/web/sup/canalSocProgValor.aspx>>. Acesso em: 9 jun. 2013.

CEDAPS. Centro de Promoção da Saúde. **Mapeamento participativo do território / mapa falante.** 2013. Disponível em: <<http://www.cedaps.org.br/portfolio/mapeamento-participativo-do-territorio-mapa-falante/>>. Acesso em: 22 abr. 2014.

CEPP. **Caminhos da cultura no Morro da Providência.** Programa Juventude Transformando com Arte – Centro de Estudos de Políticas Públicas. Rio de Janeiro 2011.

COCCO, Giuseppe. **Estudo 26:** projetos urbanos e sustentabilidade. Disponível em: <<http://www.cedeplar.ufmg.br/pesquisas/pis/Estudo%2026.pdf>>. Acesso em: 28 mar. 2013.

COMISSÃO MUNDIAL SOBRE MEIO AMBIENTE E DESENVOLVIMENTO. **Nosso futuro comum.** 2. ed. Rio de Janeiro: Ed. da Fundação Getúlio Vargas, 1991.

COMITÊ POPULAR DA COPA E OLIMPÍADAS DO RIO DE JANEIRO. **Megaeventos e violações dos direitos humanos no Rio de Janeiro:** dossiê do Comitê Popular da Copa e Olimpíadas do Rio de Janeiro: maio de 2013. Disponível

em: <
http://comitepopulario.files.wordpress.com/2013/05/dossie_comitepopularcopari_01_3.pdf>. Acesso em: 29 maio 2013.

CORRÊA, Maria Laetitia; PIMENTA, Solange Maria; ARNDT, Jorge Renato Lacerda. Racionalidades e mitos no contexto do turismo, sustentabilidade e meio ambiente. In: _____. (Org.). **Turismo, sustentabilidade e meio ambiente**: contradições e convergências. Belo Horizonte: Autêntica, 2009.

DIAS, Reinaldo. **Turismo sustentável e meio ambiente**. São Paulo: Atlas: 2003.

EMETROPOLIS. **Site da Revista E-Metropolis**. Disponível em: <www.emetropolis.net>. Acesso em : 14 jun. 2014.

FIGUEIREDO, Antônio Marcus Lima. A função turística do patrimônio: questionamentos sobre a idéia de sustentabilidade do turismo cultural. **Caderno Virtual de Turismo**, v. 5, n. 4, p. 43-49, 2005. Disponível em: <<http://www.ivt.coppe.ufrj.br/caderno/index.php?journal=caderno&page=article&op=view&path%5B%5D=103&path%5B%5D=98>>. Acesso em: 18 set. 2012.

FLORIANI, Adriano W.; MORIGI, Valdir J. Circuitos comunicativos e construção da cidadania no ciberespaço: tramas do sentido em redes de weblogs. **Rev. Famecos**, Porto Alegre, v. 1, n. 30, p. 107-114, ago./2006.

FRATUCCI, Aguinaldo César. Participação comunitária na gestão do turismo nos municípios do Estado do Rio de Janeiro: análise do processo do PNMT. In: BARTHOLO, Roberto; DELAMARO, Maurício; BADIN, Luciana (Org). **Turismo e sustentabilidade no estado do Rio de Janeiro**. Rio de Janeiro: Garamond, 2005. p.246-266.

GENZUK, M. **A synthesis of ethnographic research**. Los Angeles: Universidade da California. 1993. Occasional Papers Series. Center for Multilingual, Multicultural Research (Eds.). Rossier School of Education.

GONZÁLEZ DE GÓMEZ, Maria Nélide. O caráter seletivo das ações de informação. **Informare**, v. 5, n. 2, p. 7-31, 1999.

GONZÁLEZ DE GÓMEZ, Maria Nélide. Novos cenários políticos para a informação. **Ci. Inf.**, Brasília, v. 31, n. 1, p. 27-40, jan./abr. 2002.

GONZÁLEZ DE GÓMEZ, Maria Nélide. Escopo e abrangência da Ciência da Informação e a Pós-Graduação na área: anotações para uma reflexão. **Transinformação**, Campinas, v.15, n. 1, p. 31-43, jan./abr. 2003.

GOULART, Simone de Oliveira. Análise preliminar do capítulo “Aspectos Legais do Estudo de Impacto de Vizinhança – EIV do Porto Maravilha”. **Minha Cidade**, v. 11, maio 2011. Disponível em: <<http://www.vitruvius.com.br/revistas/read/minhacidade/11.130/3886>>. Acesso em: 12 dez. 2013.

GRANJA, Patrick. Moradores da Providência seguem resistindo a remoção. **A Nova Democracia**, set. 2012. Disponível em: <http://www.anf.org.br/moradores-do-morro-da-providencia-seguem-resistindo-a-remocao/#.U_FNJfldWCk>. Acesso em: 25 ago. 2013.

HILDRETH, P. J.; KIMBLE, C. The duality of knowledge. **Information Research**, v. 8, n. 1, 2002. Disponível em: <<http://InformationR.net/ir/8-1/paper142.html>>. Acesso em: 29 maio 2014.

IRVING, Marta de Azevedo; BURSZTYN, Ivan; SANCHO, Altair P.; MELO, Gustavo de M. Revisitando significados em sustentabilidade no planejamento turístico. **Caderno Virtual de Turismo**, v. 5, n. 4, 2005. p. 1-7. Disponível em: <<http://www.ivt.coppe.ufrj.br/caderno/index.php?journal=caderno&page=article&op=view&path%5B%5D=98&path%5B%5D=93>>. Acesso em: 24 out. 2012.

JOHNSON, Stefan. **Teleférico na Providência será lançado hoje: mobilidade urbana ou turismo?** RioOnWatch, jul. 2014. Disponível em: <<http://rioonwatch.org.br/?p=11751>>. Acesso em: 10 jul. 2014.

KÖRÖSSY, Nathália. Do “turismo predatório” ao “turismo sustentável”: uma revisão sobre a origem e a consolidação do discurso da sustentabilidade na atividade turística. **Caderno Virtual de Turismo**, v. 8, n. 2, p. 56-68, 2008. Disponível em: <<http://www.ivt.coppe.ufrj.br/caderno/index.php?journal=caderno&page=article&op=view&path%5B%5D=238&path%5B%5D=178>>. Acesso em: 20 jul. 2012.

LATOUR, Bruno. **Science in action**: How to follow scientists and engineers through society. Cambridge EUA: Harvard University, 1987.

MAGALHÃES, Roberto Anderson. **A requalificação do centro do Rio de Janeiro na década de 1990**: a construção de um objetivo difuso. Rio de Janeiro: Prefeitura da Cidade do Rio de Janeiro, 2008. (Biblioteca Carioca).

MARTELETO, Regina Maria; SILVA, Antonio Braz de Oliveira e. Redes e capital social: o enfoque da informação para o desenvolvimento local. **Ci. Inf.**, Brasília, v. 33, n. 3, p.41-49, set./dez. 2004.

MASCARENHAS, Gilmar. Tempos e espaços de um lugar na metrópole: o morro da Conceição (Rio de Janeiro/RJ). In: ALMEIDA, Maria Geralda de; OLIVEIRA, Karla; ARRAIS, Annyelly Teixeira de; ALENCAR, Tadeu (Org.). **Metrópoles**: teoria e pesquisa sobre a dinâmica metropolitana. Goiânia: Cênese, 2012. p. 33-45.

MATTOS, Romulo Costa. Aldeias do mal. **Revista de História da Biblioteca Nacional**, Rio de Janeiro, n. 25, out./2007. Disponível em: <<http://www.revistadehistoria.com.br/secao/capa/aldeias-do-mal>>. Acesso em: 20 jun. 2014.

MELLO, Marco Antonio da Silva; SILVA, Luiz Antonio Machado; FREIRE, Leticia de Luna; SIMÕES, Soraya Silveira. **Favelas cariocas**: ontem e hoje. Rio de Janeiro: Garamond Universitária, 2012.

MORADORES da Providência se queixam de remoção imposta. **O Dia**, Rio de Janeiro, 14 mar. 2013. Disponível em: <<http://odia.ig.com.br/portal/rio/moradores-da-provid%C3%Aancia-se-queixam-de-remo%C3%A7%C3%A3o-imposta-1.560354>>. Acesso em: 10 maio 2014.

OLIVEIRA, Marcia Martins. **Informação, poder e segurança pública**: um estudo da UPP. Orientadora: Sarita Albagli. 2013. 238f. Tese (Doutorado em Ciência da Informação) – Escola de Comunicação, Universidade Federal do Rio de Janeiro, PPGCI, Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia, Rio de Janeiro, 2013.

ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DO TURISMO. **Guia de desenvolvimento do turismo sustentável**. Porto Alegre: Bookman, 2003.

PEDRO, R. Conhecimento e informação. In: BARTHOLO, Roberto; DELAMARO, Maurício; BADIN, Luciana (Org.). **Turismo e sustentabilidade no estado do Rio de Janeiro**. Rio de Janeiro: Garamond, 2005. p.303-308.

PEREIRO, Xerardo. Patrimônio cultural: o casamento entre patrimônio e cultura. **ADRA**, n. 2, p. 23-41, 2006.

RIO DE JANEIRO. Prefeitura Municipal. **Lei Complementar n. 101, de 23 de novembro de 2009**. Institui a Operação Urbana Consorciada (OUC) da Região do Porto do Rio de Janeiro. Disponível em: <<http://mail.camara.rj.gov.br/APL/Legislativos/contlei.nsf/bff0b82192929c2303256bc30052cb1c/b39b005f9fdbe3d8032577220075c7d5?OpenDocument>>. Acesso em: 12 jun. 2013.

RIO DE JANEIRO. **Lei Orgânica do Município**. 2.ed. rev. e ampl. Rio de Janeiro: Centro de Estudos da Procuradoria-Geral do Município, 2010. Disponível em: <<http://www.rio.rj.gov.br/dlstatic/10112/1659124/DLFE-222901.pdf/LeiOrganica.pdf>>. Acesso em: 24 jul. 2014.

RIOONWATCH. **Mapa de notícias do site RioOnWatch**. Disponível em: <http://rioonwatch.org.br/?page_id=3631>. Acesso em: 10 maio 2014.

ROLNIK, Raquel. **Intervenção artística chama atenção para remoções no Morro da Providência, no Rio de Janeiro**. Blog da Raquel Rolnik, 2011. Disponível em: <<https://raquelrolnik.wordpress.com/2011/05/23/intervencao-artistica-chama-atencao-para-remocoes-no-morro-da-providencia-no-rio-de-janeiro/>>. Acesso em: 15 jul. 2014.

ROMAR, Juliana; LIMA, Raphael. **Prefeito participa do primeiro teste do teleférico do Morro da Providência**. Porto Maravilha, 2012. Disponível em: <<http://www.portomaravilha.com.br/conteudo/prefeito-participa-do-primeiro-teste-do-teleferico-do-morro-da-providencia.aspx>>. Acesso em: 10 nov. 2013.

RUCHAUD, Guilherme. **Reforma urbana de pereira passos no Rio de Janeiro**: a relação entre as reformas ocorridas no rio entre 1903 e 1906 e o processo de

crescimento desigual da cidade. Site Arquitetônico, set./2011. Disponível em: <<http://portalarquitectonico.com.br/a-reforma-urbana-de-pereira-passos-no-rio-de-janeiro/>>. Acesso em: 15 jul. 2014.

SANSOLO, Davis Gruber. Participação, engajamento e políticas públicas. In: BARTHOLO, Roberto; DELAMARO, Maurício; BADIN, Luciana (Org). **Turismo e sustentabilidade no estado do Rio de Janeiro**. Rio de Janeiro: Garamond, 2005. p.237-245.

SAUSER, L. **Necessity is the mother of invention: 3 startup weekend ideas from Brasil's first slum.** Up Global. Disponível em: <<http://blog.up.co/2014/04/15/necessity-mother-invention-3-startup-weekend-ideas-brasils-first-slum/>>. Acesso em: 10 maio 2014.

SAVIOLO, Simone; DELAMARO, Maurício C.; BARTHOLO, Roberto. Sustentabilidade, turismo, diálogo. In: BARTHOLO, Roberto; DELAMARO, Maurício; BADIN, Luciana (orgs). **Turismo e sustentabilidade no estado do Rio de Janeiro**. Rio de Janeiro: Garamond, 2005. p.13-35.

SEABRA, Lília. Turismo sustentável: planejamento e gestão. In: CUNHA, Sandra Baptista da; GUERRA, Antonio José Teixeira (Org.). **A questão ambiental: diferentes abordagens**. 2.ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2005. p. 153-189.

THIESEN, Icléia; BARROS, Luitgarde O. C.; SANTANA, Marco Aurélio. (Org.) **Vozes do Porto: memória e história oral**. Rio de Janeiro: DP&A, 2005.

TORRES, Bolivar. **Museu a céu aberto**. Portal Viva Favela, 2007. Disponível em: <http://acervo.vivafavela.com.br/publique/cgi/cgilua.exe/sys/start.htm?from_info_inde x=221&infoid=45382&sid=87>. Acesso em: 2 abr. 2014

UPPSOCIAL. **Programa UPP Social**. Disponível em: <<http://uppsocial.org/programa/>>. Acesso em: 10 jan. 2014.

VALENTINI, S. J. **Porto Maravilha: um sonho que virou realidade**. 2013. Disponível em: <<http://acidadeinvisivel.wordpress.com/2013/04/10/porto-maravilha-um-sonho-que-virou-realidade/>>. Acesso em: 2 abr. 2014

VALLADARES, Licia do Prado. **A invenção da favela: do mito de origem a favela.com**. Rio de Janeiro: FGV, 2005.

ZAOUAL, Hassan. Do turismo de massa ao turismo situado: quais as transições? **Caderno Virtual de Turismo**, v.8, n. 2, p. 1-14, 2008. Disponível em: <<http://www.ivt.coppe.ufrj.br/caderno/index.php?journal=caderno&page=article&op=view&path%5B%5D=341&path%5B%5D=219>>. Acesso em: 7 maio 2013.

WERSIG, Gernot. Information science: the study of postmodern knowledge usage. **Information Processing and Management**, v. 29, n. 2, 1993.

WERSIG, Gernot; WINDEL, G. Information science needs a theory of 'information actions'. **Social Science Information Studies**, n. 5, p. 11-23, 1985.

ZYLBERBERG, Sonia (Org.). **Morro da Providência**: memórias da "favela". Rio de Janeiro: Prefeitura da Cidade do Rio de Janeiro/Secretaria Municipal de Cultura, Turismo e Esportes, 1992. (Coleção Memória das Favelas; v.1).

APÊNDICE A – ROTEIRO DE ENTREVISTA DO PERFIL COMUNIDADE

- 1** – Você conhece o projeto Porto Maravilha? Como você e a sua comunidade tomaram conhecimento desse projeto?
- 2** – Você e sua comunidade foram consultados e devidamente esclarecidos sobre as ações previstas pelo projeto? Como? Houve ou há algum debate, reuniões para discutir o assunto?
- 3** - Como as informações sobre as intervenções previstas pelo projeto Porto Maravilha repercutiram na comunidade?
- 4** - Na sua opinião, quais os pontos positivos e negativos do projeto? Houve alguma mudança no projeto original para atender às necessidades e propostas da comunidade?
- 5** - Você costuma usar internet? Utiliza ou já utilizou as redes sociais (*Facebook*, *Blogs*, *Youtube* e outros) para se informar, dar opinião ou discutir sobre as intervenções do Projeto Porto Maravilha na sua comunidade? Já postou mensagens, fotos ou vídeos?
- 6** - Você conhece as ações propostas pelo projeto Porto Maravilha para promoção de turismo aqui na região? (Caso negativo pular para a questão 9)
- 7** - Houve alguma mudança nas atividades de turismo na comunidade / na região, a partir do Projeto Porto Maravilha? Caso positivo, que tipos de mudanças?
- 8** - As pessoas da comunidade têm se envolvido ou se beneficiados nessas ações? Como? Como você vê essas ações para promoção do turismo na comunidade?
- 9** - Tem sugestões a fazer a esse respeito?

APÊNDICE B – ROTEIRO DE ENTREVISTA DO PERFIL AGENTE GOVERNAMENTAL

- 1 - Quais foram as estratégias utilizadas para a divulgação do Projeto Porto Maravilha e para a aproximação com as comunidades envolvidas? Qual o foco dessas estratégias?
- 2 – A comunidade foi consultada previamente sobre as ações previstas no projeto?
- 3 – As comunidades da região foram informadas sobre as ações previstas no projeto Porto Maravilha? Quais são os canais utilizados para esta comunicação?
- 4 – Têm havido resistências ou reclamações dos moradores em relação ao Projeto Porto Maravilha e às ações de turismo propostas para a região? Que resistências têm sido sentidas a essas ações? Como elas se expressam?
- 5- Você tem conhecimento de alguma mudança realizada no projeto original para atender as demandas das comunidades e demais moradores da região?
Qual/quais?
- 6 - Quais são as estratégias previstas e/ou que estão sendo implementadas para o desenvolvimento e promoção do turismo na zona portuária?
- 7 - As comunidades tem se envolvido nas ações para o desenvolvimento turístico na comunidade ou região portuária? Como?

ANEXO A – CARTA ABERTA À POPULAÇÃO DO RIO DE JANEIRO

Você sabia que a favela mais antiga do Brasil está sendo destruída?

Desde 2009 a região Portuária do Rio de Janeiro transformou-se num grande canteiro de obras das empreiteiras OAS, Carioca e Odebrecht. Juntas essas empresas invadiram a área com três projetos: 1º é o que eles chamam de “PORTO MARAVILHA”, um projeto de “revitalização” da Zona Portuária que está sendo coordenado pela CDURP – Companhia de Desenvolvimento Urbano da Região Portuária e financiado pelo dinheiro público (FGTS) e pela venda da terra pública existente na região (70% dos terrenos são públicos); 2º é o Programa de Urbanização MORAR CARIOCA do Morro da Providência que está subordinado a Secretaria Municipal de Habitação e orçado no valor de 119 milhões e o 3º é o Projeto PORTO OLÍMPICO que é parte das grandes intervenções urbanas de embelezamento da cidade para os Jogos Olímpicos de 2016. Contudo, muito antes desses projetos já existia na área portuária o MORRO DA PROVIDÊNCIA. Segundo historiadores essa é a favela mais antiga do Brasil, com mais de 110 anos de ocupação, patrimônio do povo brasileiro, remanescente da cultura afro-descendente e berço das primeiras escolas de samba como a “Vizinha Faladeira” e dos primeiros grupos de pagode como o “Conjunto Nosso Samba”!

ATUALMENTE TODA NOSSA HISTÓRIA ESTÁ EM PERIGO!

Obras e mais obras pensadas pelo grandes empresários do setor imobiliário e do turismo estão destruindo a nossa memória, nossa história e toda nossa vida! A grande imprensa não divulga que as construções do Teleférico e do Plano inclinado do Morro da Providência estão sendo implementados de cima para baixo, sem nenhum tipo de participação social da comunidade e sem nenhum estudo técnico que comprove a necessidade da construção desses equipamentos de transporte! Mas será que eles realmente sevem para isso? Já sabemos que o teleférico do Complexo do Alemão está subutilizado e que não atende as necessidades dos moradores!!!

A mídia também não informa que o próprio projeto de Urbanização Morar Carioca prevê a remoção de 832 casas da Providência! Estas já foram criminosamente pixadas pela Secretaria Municipal de Habitação e, infelizmente, algumas delas já

foram removidas! Sob o argumento de que 317 destas casas estão no caminho das obras e que 515 estão em área de risco (já temos um contra-laudo provando que na Providência a grande maioria das casas NÃO está em área de risco) a Prefeitura está aterrorizando moradores e oferecendo como contrapartida um aluguel social de 400 reais que não dá para pagar nenhuma casa digna para morarmos, ou uma compra assistida que também é uma roubada, ou ainda uma indenização fora da realidade do mercado. (Veja matérias do Jornal O Povo)

Segundo a “Planta Geral de Urbanização do Projeto Morar Carioca” o número de unidades habitacionais planejadas para serem construídas ao longo de dois anos é menor do que o número de remoções! São apenas 639 unidades habitacionais previstas! 58 unidades na Ladeira do Farias nº 91; 20 na Ladeira do Barroso; 4 no Centro Histórico; 131 na rua Nabuco de Freitas, 77 na rua Cardoso Marinho nº68; 349 na Aldomaro Costa nº83. Faltariam ainda 193 casas se considerarmos que em cada casa vive só uma família, no entanto, na comunidade a maioria das casas possui mais de uma família morando; famílias que construíram suas casas ao longo de muitos anos e com muito trabalho e que não querem sair dali!

Para a construção do Teleférico roubaram a nossa única área de lazer – A Praça Américo Brum! Para a construção de uma rua que vai ligar o Teleférico à Vila Portuária várias famílias da área da “Toca” já foram desapropriadas com valores baixíssimos! Para a construção de um centro esportivo, que também não nos consultaram sobre a necessidade, a área conhecida como AP na Ladeira do Farias foi demolida e desalojou cerca de 60 famílias de um dia para o outro. Nesse caso a Prefeitura demoliu casas ainda com pessoas dentro!!! Uma moradora ainda mora neste imóvel e vem resistindo a todo tipo de pressão, obrigando a prefeitura a suspender os trabalhos de um complexo esportivo. Ela mora no AP há 35 anos e tem direito de posse daquele imóvel! O nosso Direito à Moradia não está sendo respeitado!

Além disso, temos vivido de domingo à domingo em meio aos entulhos, buracos, lixos, atormentados pelo barulho das máquinas da obra que não param nem de noite e impedidos de transitar pela Ladeira do Barroso que é uma das únicas ruas que liga a Providência à Central do Brasil. Sentimos o impacto ambiental na pele e mesmo

assim a obra foi liberada sem nenhum Estudo de Impacto Ambiental prévio! O impacto de vizinhança também não é considerado! Há pessoas que já saíram do Morro e que estão sem escola para os filhos, longe de parentes e amigos! O valor dos aluguéis já subiu! Daqui a pouco não conseguiremos mais pagar!

Gostaríamos que o povo da cidade do Rio de Janeiro soubesse que os moradores da Providência não são invasores nem contra a urbanização! Somos mulheres e homens que moramos aqui porque temos uma história aqui e precisamos sobreviver! A maioria dos moradores está aqui há mais de 20 anos, toda nossa vida é aqui, a dos nossos filhos, dos nossos netos! Tudo é perto, escola, hospitais, trabalho, mercado, lazer etc. Acreditamos a Prefeitura é a principal responsável por todo esse transtorno e estamos unidos para garantir que nenhuma casa mais seja derrubada e que as melhorias nos beneficiem!

Para finalizar, o legado social da Copa do Mundo de 2014 e das Olimpíadas de 2016 que queremos é permanência na Providência e a garantia de que também poderemos viver nesta cidade maravilhosa! **Pedimos** à população carioca que nos ajude a divulgar o que está acontecendo com a nossa cidade!

Comissão de Moradores da Providência e Fórum Comunitário do Porto

ANEXO B – CARTILHA TELEFÉRICO NO AR



Teleférico da Providência no ar



Seja bem-vindo ao teleférico que liga a Providência à Central do Brasil e à Gamboa em um percurso gratuito de apenas cinco minutos

Mais facilidade para acessar o Morro da Providência

Praticidade de integração da comunidade
a Região Portuária e pontos de lazer e cultura

Novos serviços da Prefeitura do Rio gratuitos para
moradores da Providência e da Região Portuária:
saúde, conexão digital e outras orientações



Porto Maravilha



As obras do Porto Maravilha começaram no entorno da Praça Mauá e hoje avançam em várias frentes nos 5 milhões de metros quadrados da Região Portuária, área que sofreu degradação nas últimas décadas.

A Prefeitura do Rio criou a Companhia de Desenvolvimento Urbano da Região do Porto do Rio Janeiro (Cdurp) para coordenar a revitalização nos bairros da Saúde, Gamboa, Santo Cristo e arredores. Para executar obras e prestar serviços municipais no período de 15 anos na região, a prefeitura contratou a Concessionária Porto Novo.

Mas não é só isso. Os programas Porto Maravilha Cidadão e Porto Maravilha Cultural foram criados para promover o desenvolvimento econômico e social e a valorização da história e da cultura da Região Portuária.

A iniciativa da prefeitura reúne poder público, setor privado e organizações sociais para construir uma cidade cada vez mais justa, que respeita história e meio ambiente.

Principais obras

Reurbanização de 70 km de vias e 650 mil m² de calçadas
Implantação de toda a rede subterrânea (água, drenagem, esgoto, gás natural e fibra ótica)
Implantação de 17 km de ciclovias
Plantio de 15 mil árvores
Construção de novo sistema de mobilidade urbana
Implantação da Via Binário do Porto e da Via Expressa
Demolição do Elevado da Perimetral (4,7 km)
Implantação do Veículo Leve sobre Trilhos (VLT)
Criação de passeios públicos e vias exclusivas de pedestres

Serviços prestados

Conservação e manutenção de ruas e avenidas
Conservação e manutenção de áreas verdes e praças
Manutenção e reparo de iluminação pública e calçadas
Serviços de limpeza urbana
Coleta seletiva de lixo
Manutenção da rede de drenagem
Manutenção da sinalização de trânsito
Manutenção e conservação de pontos e monumentos turísticos, históricos e geográficos



Atendimento ao cidadão
cdurp@cdurp.com.br
www.portomaravilha.com.br
Ligue 1746

Para solicitar esses serviços, entre em contato
pelo telefone gratuito: 0800 880 7678
atendimento@portonovosa.com
www.portonovosa.com

Conheça o Teleférico



15 cabines

Capacidade

8 usuários sentados e 2 em pé.



Três estações

- **Central do Brasil**, na Praça Cristiano Ottoni, ao lado da Estação Central do Brasil (ligação com metrô, trem e ônibus)
- **Américo Brum**, no Morro da Providência
- **Gamboa**, na esquina das ruas Rivadávia Correia e da Gamboa.

Facilidades

Além de facilitar o acesso de moradores do Morro da Providência, as estações oferecem serviços gratuitos da prefeitura.



6

Prefeitura nas estações

Ao abrir as portas do **Teleférico da Providência**, a Prefeitura do Rio oferece aos moradores serviços de saúde, inclusão digital e orientação.

Nas três estações, Central do Brasil, Américo Brum e Gamboa, balcões de atendimento informam sobre a operação do teleférico e sobre os serviços gratuitos da Prefeitura do Rio.



8

Etapas de funcionamento

Estações em período de teste e treinamento de pessoal

1ª fase*	2ª fase*
9h às 11h	14h às 16h
3ª fase*	
Segunda a sexta-feira	Sábado
8h às 12h	14h às 20h
	9h às 15h

*Uso controlado do sistema

4ª fase

Funcionamento pleno

Segunda a sexta-feira

Sábado

6h às 21h

7h às 19h

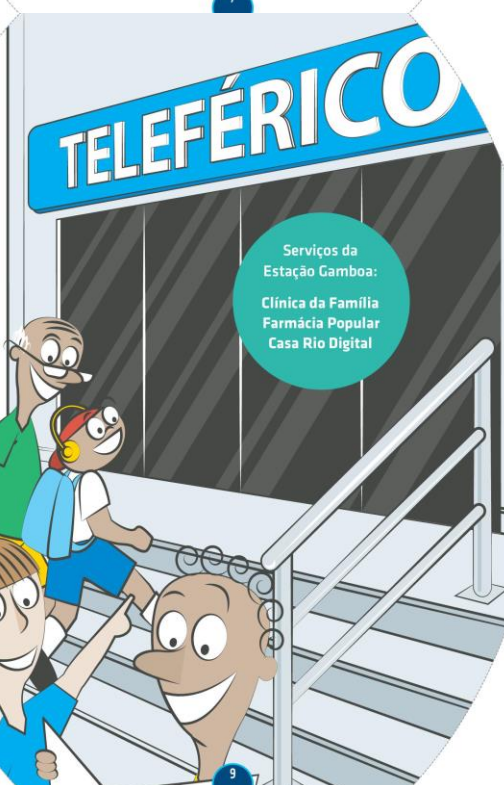


Domingos e feriados

9h às 18h



7

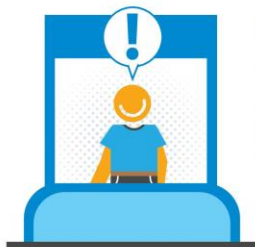


Serviços da Estação Gamboa:
Clínica da Família
Farmácia Popular
Casa Rio Digital

9

Prefeitura nas estações

Conheça os programas



Balcão de Informações

As três estações, Central do Brasil, Américo Brum e Gamboa, serão equipadas com balcão de informações e atendentes para orientar a população a respeito dos serviços prestados pela Prefeitura do Rio. **Todas as estações: de segunda-feira a sexta-feira, das 11h às 19h.**

E mais...

No balcão de informações, também é possível tirar dúvidas sobre serviços de manutenção prestados pela Concessionária Porto Novo na Região Portuária e sobre o funcionamento da Central de Atendimento ao Cidadão 1746.



Clínica da Família

Voltada para os moradores, a Clínica da Família oferece exames, consultas médicas e dentárias, pré-natal, vacinação e prevenção de doenças. O trabalho envolve a atuação dos agentes de saúde que percorrem a área, cadastram a população e ficam responsáveis por grupos de famílias. Esses profissionais visitam as casas para agendar consultas e fazer acompanhamento detalhado da saúde da família. **Estação Gamboa: de segunda-feira a sexta-feira, das 9h às 17h.**

Farmácia Popular

No programa Farmácia Popular, centenas de medicamentos têm desconto de até 90%. Para ter acesso aos remédios, basta que o usuário apresente CPF, documento com foto e receita médica. **Estação Gamboa: de segunda-feira a sexta-feira, das 8h às 17h, e sábados, das 8h às 12h. Telefone: 0800 888 9697**



Casa Rio Digital

A Casa Rio Digital é um espaço de capacitação online e presencial. Computadores e equipamentos multimídia conectados à internet são usados diariamente para cursos e oficinas nas áreas de tecnologia de rede, tecnologia do trabalho e tecnologia voltada a atividades comunitárias. Moradores podem navegar na internet nos computadores disponíveis. **Estação Gamboa: de segunda-feira a sexta-feira, das 8h às 20h, e sábados, das 8h às 12h. Telefone: 1746**

Mais qualidade de vida para todos.

10

Regras de convivência

Para garantir a sua segurança e a de sua família na hora de usar o Teleférico, algumas regras são fundamentais. Confira abaixo e tenha uma boa viagem.

11

Siga as Regras de Convivência ao utilizar o Teleférico da Providência!



1



Estações

Fique atento ao embarcar e desembarcar nas estações. As gôndolas não param.

4



Embarque de crianças

Menores de 12 anos só podem andar no teleférico acompanhados de um adulto.

Limites
Nunca ultrapasse a faixa amarela.



2

Transporte de animais

O transporte de animais nas cabines só é permitido em caixas adequadas. Cães-guia precisam estar devidamente identificados.



5

3



Capacidade

O limite de passageiros em cada cabine é de 8 pessoas sentadas e 2 em pé.

6



Transporte de volumes

Não é permitido entrar nas cabines com volumes maiores que 40 cm de comprimento e 40 cm de largura e/ou altura. Não é permitido o transporte de qualquer tipo de material inflamável ou explosivo.

13

Botão de emergência
O botão de emergência da cabine só pode ser acionado em caso de real necessidade.



7

Vestimenta
Pessoas sem camisa, descalças ou com trajes de banho não podem entrar nas estações.



10

8



Movimentos bruscos
Não é permitido pular ou balançar dentro das cabines. Também não force a abertura das portas nem tente impedir o fechamento.

11



Bom estado
Ajude a Prefeitura a manter o bom estado das estações e das cabines. Não coloque os pés nem deite nos assentos.

Alimentos e bebidas
Não é permitido o consumo de comidas e bebidas nas cabines do teleférico.



9

Respeito ao próximo
Sempre utilize fone de ouvido nos aparelhos sonoros. É proibido fumar nas estações e nas cabines.



12



Providência - Patrimônio Cultural

O Morro da Providência tem importantes pontos culturais, parte da história da região e da Cidade do Rio de Janeiro.



Capela das Almas - Oratório do Cristo Redentor

Construída em 1902 no alto do Morro da Providência, a Capela das Almas foi erguida em homenagem aos combatentes que não resistiram à Guerra de Canudos, na Bahia. Muitos dos soldados que sobreviveram vieram para o Rio. Abatidos e sem conhecer a cidade, eles subiram o morro e começaram aquela que seria a primeira favela carioca.



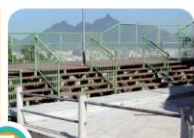
Suspensão do serviço

O acesso ao teleférico pode ser suspenso a qualquer hora, quando as condições de segurança para os passageiros não forem adequadas.



Igreja da Penha

No alto do Morro da Providência, com vista para a Baía de Guanabara e o Centro, a igreja abriga imagens de santos trazidas em 1897 de Canudos, na Bahia.



Casa da Dona Dodô

Moradora do Morro da Providência, Dona Dodô foi a primeira porta-bandeira da Portela, em 1935, quando a escola disputou o primeiro campeonato. Tinha 14 anos. Hoje, aos 94 anos, ela desfila como destaque e ainda chama atenção pela empolgação e samba no pé. Em sua casa estão guardadas roupas dos desfiles, troféus e fotos com personalidades. **Em obras.**



Mirantes da Providência

Restaurados pelas obras do teleférico, têm vista privilegiada para a Região Portuária e o Centro.



Casa Amarela

Casa Amarela é um centro cultural dedicado à comunidade da Providência, com atividades e oficinas para moradores desde 2010. O espaço conta com sala de leitura e biblioteca.

Pontos de interesse

Graças ao teleférico, agora ficou muito mais fácil acessar a Estação Central do Brasil, o metrô, o trem e as linhas de ônibus. Aproveite para conhecer os pontos culturais do Centro e Região Portuária.



Comerciantes de bares e restaurantes tradicionais dos morros da Providência e do Pinto se uniram e criaram o movimento Sabores do Porto. O azulejo na entrada sinaliza que o bar ou restaurante participa do grupo.

Igrejas Históricas

1. Igreja Nossa Senhora de Montserrat
2. Igreja do Santo Cristo
3. Igreja de Nossa Senhora das Graças da Gamboa (Fechada)
4. Igreja Santa Catarina de Alexandria - Morro da Providência
5. Paróquia Sagrada Família - Morro do Livramento
6. Igreja Nossa Senhora do Perpétuo Socorro - Morro do Livramento
7. Igreja Nossa Senhora da Saúde
8. Igreja de São Francisco da Pralhinha
9. Mosteiro de São Bento
10. Oratório do Cristo Redentor - Morro da Providência
11. Igreja Nossa Senhora da Penha
12. Igreja Nossa Senhora Aparecida
13. Igreja Nossa Senhora da Conceição
14. Matriz de Santa Rita

Lazer

15. Museu de Arte do Rio - MAR
16. Galpões da Gamboa
17. Cidade do Samba
18. Galpão da Ação e Cidadania
19. Armazém da Utopia

Circuito Histórico e Arqueológico da Celebração da Herança Africana

20. Centro Cultural José Bonifácio
21. Pedra do Sal
22. Cais do Valongo e Cais da Imperatriz
23. Jardim Suspendo do Valongo
24. Largo do Depósito
25. Instituto de Pesquisa e Memória Pretos Novos

Rio 450 anos

Em 2015, a cidade do Rio de Janeiro completa 450 anos. Para comemorar, a prefeitura lança a logomarca que é a cara do carioca. Solte a imaginação e crie um desenho personalizado.

450

Viva a Carioca!

Participantes

BAR DO ÍNDIO
Ladeira do Barroso, 192
98333-1530

BAR DO MINEIRO
Ladeira do Barroso, 178
99109-6745

PADARIA DA PROVIDÊNCIA
Ladeira do Barroso, 192-B
2223-0838

BEM-ESTAR MERCEARIA E SALGADOS
Rua da Bica, 4
3246-8772

BAR DA LÚCIA
Rua Bento Teixeira, 55
2236-8829 / 97304-0910

SABOR DAS LOIRAS
Rua da Bica, 41
2283-2660 / 99174-1970

DOCES BEM-VINDO
Rua Carlos Gomes, 271, 101
- Solo
2518-2345

LAJE DA JURA - PENSÃO
Rua da Grotta, 31-B
2253-5486

BAR DO VETO
Rua Bento Teixeira, 25, entrada 13
2263-0307 / 98130-7948

PENSÃO DA DONA GLÓRIA
Rua da América, 62
2223-4963 / 98206-1423

SABOR BRASILEIRO SALGADOS E DOCES
Rua Ebroino Uruguai, 280
2253-7905 / 99864-0223 / 7957-6741

CIDA QUENTINHAS E SALGADOS
Rua Ebroino Uruguai, 262
2518-7859 / 99947-5937

DELISOC BOLOS E DOCES
Rua do Propósito, 57-A, casa 7
2233-8884

NIL DOCES BUFET
Rua Miguel Salão, 9
2233-6589 / 98691-4226

BAR DO CARLINHO
Rua Monte Alverne, 101
2296-8829 / 97444-1777

BAR DA VEIDE
Rua Nabuco de Freitas, 68
2253-4350

RESTAURANTE COLORE
Rua Sacadura Cabral, 227
2704-6962 / 98243-6339

PENSÃO DA KÁTIA
Rua Bento Teixeira, 43

PENSÃO DA CATY
2704-6962 / 97752-5384

CLAUDIA MENDES DA SILVA
Doceria (encomendas)
99137-3240

JULIA RITA S.D. TEIXEIRA
Tapioica (aceita encomendas)
2233-5569 / 98414-6734

MARLI DANIEL SEVERIANO
Comidas típicas
99525-9575

20

21

Passatempo Caça-palavras*

Com o **Teleférico da Providência**, tudo fica muito mais fácil. Bastam poucos minutos para ir da Estação Américo Brum até a Estação Gamboa ou à Estação Central do Brasil, que tem **conexões** com trens e ônibus. O resultado é mais **rapidez**, **segurança** e **conforto** para se deslocar para toda a cidade. **Conveniência** para o morador do Morro da Providência, que ganha **mobilidade** e **comodidade** no seu dia a dia. **Prefeitura** do Rio: trabalhando pela **cidadania** do carioca!



A	B	I	T	U	R	I	D	D	I	G	N	H	F	T	J	S	I	S
D	O	D	W	E	R	O	S	L	I	Q	U	A	M	E	A	N	M	S
A	T	E	S	O	I	P	R	O	V	I	D	Ê	N	C	I	A	I	E
H	E	C	H	A	B	I	T	Â	S	S	E	J	D	J	A	S	L	K
O	L	N	A	R	E	E	N	D	R	E	R	I	T	N	Ç	S	L	A
T	E	N	C	I	D	C	D	S	J	F	I	U	W	E	N	C	M	I
H	F	N	D	Q	W	I	O	I	U	R	O	E	O	R	A	R	E	N
L	Ê	C	X	M	N	D	O	M	T	D	O	M	O	C	R	L	V	T
C	R	N	S	K	C	A	E	T	O	R	R	E	M	W	U	L	I	C
Z	I	M	Ç	O	R	D	I	E	I	D	E	N	D	R	G	N	Ç	O
P	C	A	R	Y	T	A	A	O	D	A	I	E	S	D	E	S	D	N
P	O	L	V	I	S	N	S	N	A	R	A	D	T	I	S	I	S	E
C	O	N	V	E	N	I	Ê	N	C	I	A	I	A	W	I	U	E	X
F	E	R	G	S	D	A	J	H	S	E	Ç	E	L	D	I	F	E	Õ
D	I	G	N	I	S	Q	I	M	N	U	N	L	A	S	E	J	D	E
T	R	P	R	E	F	E	I	T	U	R	A	D	F	J	G	J	H	S
C	Â	L	P	A	Q	D	I	O	Z	F	R	C	I	A	D	E	S	E
I	D	D	K	F	Ç	A	F	E	R	B	U	I	D	D	E	R	I	E
R	E	R	U	M	A	D	D	L	I	S	G	S	T	P	E	D	I	D
E	M	P	O	R	E	I	P	T	I	O	E	Q	U	E	I	H	I	L
A	S	S	U	M	P	L	D	O	L	L	S	N	D	U	R	I	B	U
E	A	Ç	A	T	I	B	E	I	D	F	I	C	I	D	U	M	E	
R	Â	T	R	A	O	B	A	S	T	S	J	H	S	D	Â	L	A	T
R	T	R	E	I	Â	O	S	B	O	F	C	O	N	F	O	R	T	O
T	Z	I	S	T	I	M	U	E	M	A	B	O	R	Â	O	M	Q	U
D	S	J	H	S	E	U	E	L	E	E	M	P	O	R	L	E	N	D

* Palavras na diagonal, vertical e horizontal.

Passatempo Jogo dos sete erros



Respostas dos passatempos



Conexões

